

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E
GEOCIÊNCIAS
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**O ENSINO DE GEOGRAFIA E OS
ESTUDANTES/TRABALHADORES – UMA
ANÁLISE A PARTIR DE EXPERIÊNCIA COM EJA
EM SAPIRANGA-RS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Murilo Souto Alves

**Santa Maria, RS, Brasil
2009**

**O ENSINO DE GEOGRAFIA E OS
ESTUDANTES/TRABALHADORES – UMA ANÁLISE A
PARTIR DE EXPERIÊNCIA COM EJA EM SAPIRANGA-
RS**

por

Murilo Souto Alves

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Geografia**

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Schiavone Cardoso

Santa Maria, RS, Brasil

2009

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E
GEOCIÊNCIAS
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação de
Mestrado

**O ENSINO DE GEOGRAFIA E OS
ESTUDANTES/TRABALHADORES – UMA ANÁLISE A PARTIR
DE EXPERIÊNCIA COM EJA EM SAPIRANGA-RS**

elaborada por
Murilo Souto Alves

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em geografia

COMISSÃO EXAMINADORA

Eduardo Schiavone Cardoso, Dr.
(Presidente/Orientador)

Ane Carine Meurer, Dra. (UFSM)

Nelson Rego, Dr. (UFRGS)

Santa Maria, 17 de julho de 2009

*Dedico esta dissertação à minha mãe,
meu pai, minhas irmãs, minha noiva
Luciara, ao meu professor orientador
Eduardo, aos meus amigos, em especial
ao Edinho por todo suporte técnico,
aos meus colegas professores e aos
meus alunos por toda força, ajuda,
companheirismo e contribuição para
que esta dissertação viesse a ser
elaborada e por terem sempre
acreditado no meu trabalho.*

Meus sinceros agradecimentos a Deus e a todas as pessoas as quais dediquei este trabalho. Muito obrigado pela paciência que todos tiveram comigo, principalmente a Luciara, durante este período tão conturbado, agitado, animado e repleto de novidades em nossas vidas. Muito obrigado por estar ao meu lado.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências
Universidade Federal de Santa Maria

O ENSINO DE GEOGRAFIA E OS ESTUDANTES/TRABALHADORES – UMA ANÁLISE A PARTIR DE EXPERIÊNCIA COM EJA EM SAPIRANGA- RS

Autor: Murilo Souto Alves

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Schiavone Cardoso

Data e local da defesa: Santa Maria, 17 de julho de 2009

A organização das atividades de produção, em caráter histórico, possui diversas relações que influenciam na configuração sócio-espacial do mundo em que vivemos. Um dos grupos sociais mais interessados em compreender como tais relações de trabalho condicionam nossa condição social e espacial são os estudantes-trabalhadores da EJA (Educação para Jovens e Adultos), em especial os estudantes da EJA da Escola Dr. Décio Gomes Pereira, da cidade de Saporanga-RS, que formam o público alvo deste trabalho. O ensino de Geografia atuante, voltado para este grupo de pessoas, pode auxiliar a desvelar e contextualizar tais relações contribuindo para a formação de cidadãos conscientes da sua realidade sócio-espacial. Para tanto, fez-se necessário realizar extensa pesquisa teórica acerca do trabalho e o tempo-espço, os fatores econômicos e a globalização, histórico das condições de trabalho e do trabalhador, caracterização da cidade de Saporanga-RS com o intuito de observar como a caracterização das relações de trabalho configurou e continua transformando o espaço e a condição social local e, ainda, as conexões existentes entre o trabalho, a educação e o ensino de Geografia através de conceitos e métodos. Tais passos foram seguidos para que fosse possível elaborar um programa curricular e atividades que aproximassem o ensino de Geografia da realidade dos alunos. A aplicação e descrição das atividades demonstram as trocas de experiências e conhecimento entre professor e estudantes ocorridas durante as aulas, indo além dos bancos escolares, influenciando no modo de pensar, observar e interpretar o mundo em que vivemos. Essa reciprocidade trouxe benefícios para a relação ensino/aprendizagem nas aulas de Geografia aos grupos de estudantes/trabalhadores da EJA, aproximando o conhecimento geográfico do cotidiano desses estudantes.

Palavras-chave: relações de trabalho; ensino de geografia; estudantes/trabalhadores

ABSTRACT

THE TEACHING OF GEOGRAPHY AND STUDENTS / WORKERS - AN ANALYSIS FROM EXPERIENCE WITH EJA IN SAPIRANGA-RS

Author: Murilo Souto Alves

Adviser: Prof. Dr. Eduardo Schiavone Cardoso

Date and Local: Santa Maria, July 17th 2009.

ABSTRACT

The organization of production activities, historically, has several relations which influence the world's socio-spatial design. One of the social groups which are most interested in understanding how such labor relations stipulate our social and spatial condition are the EJA (Education for Youngsters and Adults) students-workers, especially the EJA students from Dr. Décio Gomes Pereira School, located in Sapiranga-RS, which are the target of this work. The active teaching of Geography, focusing this group of people, may help to reveal and contextualize such relations, which contributes to the formation of citizens who are conscious of their socio-spatial reality. To do this, it was necessary a vast theoretical research about labor and the time-space, the economical factors and globalization, historical background of labor and worker's conditions, characterizing the city of Sapiranga-RS aiming to observe how this characterization of labor relations designed and continues to transform the space and the local social condition and, also, the connections existing among labor, education and the teaching of Geography through concepts and methods. Following these steps it was possible to elaborate a course program and also activities to place the Geography teaching into the students' reality. The performance and description of the activities show the exchange of knowledge and experience between the teacher and students during class time going beyond the classroom and with influence in the way of thinking, observing and interpreting the world we live in. This reciprocity brought benefits to the teaching/learning relation in the Geography classes for the EJA students/workers, placing the geographical knowledge into the everyday life of these students.

Key-words: labor relations; Geography teaching; students/workers

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1 – METODOLOGIA.....	11
2 – O TRABALHO E O TEMPO-ESPAÇO.....	14
3 – OS REFLEXOS DO TRABALHO NO LUGAR.....	18
3.1 – Migrações e seus efeitos sócio-espaciais.....	21
3.2 – Configurações habitacionais e comerciais.....	23
3.3 – Movimentos sociais e reivindicações.....	24
4 – A VIDA DO TRABALHADOR.....	26
5 – O TRABALHO E O ENSINO DE GEOGRAFIA.....	32
6 – CARACTERIZAÇÃO SOCIO-ECONÔMICA DE SAPIRANGA.....	47
6.1 – Breve histórico social.....	47
6.2 – Economia local.....	50
7 – A CIDADE, A ESCOLA E O GRUPO DE ALUNOS DA EJA ATRAVÉS DA EXPERIÊNCIA DOCENTE.....	58
8 – A GEOGRAFIA NA EJA DA ESCOLA DR. DÉCIO GOMES PEREIRA.....	67
8.1 – Atividades aplicadas em sala de aula.....	74
8.1.1 – Algumas atividades insatisfatórias.....	75
8.1.2 – Aplicação de atividades e seus resultados.....	77
8.1.2.1 – A divisão internacional do trabalho e a (trans)formação dos espaços.....	78
8.1.2.2 – A Globalização capitalista, o desemprego e a desigualdade sócio-espacial.....	89
8.1.2.3 - Ações do homem e seus impactos no meio natural de Sapiranga.....	100
8.2 - Observações acerca das atividades realizadas.....	108
9 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
BIBLIOGRAFIA.....	115
ANEXOS.....	119

INTRODUÇÃO

O homem, em caráter histórico, para atender seus anseios interfere na natureza com o intuito de garantir, a partir dela, sua sobrevivência e, conseqüentemente, sua reprodução. Através dessa interferência, a ação humana altera o meio em que vive, transformando a natureza conforme as suas necessidades. Para isso, sempre houve a necessidade de organização das atividades de trabalho desenvolvidas entre os membros da coletividade.

Dessa organização surgem as relações sociais e o modo como a sociedade irá se organizar no espaço, sendo um reflexo do passado e uma condição para o futuro. Pode-se afirmar que o trabalho realizado pelo homem é responsável pela organização espacial da sociedade.

Atualmente, essa configuração, sob o molde da Globalização Capitalista, é influenciada pelos interesses da classe dominante da sociedade, grupos sociais apoiados pelo Estado que, por sua vez, legitima as ações desta classe. Estes são detentores do capital acumulado justamente à custa de suas relações com as demais classes subordinadas direta ou indiretamente.

E é neste ponto que se encaixa outro tipo de influência na configuração espacial, através dos movimentos sociais que são baseados na diferença entre os detentores do capital e a força de trabalho. As reivindicações desses últimos por modificações e melhorias econômicas, sociais e estruturais, enfim, por uma melhor condição de vida, resultam em alterações espaciais.

Sendo assim, o que se percebe é que as relações de trabalho, inseridas num contexto histórico, são uma das grandes responsáveis pela forma que o mundo e a sociedade se encontram hoje. São essas relações que orientam o controle político e econômico do espaço por grupos sociais que detenham o capital. Espaços serão diferenciados conforme sua importância para esse grupo dominante, estando a busca pelo lucro veloz e elevado por detrás de todas essas transformações/ações.

A Geografia tem muito a contribuir no estudo do impacto da organização do trabalho nas transformações espaciais e sociais que ocorreram, ocorrem e seguirão ocorrendo. A abordagem geográfica dessa questão se torna imprescindível nos tempos atuais, para que tenhamos condições de analisar de modo completo e devidamente

contextualizado o tema e, assim, evitarmos respostas e pensamentos gerais acerca do assunto.

Essa contextualização do trabalho através da geografia e do seu ensino escolar poderá abrir um vasto leque de informações contidas no tema que, por muitas vezes, permanecem obscuras para a maioria das pessoas. Poderá incentivar formação de cidadãos questionadores da realidade em que vivemos, de modo que pensemos nos rumos da nossa sociedade e se isso é benéfico para todos ou apenas continuará mantendo tudo como está.

Esta dissertação possui como objetivo geral contextualizar as relações existentes entre o trabalho e a configuração sócio-espacial do mundo em que vivemos, através do ensino de Geografia, desenvolvido com estudantes-trabalhadores do EJA (Educação de Jovens e Adultos) da escola Dr. Décio Gomes Pereira, de Sapiranga-RS. Tal contextualização se dará pela própria prática docente deste autor enquanto professor das turmas da EJA desta escola entre o início do ano letivo de 2008 e março de 2009. Deste modo, pretende-se auxiliar na formação do cidadão consciente das diversas relações sócio-espaciais existentes no trabalho e como isto pode estar presente cotidianamente nas suas vidas.

Os objetivos específicos desta dissertação são:

- Analisar as influências do trabalho e suas condições na formação da sociedade e na configuração do espaço, assim como a transformação destes;
- Inserir o conhecimento geográfico no cotidiano dos alunos para que a Geografia seja percebida como algo presente na vida de cada um;
- Investigar os elementos representativos, obstáculos e colaboradores que influenciam na prática docente e no ensino de Geografia para os estudantes-trabalhadores;
- Auxiliar na formação de cidadãos conscientes da função social do trabalho e de seus impactos na vida de cada um, conhecedores da condição de exploração da mão-de-obra através do tempo e como esta exploração formou nossa sociedade e espaço.
- Demonstrar como o ensino de Geografia pode intervir na leitura que o indivíduo realiza do espaço e da sociedade.

Através da metodologia empregada na elaboração desta dissertação pretende-se ainda analisar as diversas influências do trabalho e suas condições na formação da sociedade e na configuração do espaço de modo que se torne possível obter a percepção de que o estudo de Geografia está inserido no cotidiano de cada um. Para isto, faz-se

necessário tornar aplicável e com uso de linguagem acessível aos estudantes os resultados advindos da pesquisa realizada previamente sobre o assunto.

Deste modo é possível inserir o conhecimento adquirido no dia a dia dos alunos, para que o ensino geográfico seja contextualizado de modo correto e prático. Conseqüentemente, esta inserção possibilitará que os estudantes visualizem-se no papel de participantes do processo de transformação espacial desencadeado pela organização social do trabalho, auxiliando na construção da cidadania ativa do estudante-trabalhador conhecedor da função social do trabalho e como isso afeta a sua vida e a das demais pessoas.

1 – METODOLOGIA

A realização desta dissertação envolve conceitos e temas que estão ligados direta ou indiretamente às conexões existentes no trabalho e à relação entre trabalho e o ensino de Geografia. Serão observados conceitos sobre organização e divisão social do trabalho, os fatores econômicos que ordenam estes elementos, o trabalho mediante a globalização, a relação existente atualmente entre o poder público e o capital privado e suas influências no mundo do trabalho e, conseqüentemente, as transformações sócio-espaciais causadas por esses fatores.

Outros conceitos que também são utilizados nesta dissertação dizem respeito aos efeitos do trabalho sobre o espaço, seu poder de configuração e transformação sócioespacial. Neste ponto, insere-se a temática das migrações de mão-de-obra, independente da escala analisada, a configuração espacial das cidades conforme a disposição habitacional e comercial, os espaços privilegiados pelo capital, os espaços de exclusão (formado pela mão-de-obra explorada ou por desempregados), os movimentos sociais na busca por melhores condições de vida dessas populações excluída e seus espaços de exclusão. Todos esses temas relacionam-se entre si e pertencem à análise do trabalho e sua produção de efeitos sobre a sociedade, o meio ambiente, enfim, sobre o espaço.

Conceitos ligados às condições do trabalho e do trabalhador também serão analisados e empregados nesta dissertação. Entre esses estão a condição social do trabalho e do trabalhador mediante a atual fase da globalização capitalista. A condição de vida do trabalhador está imediatamente atrelada à sua condição de trabalho. Isto se

refere aos vários aspectos importantes como o trabalho saudável, com direitos assistidos pela lei e pelo empregador, locomoção apropriada ao local de trabalho, horas trabalhadas, remuneração pelo trabalho que lhe possibilite ter uma vida familiar digna, espaço de habitação com condições de ser habitado, entre outros fatores.

Para tanto foram pesquisados e analisados discursos e conceitos relacionados à Geografia Crítica de autores como Ariovaldo Santos (“A produção social do espaço urbano”), Maria da Glória Gohn (“Movimentos sociais: manifestações e categorias analíticas”), David Harvey (“A condição pós-moderna”), Ricardo Antunes (“Trabalho e migração”) e Istvan Meszaros (“Produção destrutiva e estado capitalista”). Esses autores e obras (além de algumas outras) auxiliaram na leitura e interpretação do modo como o espaço e a sociedade configuram-se atualmente mediante os efeitos da Globalização capitalista.

Nesta dissertação também está sendo observada a relação entre o trabalho e a educação. Ressalta-se o papel da educação nas atividades produtivas, a educação como forma de ascensão ou manutenção social, a caracterização do estudante-trabalhador analisando a sua condição social e métodos e práticas de ensino voltadas para esse público. As formas de abordagem que a Geografia realiza acerca do trabalho, e suas contribuições, também fazem parte do quadro conceitual desta pesquisa. A Geografia analisa a relação existente entre a produção econômica, social e espacial e as transformações sócioespaciais perceptíveis no cotidiano.

A pesquisa referente a este aspecto foi realizada possuindo como parâmetros conceitos presentes nas palavras de Antônio Carlos Castrogiovanni, Lana Cavalcanti, István Mészáros, Marcio Pochmann, Antônio Thomaz Jr. e Ruy Moreira. As obras destes e de outros autores auxiliaram na interpretação dos impactos das relações de trabalho na educação, além de trilharem por caminhos que indicam possibilidades para o ensino crítico de Geografia.

Para a formação deste quadro conceitual foi realizada uma pesquisa teórica acerca da temática que constrói esta dissertação. A elaboração desta base teórica foi fundamental para que houvesse o devido embasamento da linha de pesquisa. Ao passar desse momento foi chegada a hora de verificar se os conceitos pesquisados eram observados na área que serviria posteriormente como local de aplicação de futuras atividades, a cidade de Sapiranga-RS.

Mas para que isto fosse possível foi necessário obter conhecimento prévio acerca da realidade local e nela estar inserido para que a leitura e a interpretação do espaço

local se aproximassem do que o grupo de estudantes vivencia. Neste sentido foram coletados dados estatísticos, realização de pesquisas de campo e entrevistas, coleta de informações sobre a escola e a EJA da escola, seu público e o bairro que a cerca, obtenção de informações históricas, sociais, culturais e econômicas da cidade, com a finalidade de caracterizá-la e contextualizar com a base teórica. Tais informações foram obtidas através de obras sobre a história do município (Lucio Fleck e Dóris Magalhães), além de pesquisa em jornais e imagens antigas disponíveis na biblioteca municipal e biblioteca da escola. Ainda foram obtidas informações através conversas informais com profissionais da escola e com o Secretário de Indústria, Comércio e Turismo da cidade, Elói Antônio de Paula.

Todas essas informações, unidas ao meu conhecimento geográfico e didático enquanto professor e a minha história de vida profissional, social e pessoal, ajudaram a dar um caminho a ser seguido na didática do ensino de Geografia que proponho para os estudantes-trabalhadores da EJA da já referida escola de Sapiranga-RS. A (re)formulação de um programa curricular surgiu como consequência e necessidade da contextualização das relações de trabalho através do ensino de Geografia com base nas concepções do pensamento geográfico crítico, voltado para o questionamento da ordem vigente e para a construção de uma realidade sócio-espacial mais justa

Foram preparadas algumas atividades, baseadas nessa concepção geográfica, a serem aplicadas nas aulas de Geografia no Centro Municipal de Educação Dr. Décio Gomes Pereira, Unidade de Ensino Fundamental da cidade de Sapiranga-RS, para as turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) desta escola. Essas turmas foram selecionadas porque leciono nesta escola para essas turmas (entre outras) e, principalmente, porque as turmas da EJA desta escola são historicamente formadas por estudantes-trabalhadores, seja da indústria (grande maioria), do comércio, setor de serviços ou agrícola. As atividades aplicadas foram devidamente analisadas para que fosse possível verificar seus resultados, sejam os obtidos no momento da aplicação ou os que surgiram posteriormente.

2 – O TRABALHO E O TEMPO-ESPAÇO

A princípio, para que a temática desta dissertação seja devidamente esmiuçada, são necessários que sejam pesquisados, analisados e contextualizados diversos conceitos, paradigmas e linhas teóricas que estejam relacionados com o trabalho e suas transformações sociais e espaciais. De início, é preciso compreender como se dá a organização e divisão social do trabalho e seu papel na metamorfose social e espacial. Pode-se dizer que o homem começou a se organizar em sociedade a partir do momento que organizou o trabalho. Ou seja, a vida em sociedade surgiu da necessidade humana de dividir tarefas e funções, separando cargos e habilidades de cada um ou de cada grupo. Conseqüentemente, isto possibilitou um melhor aproveitamento do tempo e do espaço utilizados para a produção.

Entretanto, essa divisão com o desenvolvimento do capitalismo também gerou dois grandes grupos sociais antagônicos: os detentores dos meios de produção e a classe trabalhadora. Apesar de antagônicos são complementares, ou seja, altamente dependentes um do outro. Os detentores dos meios de produção necessitam da mão-de-obra humana para manusear os meios de produção e, obviamente produzir gerando riqueza. A classe trabalhadora está atrelada aos proprietários dos meios de produção porque são estes que irão proporcionar possibilidades de geração de renda a quem vender a sua força de trabalho.

Esta dualidade apresenta diversas formas e características. Uma delas, e muito importante, é a situação de dependência alienante a que o trabalhador está sujeito. Esta dependência faz com que o indivíduo deixe de possuir vontade própria para que sejam feitas as vontades do empregador, sendo esta vontade a necessidade de acumular capital. Percebe-se que esta relação se apresenta demasiadamente injusta, visto que nos dias atuais o nível de exploração da classe trabalhadora aumenta cada vez mais para que a produção cresça e gere mais riqueza ao seu proprietário. Sendo o trabalhador responsável diretamente pela geração de riqueza, nada mais correto que seja remunerado de maneira justa por seu desempenho e pela riqueza gerada.

Mas esta situação acaba sendo encoberta, não vindo à luz dos olhos de muitos trabalhadores, porque são criadas condições para que esses acreditem que são os verdadeiros necessitados do mercado de trabalho quando, na verdade, são os detentores dos meios de produção que necessitam da força de trabalho a ser vendida por esses

indivíduos que, por sua vez, gerarão riqueza. Essas condições alienadoras são forjadas por quem detêm o poder, seja dos meios de produção, seja dos meios de comunicação, seja poder político, ou a conjunção desses três poderes. São utilizados elementos persuasivos presentes na mídia e, por vezes, em ambientes educacionais, para que sejam criadas condições sociais e familiares para dar fé aos ditames do mercado, fazendo crer a grande massa de trabalhadores que esses necessitam estar prontos o quanto antes e cada vez mais para o trabalho, não importando em que condições isto irá ocorrer.

Como já afirmava Harvey (2005, p.119), o trabalhador que, tecnicamente, é o responsável direto pela geração de riqueza, é excluído de todo processo decisório que ocorre nos meios de produção, assim como também não possui acesso ao conhecimento e inovação gerados internamente no mercado. O indivíduo que vende a sua força de trabalho está sujeito apenas a acatar decisões externas e cumprí-las no menor tempo possível. Sobre estes aspectos da divisão social do trabalho, Harvey (2005, p.119) ainda comenta que

a disciplina da força de trabalho para os propósitos de acumulação de capital é uma questão muito complicada. Ela envolve [...] alguma mistura de repressão, familiarização, cooptação e cooperação. [...] A socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais. A educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais e propensões psicológicas desempenham um papel e estão claramente presentes na formação de ideologias dominantes cultivadas pelos meios de comunicação de massa, pelas instituições religiosas e educacionais, pelos vários setores do aparelho do Estado, e afirmadas pela simples articulação de sua experiência por parte dos que fazem o trabalho.

Como já foi ressaltado anteriormente, essa disciplina do trabalhador gerou o aproveitamento racional do tempo e do espaço e, conseqüentemente, de parcela da sociedade enquanto força de trabalho, independente de sua vontade. Porém, esse mesmo espaço aproveitado passou a ser alvo de fortes mudanças devido à organização do trabalho. Essas alterações já ocorriam anteriormente, porém foram intensificadas com a fortificação das relações econômicas na sociedade organizada. Tais relações são resultados da globalização capitalista vigente, que se apresenta de modo intensificado nas últimas décadas.

O espaço é influenciado pela vida social e pela vida cultural daqueles que o habitam, sendo que esses elementos anteriores são coordenados conforme as necessidades econômicas desta sociedade. Percebe-se isso quando Vieira e Vieira (2003, p.31) afirmam que

o espaço é uma realidade que se transforma sob a ação das forças econômicas em tempos históricos. A construção do espaço social começa com a apropriação, transformação e uso do território. (...) O uso dos territórios foi sempre determinado por regiões econômicas.

Fatores econômicos possuem forte influência na produção espacial que, por sua vez, condicionam a reprodução de formas sociais no tempo e no espaço. Atualmente, percebemos isso como um efeito da globalização na vida em sociedade, transformando, alterando e fortalecendo o capitalismo, trazendo consigo mudanças substanciais no espaço e uma forte aceleração no tempo de vida social.

Isto ocorre porque empresas, governos e pessoas buscam o lucro cada vez mais elevado e rápido. Investimentos são realizados com a necessidade de retorno acelerado, independente do efeito que isto possa trazer para a sociedade. As localidades sofrem o impacto das ondas produzidas como efeito da conjuntura econômica, causada por situações arquitetadas globalmente. As sociedades se transformam (ou são transformadas) para se adaptarem às novas necessidades que antes não existiam, alterando suas relações e seu modo de vida.

Como afirma Dall'Acqua (2003, p.61), os agentes da economia são todos os que participam do sistema econômico, sendo empresas, famílias, governos, entre outros. Esses agentes sempre estarão subordinados aos fatores econômicos vigentes que, por consequência, irão condicionar o modo de vida, de trabalho, de sustento dessas empresas, famílias, governos, etc. Ou seja, os elementos condicionantes da economia são os mesmo que irão ditar os rumos da vida em sociedade.

Estes fatores econômicos, em tempos de capitalismo globalizante, estão sempre associados um ao outro, agindo em conjunto. De modo geral, foram postos em prática pelos detentores dos meios de produção ao criarem meios que possibilitassem um incremento na produção e, como efeito disto, acréscimo na acumulação de capital. Entre esses fatores está a desvalorização da força de trabalho, consequência da modernização dos meios de produção e da redução de custos na produção.

A modernização da produção requer investimentos vultosos em pesquisas, testes, criação de novas ferramentas e implantação de equipamentos, além de demandarem cada vez mais conhecimento e informação na sua elaboração e no seu manusear, limitando a mão-de-obra disponível para o trabalho. A redução de custos durante o processo de produção, vai além da redução de ganhos do trabalhador, chegando ao

aproveitamento de espaços próximos a grandes mercados consumidores, ou a locais de custo reduzido da mão-de-obra, ou ainda terceirização de serviços, entre outros.

Há de se deixar bem nítido que esses fatores não são resultado de ações locais ou meramente temporais. São fatores estabelecidos globalmente mediante a busca por maior acúmulo de riqueza por quem possui os meios de produção. Ou seja, esses fatores atuam de uma forma ou de outra em todas as áreas do mundo, independente de ideologias políticas presentes nos lugares e, também, independente da forma com que esses fatores se apresentam.

Mesmo havendo resistência a esses fatores impostos pelo capitalismo, os lugares sempre sofrem influência deste. Seja na questão do consumo que, de uma forma ou de outra, sempre se manifesta. Seja através da fuga de mão-de-obra qualificada que busca novos desafios ou então é seduzida por propostas irrecusáveis. Seja também pela competição entre mercados e lugares, outro fator econômico do capitalismo globalizante, visto que nesta competição quem não atuar no mesmo ritmo ou seguindo os mesmo valores que o mercado impõe logo será descartado, e isto significa redução ou, até mesmo, fim de investimentos de grande quantidade de capitais.

Relacionados a esta competição estão a velocidade e eficiência na produção. Quanto mais rápido, maior será a produção e, com isso, maior será o capital acumulado. Conforme afirma Dall'Acqua (2003, p.78-79), velocidade, eficiência, investimentos volumosos e constantes geram a competição através do aumento de produtividade e estímulo à formação de novas empresas. Mas, para isso, também é necessário possuir especialização, conhecimento e informação. Sobre os fatores econômicos presentes na globalização e seu fator determinante, o acúmulo de capital, Mézáros (1989, p.27-28) afirma que

a determinação operativa onipresente no sistema do capital é e continua sendo o imperativo da lucratividade. É isto que deve sobrepujar todas as outras considerações, quaisquer que sejam as implicações. Neste sentido, qualquer coisa que assegure a contínua lucratividade da empresa particular, também a qualifica para ser considerada como um empreendimento economicamente viável. Consequentemente, não importa quão dissipador possa ser um procedimento produtivo em particular, contanto que seu produto possa ser lucrativamente imposto ao mercado, ele deve ser saudado como manifestação correta e apropriada da economia capitalista. [...] As práticas dissipadoras são plenamente justificadas, desde que satisfaçam os critérios de eficiência, racionalidade e economia capitalistas pela lucratividade comprovada.

A atividade produtiva exercida por um indivíduo, assim como sua vida em sociedade, está atrelada ao sistema de produção vigente globalmente. A ação desse sistema não se dá de modo local, mas afeta todos os lugares. O encurtamento de distâncias proposto pela globalização trás consigo as transformações embutidas no modo capitalista. Seja o consumismo, ou alterações no modo de produção, ou transformações sociais ou mutações espaciais. Os fatores econômicos presentes no capitalismo globalizante alteram o modo de vida da sociedade e, conseqüentemente, o espaço.

3 – OS REFLEXOS DO TRABALHO NO LUGAR

As características locais são deixadas de lado para que o “objetivo global” seja alcançado, por mais que isto escape da realidade social do lugar. Esses mesmos lugares assimilam a teoria da concorrência imposta pela verdade capitalista globalizante, na qual os lugares, seja dentro da mesma cidade, estado ou país, ou ainda entre países, devem disputar entre si os investimentos feitos pelas grandes empresas nacionais e internacionais.

Esta disputa foi chamada por Santos e Silveira (2004, p.112) de “guerra dos lugares”, que estaria caracterizada pela venda dos territórios dos municípios para grandes empresas na busca por possíveis ganhos que poderiam ser obtidos através dos investimentos que seriam realizados nessas áreas, trazendo consigo as promessas de empregos e melhoria de vida para a sociedade local. Porém, escondem a submissão, depredação ambiental e mais prejuízos do que lucros para a economia do lugar. Destaca-se nessa guerra pelos investimentos a relação entre a esfera pública e a privada, destacada por Carlos (2007, p.32) ao citar que

o capitalismo, o estado e o espaço mundializam-se, o mercado mundial permite a convergência dos fluxos de informação e de mercadorias. O capitalismo constitui-se em totalidade, contornando, destruindo e absorvendo obstáculos, destruindo fronteiras. No processo de globalização o lugar ganha um novo conteúdo, produz-se uma hierarquia diferencial dos lugares que aparece sob forma de uma competição entre lugares pelo investimento. Essa hierarquia se baseia na ação do estado e dos poderes locais através de políticas de organização do espaço que o normatizam. O Estado produz o espaço regulador e ordenador que tende a estabelecer-se no seio do mundial, pois transforma as condições históricas do território nacional engendrando novas relações que se articulam no plano de totalidades mais vastas.

Ainda sobre a “guerra dos lugares”, Santos e Silveira fazem várias ressalvas em relação ao poder dominante das empresas que se instalam nos lugares que venceram a disputa por investimentos, além da dependência e fortes modificações sócio-espaciais que se inserem neste contexto. Segundo Santos e Silveira (2004, p.116),

quando analisamos as condições técnicas e normativas criadas entendemos que esse processo de criação de valor acaba tendo, pra a sociedade como um todo, um alto custo e produz uma alienação advinda da extrema especialização urbana e regional numa produção exclusiva. Mais tarde, a cidade descobre que essa produtividade espacial, esforçadamente criada, não é duradoura e, quando envelhece, o lugar é chamado a criar novos atrativos para o capital. Mas as empresas também convocam o resto do território a trabalhar para seus fins egoístas, mas também inconstantes, de modo a assegurar um enraizamento do capital que é sempre provisório. E, como um capital globalmente comandado não tem fidelidade ao lugar, este é continuamente extorquido. O lugar deve, a cada dia, conceder mais privilégios, criar permanentemente vantagens pra reter as atividades das empresas, sob ameaça de um deslocamento.

As características da disputa dos lugares e suas conseqüências, citadas anteriormente, podem ser desmembradas em diversos elementos geradores das alterações sociais e espaciais. Pode-se começar discutindo sobre uma das formas de investimento realizada, que é a instalação de grupos empresariais em determinados locais. Esta instalação irá transformar a realidade local através do espaço físico destinado e ocupado, alterações de vias de acesso, incremento da infraestrutura, investimentos imobiliários e possível geração de empregos, sem entrar ainda na questão da qualidade social desse emprego.

Esses empregos gerados também podem transformar a realidade local, à medida que irão proporcionar geração de renda ao menos para a reduzida parcela que conseguirá uma vaga no mercado de trabalho. Mas esses mesmos investimentos também podem eliminar vagas de trabalho no mesmo lugar que gerou algumas poucas vagas. Apesar de aparentar contradição, este fato possui sentido quando podemos verificar que determinado grupo empresarial, ao instalar-se, poderá eliminar a concorrência local, dependendo do seu ramo de atividade. Com isso, as vagas de emprego existentes anteriormente na concorrência falida irão desaparecer, permanecendo o problema do desemprego local, ou até mesmo aumentando-o.

Outro elemento desta disputa entre os lugares por investimentos está na já citada submissão. Explica-se a utilização deste termo através da total alienação a que se submete o poder público ao requerer que tais investimentos estejam localizados na área

de sua jurisdição. Para tanto, as áreas em disputa permitem que praticamente seja realizado um leilão fictício para que seja escolhido o local destinado ao investimento. Neste leilão cada lugar oferece o maior número de facilidades e benesses para o grupo empresarial instalar-se na sua cidade. Entre essas facilidades estão a isenção de determinados impostos por um período ou em caráter definitivo, doação de terrenos, construção ou promessas de construção de infraestrutura voltadas para a instalação das empresas visando o incremento da produção, entre outras.

Apesar de soarem como medidas positivas, que poderiam proporcionar o desenvolvimento local, gerando vagas de emprego, renda, acréscimo no consumo e aquecendo a economia local, o impacto que essas “promoções” realizadas pelas instituições públicas, mirando o investimento de órgãos privados, apresentam fortes marcas na sociedade local e, por conseguinte, no espaço, podendo ser consideradas medidas políticas e meramente eleitoreiras. Primeiramente porque a isenção de impostos ocasionará perda de receita por parte do Estado que, por sua vez, realizará menos investimentos em outras áreas carentes que, geralmente acabam sendo educação e saúde públicas. Neste mesmo sentido entra a doação de terrenos para estabelecimentos privados que, além ocasionar perda de receita, terá também como consequência a utilização de determinada área pública para fins particulares, deixando de lado os anseios sociais locais que possuem sua própria história e finalidade, como as questões da moradia, áreas de lazer, construções de escolas e hospitais, etc. Ou seja, não há bônus para a população local.

Aproveitando a questão da relação existente entre as prioridades dos órgãos públicos, os grupos privados e as questões de caráter público real, entra a questão da construção de infraestrutura voltada apenas para facilitar a produção de determinada empresa. O gasto disponibilizado pelo Estado com grupos privados, que teriam condições de bancar sozinhos tais infraestruturas devido às suas altas taxas de lucro, deixa de ser utilizado para sanar as carências do lugar e de sua população.

Enquanto uma área da cidade recebe grandes investimentos para receber uma empresa, outra área permanece abandonada pelo Poder Público. Áreas possuidoras de diversas moradias irregulares, sem a devida condição estrutural de sobrevivência humana, ausência de luz, água encanada, esgoto, recolhimento de lixo, falta de vias de acesso e, conseqüentemente, transporte público, são deixadas de lado porque a prioridade do Poder Público é outra.

A relação de total dependência entre o Estado e o capital privado torna a população existente nesse espaço dependente dos rumos proporcionados pelo resultado dessa relação. Como afirma Harvey (2005, p.207), “quem define as práticas materiais, as formas e os sentidos do dinheiro, do tempo ou do espaço fixa certas regras básicas do jogo social”. Ou seja, quem ordena o modo como o espaço de determinado local irá se desenvolver também pretende ordenar como quem habita neste local deve viver.

A intensa capacidade transformadora da realidade que as atividades de produção possuem é evidente. Essas transformações afetam a sociedade e o espaço vivido, possuindo diversas características. Algumas delas atingem de modo direto o local de vivência e circulação tanto do indivíduo trabalhador, quanto de sua família e seu círculo de relações. Entre essas características, classifico como sendo principais: a questão das migrações e seus efeitos, a configuração habitacional e comercial como sendo elementos condicionados às atividades de produção e suas relações e, ainda, os movimentos sociais e suas reivindicações, como resultado do distanciamento do Poder Público dos anseios de grande parcela da sociedade.

3.1 - Migrações e seus efeitos sócio-espaciais

O trabalhador se sujeita aos mais diversos tipos de situações que o degradam físico, social e mentalmente. Pessoas rumam de um lugar a outro dentro da sua cidade, do seu estado, do seu país, ou até mesmo para fora dele, sempre em busca de um trabalho que lhe renda o suficiente para manter determinado padrão de vida socioeconômico. Em busca de melhores rendimentos, pessoas migram para diversos lugares.

Essas migrações afetam tanto o lugar de saída quanto o de chegada. No primeiro percebe-se um reflexo do que seria a decadência econômica do local, pois este já não comporta a mão-de-obra existente no lugar, seja ela qualificada ou não. Sendo assim, o local se torna um lugar de repulsa dos seus habitantes. E também se torna um lugar de afastamento das indústrias e empresas que já não desejam investir em uma área que se encontra em declínio econômico e social. Muitas vezes, a partida desses habitantes ocorre porque as empresas que atuam no local se modernizaram e não disponibilizam mais vagas para a mão-de-obra tradicional. Esses ficam à margem da sociedade, pois não encontram no lugar novas oportunidades de trabalho.

Mas, o mesmo motivo que levou a expulsão desses habitantes do lugar que antes moravam, também os levou a procurar novas oportunidades em outros lugares. Nos

locais de chegada desses imigrantes existem empresas que também se modernizaram. Mas esta modernização trouxe junto consigo ligeira movimentação econômica. Outras empresas aproveitam o bom momento econômico local para lá se instalarem e lucrarem o máximo no menor tempo possível. Sendo assim, as vagas de emprego neste lugar aparecem e, para os trabalhadores, passa a impressão de serem mais vantajosas do que permanecer no lugar de origem.

Podemos perceber, através disso, que essas migrações são originárias da instabilidade do mercado de trabalho e, conseqüentemente, da economia local que, por sua vez, sofre influência de outros âmbitos aparentemente externos a ela, mas que estão estreitamente interligados. A atual fase do capitalismo, mediante a globalização, possui este intenso “poder” de atingir a tudo e a todos, onde quer que estejam. Seria comparável a um espetacular “efeito dominó”, mas talvez ainda mais rápido. Podemos perceber essas afirmações acerca de migração e trabalho nas palavras de Santos (2007, p.24), quando este relata que

a determinante maior dos fluxos migratórios têm estado atreladas à dinâmica do mercado de trabalho e, mais diretamente, a estratégias de sobrevivência individual e coletiva. Neste sentido, torna-se praticamente impossível dissociar fluxo migratório do mercado de trabalho, uma vez que este tanto fixa quanto expulsa, dependendo das necessidades colocadas, em momentos concretos, pela dinâmica assumida pelo capital no atual período de sua mundialização.

A migração motivada pelo trabalho causa, além de transformações econômicas, alterações sociais e culturais tanto para o lugar de fuga quanto para o de atração. O local de saída fica enfraquecido na tentativa de manutenção e fortalecimento de suas tradições, visto que considerável parcela da sociedade já não valoriza suas raízes e buscam uma forma deixar o lugar. No local de chegada de imigrantes, em busca de novas oportunidades de trabalho, surgem modificações sociais e culturais provocadas por essa nova leva de pessoas, diferentes a até então realidade local, trazendo elementos novos e diferenciados para o lugar.

Essa mistura entre o novo e o tradicional irá transformar o que lá existia e formar uma nova realidade cultural e social, com elementos advindos de diversos lugares, atuando no mesmo espaço, causando tanto a assimilação por parte de alguns indivíduos que as aceitam, ou a geração de conflitos por encontrar resistência por parte de quem abomina esses novos elementos culturais, seja por preconceito ou por ideais diferenciados, e luta pela permanência dos costumes enraizados no local. Esses

imigrantes transformam tanto o ambiente no qual chegaram como o ambiente que deixaram para trás. Além do caráter cultural, as alterações possuem caráter espacial a partir de novas construções e habitações em locais até então desabitados e, muitas vezes, impróprios para qualquer tipo de moradia. A degradação ambiental do local e a degradação social do trabalhador estão intimamente relacionadas.

3.2 – Configurações habitacionais e comerciais

Ao tratar de moradia, outra característica da configuração espacial promovida pelo trabalho no lugar diz respeito às habitações. Neste quesito pode ser incluída tanto a forma da moradia quanto o local de instalação. As cidades se dividem da mesma forma que uma empresa. Existem os locais habitados por indivíduos portadores dos meios de produção ou de pessoas que possuem maior nível de instrução e, por isso, possuem maiores rendimentos. E existem os locais habitados pela grande massa de trabalhadores, nesses estão incluídos os que exercem atividade legalizada e registrada, os que estão na informalidade e os desempregados.

Nessa configuração habitacional também podemos incluir a presença de estabelecimentos comerciais dos mais diversos tipos. Esses também se fazem mais presentes próximos ou inclusos em áreas de grande acúmulo de capital, onde, logicamente, o consumo é maior. Para obter determinado serviço ou bem de consumo, os mais necessitados precisam realizar por vezes viagens entre bairros, ou até mesmo entre cidades, para alcançar o que desejam.

A disposição de habitações e bairros em uma cidade demonstra a diferenciação existente entre os detentores do capital e a força de trabalho, tanto no que diz respeito à sua configuração visual e espacial, quanto à atenção governamental. O poder público age de maneira muito diferenciada em ambos os lugares. Na área onde está presente o capital, a organização se dá de forma intensa e controlada, estando o Estado sempre presente para suprir qualquer necessidade e cumprir seu papel de gestor social. Mas, nas áreas em que atua a força de trabalho, a organização e o controle estatal ocorrem de modo muito diferenciado.

Nessas situações, o que se pode perceber é que a atuação dos governos se dá conforme a previsibilidade de retorno para as suas ações. Agindo nas áreas onde estão presentes os detentores do capital, o poder público terá como retorno outros investimentos realizados por esse restrito grupo, que gerarão lucro para diversos órgãos

públicos ou órgãos privados conciliados com o poder. Nos locais de atuação da força de trabalho, o Estado se faz presente, geralmente, em duas ocasiões. Uma delas é para satisfazer alguns dos anseios desta camada da sociedade que, depois de muito solicitar melhorias de infra-estrutura nos seus bairros, conseguem ser atendidas ao menos parcialmente.

Porém essa mobilização dos órgãos públicos para atender a população carente não se dá por mera conscientização dos governantes em fazer o que deve ser benéfico para todos. Mas, sim, porque necessita dar algum tipo de satisfação para a maioria do seu eleitorado, principalmente em tempos próximos a alguma eleição pública política, independente se ocorre na esfera municipal, estadual ou federal. Busca-se nessas ações camuflar o desprezo dado até então pelo Poder Público, mantendo sob suas rédeas uma grande camada que decide eleições, sendo essa camada manipulada das mais diversas formas.

Ou seja, o Estado, em tempos de capital internacionalizado, prefere investir junto aos detentores do capital, porque dessas áreas consegue retirar algum tipo de lucro, diferente do que ocorreria em áreas habitadas pela força de trabalho necessitada. Sendo assim, o Estado passa a servir apenas aos grupos econômicos e políticos dominantes, deixando o restante da sociedade à margem de qualquer amparo ou direito. Segundo Vieira e Vieira (2003, p.109), essa situação ocorre porque as idéias neoliberais chocaram-se contra o noção de Estado social. Ainda segundo esses autores

as conquistas sociais foram caindo progressivamente ao peso da pressão exercida pelo poder econômico global. As transformações promovidas pela internacionalização das economias nacionais conduziram a mudanças substanciais no desempenho do Estado como gestor social.

3.3 – Movimentos sociais e reivindicações

Uma outra ocasião em que o Estado se faz presente nas áreas habitadas pela força de trabalho é para reprimir a população por reivindicar melhorias e direitos para o local e para a sociedade. O Estado aproveita dos seus órgãos repressores, da Justiça à Polícia, para tentar coibir e encerrar qualquer tipo de insatisfação por parte da população

necessitada. Por vezes, para causar menores estragos, tanto físico, estruturais, sociais e morais, os governos tomam medidas paliativas, remediando determinada situação por um curto prazo de tempo, sem resolver a real necessidade da população.

Porém, na maioria das vezes, a situação que leva ao protesto não surge de forma inesperada. Ela é fruto do descaso histórico por parte de governantes, passando sempre para o seu sucessor a missão de contornar (ou não) o imbróglio. Medidas visuais ou populares nem sempre são as mais benéficas para a resolução da situação. O ideal seria trazer de volta essa população para a sociedade, ou seja, ter seus anseios atendidos, dando-lhes condições necessárias de uma vivência digna, devolvendo-lhes a cidadania. Mas para isso é necessário que seja alterada uma relação que já está totalmente coesa, unida e interdependente, a do Estado com os grupos detentores do capital.

Enquanto isso não ocorre, os movimentos sociais dos rejeitados ou prejudicados pelo capitalismo atual podem e devem se organizar cada vez mais. Essa organização proporciona alterações sociais e espaciais, pois une grupos em torno de uma mesma causa (mas também gera repulsa nos grupos dominantes). Esses movimentos procuram eleger, junto à sociedade, seus representantes políticos para lutar pelos seus direitos e anseios, levando para o Estado sua insatisfação com o modo de governar totalmente alienado, sendo subserviente ao mercado. Essa importância dos movimentos sociais também é retratada por Vieira e Vieira (2003, p.121) ao citarem que

as organizações sociais representativas dos segmentos da população concentrada em núcleos periféricos tendem a desempenhar um papel fundamental no questionamento das demandas comunitárias. Quanto mais organizada estiver uma determinada comunidade, mais forte será seu poder de reivindicação por melhorias na qualidade de vida.

Porém, deve-se deixar claro que existem diversas diferenciações em relação às várias formas existentes de movimentos sociais. Essas diferenças ocorrem tanto nos anseios desses movimentos quanto à sua constituição. Ou seja, as organizações sociais podem possuir objetivos distintos e seus membros participantes pertencerem a grupos totalmente diversos na sociedade. Pode-se dizer que cada grupo apresenta a sua forma de insatisfação e resistência a alguma questão social que os afete diretamente. Segundo Gohn (2003, p.13), os movimentos sociais são “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas”.

Conforme Harvey (2005, p.208), “as mudanças nas qualidades objetivas do espaço e do tempo podem ser, e com frequência são, efetuadas por meio da luta social”. Então, nada é definitivo, muito pelo contrário, através da combatividade, promovida pela sociedade organizada, os rumos do desenvolvimento do espaço pode ser alterado.

4 – A VIDA DO TRABALHADOR

A importância da realização do exame da condição sócio-espacial do trabalho e do trabalhador mediante a globalização capitalista reside no fato de que a condição de vida do trabalhador está imediatamente atrelada à sua condição de trabalho. A transformação da condição do trabalho e do trabalhador, ao passar do tempo, reflete (ou é reflexo) da crescente crise social em vigor mundialmente. Crise esta que é fruto da tendência de acúmulo de capitais sob quaisquer condições. O trabalho e o trabalhador sofrem pelo não reconhecimento e desvalorização de sua atividade, pela perda de direitos e por outros fatores que tornam o indivíduo refém dessa situação. Situação esta que, por sinal, gera a situação de pobreza, o descontentamento, a violência, o desagregamento familiar, o caos urbano-espacial na luta pela sobrevivência e um ritmo de vida alucinante em que se vive apenas para trabalhar.

Ao ser abordada a situação do trabalho e do trabalhador se inclui neste ponto suas condições de trabalho, os direitos e deveres trabalhistas, sua remuneração que permita viver de modo saudável, possibilitando bom convívio social em espaço aprazível e com a infraestrutura necessária e várias outras situações presentes nas relações de trabalho. Dentro deste debate também devem ser inseridas as outras formas de trabalho, as ilegais e as informais. Mas talvez o mais importante neste assunto seja discutir sobre a ausência de trabalho, ou seja, o desemprego que, assim como todos os outros fatores citados anteriormente, também irão proporcionar a condição social e espacial do indivíduo e da sociedade.

Conforme Maestri (2003), anteriormente predominava o trabalho negro escravo no Brasil, os quais eram obrigados a trabalhar sem serem remunerados por isto. Trabalhavam em estabelecimentos comerciais da época, casas de famílias e, principalmente, em grandes lavouras de café que eram a base da economia. Não existiam leis que tratassem sobre o direito do trabalho, apenas em 1850 surgiu, através

do Código Comercial, uma lei que estabelecia o aviso prévio em relação a demissões, mas isto, lógico para trabalhadores assalariados, que eram minoria.

Após a abolição da escravidão, conforme Neto (2008), o país foi aos poucos realizando mudanças de cunho legal para normatizar a situação do trabalhador assalariado, visto que grande parcela da população encontrava-se em tal situação, incluindo ex-escravos e imigrantes. Foram criadas leis regulamentando trabalho para menores, os sindicatos, os acidentes de trabalho, as aposentadorias, as pensões, as férias, além do Código Civil de 1916 que também regulava sobre a força de trabalho.

Após 1939, com a criação da Justiça do Trabalho, as leis passaram a ser mais elaboradas, pois resultavam de estudos prévios realizados por agente competentes do Poder Público. Ainda segundo Neto (2008), isto possibilitou a criação da “Consolidação das Leis do Trabalho” (CLT), que estabelecia direitos e deveres das relações de trabalho. A partir de então, os trabalhadores brasileiros passaram a ser amparados por leis que foram sendo elaboradas com o passar dos anos, como as que legislavam sobre a greve, repouso semanal, 13º salário, FGTS, trabalho rural, trabalho doméstico, vale transporte, vale alimentação, seguro desemprego, entre outras.

Mas, para que tais leis fossem realmente postas em prática, era necessária a ação presente dos sindicatos, formados pelos próprios trabalhadores, para defender seus direitos. Muitos sindicatos demonstraram possuir grande poder não somente na aplicação das leis, mas também na ideologia do mundo do trabalho por deterem influências político-partidárias inseridas em seus discursos. Fizeram-se presentes em diversos momentos decisivos da história recente do Brasil, como na ditadura militar e na luta pela redemocratização do país, lutando por melhores condições de vida da população.

Porém, nem sempre esses sindicatos conseguiram ser atuantes na defesa dos direitos dos trabalhadores. Diversos motivos influenciaram nessa situação. A censura sofrida e o medo de represálias por parte de empregadores abortavam qualquer medida. Os detentores dos meios de produção por vezes também inseriam em cargos de chefia dos sindicatos indivíduos que eram manipulados a defender o discurso da classe dominante, influenciando dentro do ambiente de trabalho.

Mas grande parte dos sindicatos conseguiu ser forte e atuante. E isso gerou descontentamento entre quem possuía os meios de produção, pois a cada reivindicação solicitada pelos sindicatos e atendida pelo Poder Público, era gerado um acréscimo aos custos de produção, tornando o lucro efetivamente mais reduzido. Quanto mais

organizados e centralizados eram os sindicatos, maiores eram os seus poderes, maior o número de trabalhadores sindicalizados e atuantes.

Mas para tentar minimizar essa questão e voltar a aumentar cada vez mais seus lucros, grandes grupos empresariais passaram a descentralizar suas instalações, ocupando espaços dentro do território brasileiro, enfraquecendo os sindicatos e utilizando mão-de-obra mais barata, visto que nessas novas áreas de instalação existiam muitos desempregados e o nível de exigência destes para conseguir um emprego possibilitava maiores ganhos aos empregadores. São os que muitos autores chamam de exército de reserva, à disposição para serem “usados” no momento em que o mercado necessitar e serem dispensados quando o mercado não mais precisar. Sobre esse exército de reserva Singer (1998, p.13) afirma que eles

desempenham o mesmo papel que as mercadorias que sobram nas prateleiras: eles evitam que os salários subam. É melhor falar em exército industrial de reserva do que em desempregados, em primeiro lugar para que fique bem claro o importante papel estabilizador que desempenham. Depois, porque o exército de reserva não se compõe apenas dos que são vítimas do desemprego aberto [...]. Mas, ao lado dos desempregados ativos, há um outro componente do exército de reserva. São os pobres, os socialmente excluídos que se sustentam por meio de ocupações precárias. Estes pobres são candidatos potenciais a emprego no setor formal da economia, tão logo este expanda suas compras de capacidade de produzir.

Os tempos atuais demonstram uma desvalorização sequencial da força de trabalho que, segundo Harvey (2005, p.179) é uma “resposta instintiva dos capitalistas à queda de lucros”. Ou seja, para os detentores dos meios de produção, é muito mais viável precarizar as relações de trabalho para aumentar os ganhos do que reduzi-los e proporcionar uma atividade trabalhista saudável social e economicamente. Nas palavras de Mattoso (1999), dessa forma se define a precarização do trabalho, caracterizada como sendo “o processo de deterioração das relações de trabalho, com ampliação da desregulamentação, dos contratos temporários, de falsas cooperativas de trabalho, de contratos por empresa ou mesmo unilaterais”.

Uma configuração da precariedade das relações de trabalho está presente na remodelação do trabalho escravo (se é que alguma vez deixou de existir). Famílias rurais desencantadas com a vida no campo, crianças, estrangeiros, pessoas com baixo grau de instrução, entre outros, são utilizados como mão-de-obra por empresas nacionais e multinacionais, explorando-os de forma abusiva, trabalhando mais de 14 horas por dia e recebendo em troca apenas comida e local para dormir. Muitas vezes,

esses trabalhadores se vêem “presos” ao trabalho, visto que se desejam adquirir algum produto ou bem devem comprá-lo a preços abusivos do próprio patrão que, por sua vez, cobra como pagamento o próprio trabalho dessas pessoas, formando um círculo vicioso que, enquanto permanecer longe das vistas dos órgãos públicos reguladores, não terá fim.

Outra caracterização da debilidade atual das relações de trabalho, e muito recorrente, é o que Santos (2007, p.22) chamou de “emprego Mac Donalds”, caracterizado como de baixa remuneração, desqualificado e de alta rotatividade. Ou seja, são empregos que remuneram de forma demasiadamente baixa o trabalhador. Geralmente essas vagas cumprem todos os requisitos propostos pela lei, mas isso não significa conforto, segurança, boa remuneração e vida saudável ao trabalhador. Criam-se fictícias “horas-extras” com a promessa de o trabalhador ganhar mais. Entretanto, na realidade não é o que acontece visto que o indivíduo trabalha por mais tempo e continua sendo mal remunerado, já que a base de cálculo utilizado é o mesmo baixo salário já pago pela empresa.

Para esses cargos a qualificação exigida é mínima ou quase nenhuma, basta estar à disposição no mercado de trabalho. E isso é o que não falta no cenário da mão-de-obra brasileira, pessoas que já não se preocupam em fazer o que gostam ou dá prazer, muito menos desenvolver alguma habilidade. A preocupação deles é apenas sobreviver, sustentar a família, alimentar-se e alimentar a seus filhos. Devido à imensa camada empobrecida do país que está à procura de algum “serviço”, estes se tornam alvos fáceis das empresas que buscam custo baixo com a mão-de-obra e retorno rápido do investimento realizado. E é esse “exército de reserva” que garante os lucros dos capitalistas, pois são facilmente encontrados e de modo ainda mais fácil são descartados.

Aparentemente, essa modalidade de empregos flexíveis traria apenas benefícios, visto que proporciona trabalho para muitas pessoas, ainda que para curto tempo. Mas os males são muito maiores que os benefícios. Percebe-se isso nas palavras de Harvey (2005, p.144), quando este autor afirma que esses empregos

não criam por si mesmos uma insatisfação trabalhista forte, visto que a flexibilidade pode às vezes ser mutuamente benéfica. Mas os efeitos agregados, quando se consideram a cobertura de seguro, os direitos de pensão, os níveis salariais e a segurança no emprego, de modo algum parecem positivos do ponto de vista da população como um todo. [...] A atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de

trabalhadores “centrais” e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins.

Estas implicações proporcionadas pela precariedade do trabalho geram configurações espaciais e sociais muito fortes atualmente. Ambas as configurações são marcadas por um processo histórico de fortalecimento do capital em detrimento das relações humanas. O trabalho mal remunerado, as péssimas condições de trabalho, a exclusão de direitos, a informalidade e o desemprego são apenas alguns dos elementos que auxiliam nas transformações sócio-espaciais provocadas pelo capitalismo atual.

A precarização do trabalho gera distorções espaciais devido à queda na qualidade de vida social do indivíduo enquanto trabalhador. Este fato irá provocar mudanças na vida desses trabalhadores já que para tentar obter uma melhor condição de vida para si e para sua família, irão se sujeitar aos mais diversos tipos de situações e condições de trabalho que possam lhe proporcionar uma maior remuneração. A elevação do custo de vida leva o indivíduo a procurar novas formas de trabalho para obter maior ganho salarial. O salário do trabalhador perde valor mediante o aumento de preços de alimentos e de artigos de primeira necessidade, assim como a elevação dos valores dos aluguéis e da passagem do transporte urbano, sem que seja reajustada a sua remuneração com base nos mesmos cálculos utilizados para justificar o acréscimo no preço destes itens.

A questão das migrações (já abordada anteriormente) e seus efeitos é apenas uma das formas de visualizarmos o forte impacto sofrido pela classe trabalhadora, pois esta busca novas fontes de renda longe do seu lugar de origem. Mas existem outras formas de degradação do trabalhador. Por exemplo, há o incessante ritmo de trabalho, no qual pessoas estão empregadas ou subempregadas em mais de um trabalho, exercendo uma atividade durante o dia, outra no período noturno e mais outra (ou outras) no final de semana. Tudo isto no anseio de incrementar a sua renda e tentar ao menos cobrir os custos de uma vida ao menos saudável.

Em meio a tanto trabalho por fazer, o tempo do indivíduo torna-se cada vez mais escasso, pois este dedica praticamente quase todo o seu tempo disponível para as atividades remuneradas que realiza. Não resta tempo para aproveitar o convívio familiar e, muito menos, com amigos. Desse modo famílias são desfeitas e laços afetivos se desvencilham. Desejos e vontades próprias do trabalhador são deixados de lado para que ele consiga alcançar a meta salarial e saldar suas dívidas.

Outro ponto a ser discutido nesta procura incessante por maiores ganhos, relacionado com laços afetivos e de amizade, é que são acirradas rivalidades e o espírito de competição na luta pelas vagas de trabalho à disposição. A sociedade passa a enxergar o próximo como um rival, pronto para tomar o seu lugar no mercado de trabalho. O senso de igualdade e de justiça social torna-se inexistente num mundo em que pode mais quem ganha mais, ou nas palavras de Von Muhlen (2007) “vale mais quem produz mais”, que se torna a lógica do sistema em vigor ao qual o trabalhador terá que se adaptar, assim como os seus valores, se desejar participar dos meios de produção. Von Muhlen (2007, p. 203-204) ainda afirma que

tal processo de adaptação não se dá de forma natural e espontânea para o sujeito, visto que as características das organizações de trabalho, uma vez atravessadas pela lógica capitalista, lhes impõem ritmo e rigidez na realização das tarefas, não ofertando espaço para os desejos, a subjetividade e a individualidade do trabalhador. Para este só resta lançar mão de mecanismos defensivos que garantam sua sobrevivência no processo de produção [...], a dissociação do afeto em relação a representação social do trabalho, fazendo com que fique um vazio na constituição da identidade, uma vez que esse afeto, ao ser deixado de lado, torna o trabalho uma atividade desempenhada mecanicamente, friamente.

Tal fato caracteriza a “desumanização” do ser humano via as atividades produtivas, ou melhor, através das exigências das relações existentes no trabalho para possibilitar que o trabalhador tenha melhores ganhos e, com isso, melhor condição de vida, estando totalmente atrelado às vontades dos proprietários dos meios de produção. É a tecnificação do ser humano, o homem é visto como uma ferramenta, aliás, como uma máquina a mais no processo de produção.

Através do olhar geográfico pode-se observar que a formação do homem cada vez mais mecânico, substituindo as emoções pelas razões, reflete-se na construção e constituição do espaço geográfico. A condição sócio-econômica do homem é o que constrói suas vontades e dita os moldes do espaço. Sobre isto, Moreira (2007, p.67) declara que

a formação espacial é o todo estrutural do espaço produzido. E isso decorre do fato de que os homens suprem suas necessidades convertendo a terra, que Marx denominou sua dispensa primitiva, em vida por meio do trabalho social. Por outro lado, a formação espacial é a própria formação econômico-social em sua expressão espacial, contendo a estrutura e as leis de movimento desta.

O trabalhador deixa de viver, justamente, a sua vida social e familiar. Isso ocorre porque o indivíduo passa mais tempo da sua vida trabalhando, deixando de fazer outras atividades que também seriam do seu interesse.

5 – O TRABALHO E O ENSINO DE GEOGRAFIA

Neste capítulo será analisado o diálogo existente entre as relações de trabalho com a educação e o ensino de Geografia. Para tanto, é imprescindível reconhecer que esses elementos sofrem de mútua influência. Ou seja, os caminhos dados à educação, atualmente em tempos de acúmulo máximo de capital, são os que irão gerar uma gama de profissionais qualificados e habilitados para proporcionar um incremento na produção e, com isso, maiores lucros aos detentores dos meios de produção.

Não é negado o fato de que o grau de instrução do indivíduo irá também oferecer maior ou menor remuneração. Mas, para obter tal instrução esse indivíduo terá que ter condições sociais e econômicas de estudo. Essas condições incluem desde escola com a infraestrutura necessária e profissionais qualificados, envolvendo até condição financeira de obter materiais escolares, transporte para o local de estudo, tempo disponível e o nível econômico da família em relação ao seu sustento.

Portanto, atrelar a educação à uma futura atividade profissional que lhe remunere em melhores condições, visto que considerável parcela da sociedade não possui meios de atingir o grau de instrução exigido devido à sua condição sócio-econômica, já é uma forma de excluir socialmente uma grande parcela de pessoas que se tornarão no imenso exército de reserva à disposição dos grandes grupos empresariais. Conforme afirma Rodrigues (1999),

se a possibilidade de acesso a uma ocupação profissional (e correspondente obtenção de meios de subsistência) estiver numa excessiva dependência da detenção rígida de certas habitações conferidas pelos graus de instrução oficialmente reconhecidos, criam-se novas formas de exclusão social e de quase inevitável marginalidade.

Difunde-se a todo o momento que a educação é o melhor instrumento que pode possibilitar o desenvolvimento socio-econômico de um país, pois através da educação haveria melhor equilíbrio social, uma justa distribuição de renda e um aumento considerável da produção. E, realmente, não se pode negar que a educação é capaz de

transformar positivamente uma sociedade, pois, ainda como afirma Rodrigues (1999), “a educação constitui uma das obras mais dignas e importantes que uma sociedade deve levar adiante”, sendo muito importante para o “progresso material e, até, civilizacional dos povos”.

Porém, essa educação voltada para o avanço socio-econômico de um país, em particular do Brasil, tem sido cada vez mais econômica e muito menos social. E mesmo a questão econômica tem beneficiado mais aos que comandam os meios de produção do que a classe social necessitada do nosso país, mesmo com os recentes ganhos sociais dos últimos anos. Ao tentar justificar a decadência socio-econômica do trabalhador, os detentores dos meios de produção diversas vezes afirmam que o próprio trabalhador atingiu tal condição devido à falta de esforço próprio, atribuindo à educação, ou à falta de educação (grau de instrução insatisfatório) do trabalhador a sua situação atual. Mas, como já dito anteriormente, o incremento educacional está disponível apenas para os que possuem prévia condição material para isso, relegando os demais à contínua condição de sujeição às leis do mercado. Sobre essa relação entre educação, trabalho e mercado, segue-se a linha teórica de Segnini (2008) ao afirmar que

a relação que tem sido estabelecida entre educação e trabalho como condição sine qua non para o desenvolvimento, tão apregoada no contexto econômico e político atual, se constitui muito mais num processo social de legitimação do desemprego e da precarização social que estão ocorrendo no mercado de trabalho, do que uma real e concreta exigência dos processos de produção de bens e serviços. Parece haver uma névoa que encobre esta relação [...], constitui-se em um dos elementos que constrói o consenso, no interior de conflitos e interesses antagônicos. Desta forma, assegura coesão social, legitima e dissimula a ordem social existente.

Acreditar que a educação está limitada a formar ferramentas (trabalhadores) que estão sempre à disposição do mercado com a finalidade de incrementar lucros é subestimar ao extremo o verdadeiro papel social que a educação pode e deve cumprir. Seguindo esta linha de raciocínio vamos ao encontro da “concepção bancária da educação” que, segundo Freire (1978, p.66), acaba por definir essa educação simplista como sendo “um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante. Em lugar de comunicar-se, o educador faz ‘comunicados’ e depósitos que os educandos [...] recebem pacientemente, memorizam e repetem”.

A educação não pode possuir este papel excessivamente conservador, totalmente ausente de questionamento e de raciocínio crítico em relação ao nosso modo de vida social. Aliás, antes mesmo de haver a formação de questionamento e crítica na

educação, devemos verificar se ela está investigando o que é real na vida do estudante e não o que outros grupos sociais desejam que seja a realidade. A educação deve estar vinculada com a vida do estudante, condizendo com o seu cotidiano, tornando a ele perceptível que o que estuda em sala de aula é verificado plenamente no seu dia-a-dia.

Permanecendo na visão de que o ensino está totalmente voltado para o desenvolvimento econômico do país estaremos nos desviando da percepção da realidade que o aluno possui, criando dois mundos diferentes e ele sem saber a qual pertence. Num dos mundos está a educação formal, que o educa a pensar que através do seu estudo irá progredir social e economicamente, levando-o a elaborar planos para um futuro melhor, utilizando métodos e exemplos que fogem do cotidiano do estudante. Em outro mundo está o que a sala de aula não mostra, a sua própria dificuldade de sobrevivência no dia-a-dia, visto que para permanecer estudando ele necessita exercer algum tipo de atividade produtiva e remunerada para custear a sua vida e de sua família e que em aula não se percebe como sendo parte do que estuda.

Estes dois mundos formados pelo distanciamento da educação com a realidade vivida pelos estudantes tornam o ensino desinteressante. Pode até mesmo ser considerado inútil por parte dos estudantes, visto que ele não consegue compreender que serventia terá os conceitos discutidos em sala de aula se no seu dia-a-dia não há ocasião para a sua aplicação. Este distanciamento da educação em sala de aula da realidade cotidiana do estudante é abordado por Castrogiovanni (2000, p.13) ao afirmar que

existe pouca aproximação da escola com a vida, com o cotidiano dos alunos. A escola não se manifesta atraente frente ao mundo contemporâneo, pois não dá conta de explicar e textualizar as novas leituras de vida. [...] A escola parece ser homogênea, transparente e sem brilho no que se refere a tais características. É urgente teorizar a vida, para que o aluno possa compreendê-la e representá-la melhor e, portanto, viver em busca de seus interesses.

Por “teorizar a vida” entende-se que a escola deve ensinar o aluno a compreender o que acontece ao seu redor, trazer à luz o que parece estar escondido e que não é discutido, entender o porquê das situações que o cercam. No caso da relação existente entre a educação e o trabalho, o ensino possui o dever de desmistificar essa relação, esclarecendo as suas influências, as distorções e o que mais que pode estar obscuro e que atinge de maneira direta o estudante-trabalhador.

Para tanto, faz-se necessário contextualizar os conceitos didáticos, construídos na Geografia neste caso, com a realidade do cotidiano do grupo de estudantes visados. Essa contextualização deve envolver o seu próprio conhecimento elaborado através do saber adquirido pela sua própria vivência. O saber de mundo do estudante diz muito sobre a sua realidade, sobre as suas vontades e, principalmente, sobre as suas dúvidas.

Essas dúvidas fazem-se muito importantes porque, unindo-as ao saber científico obtido através dos conceitos discutidos na escola, poderão ser sanadas e gerar muitas outras dúvidas. Dessa maneira forma-se um ciclo praticamente interminável de busca por mais conhecimento, visto que a curiosidade e o desejo de aprender mais estarão sendo estimulados no estudante.

Dessa forma, o aluno poderá construir o seu próprio conhecimento a respeito do que percebe e vive ao seu redor, sabendo estabelecer relações entre diferentes fatos, entendendo como esses fatos estão presentes no seu dia-a-dia e como o atingem, filtrando informações para evitar que seu raciocínio seja manipulado e, com isso, direcionado a seguir determinadas tendências, enfim, possibilitando que os estudantes exerçam plenamente seu pensamento crítico, posicionando-se frente aos desafios encontrados na sua vida, desempenhando de forma ativa a sua cidadania.

Sobre a importância da formação de conceitos por parte do aluno e a contextualização do saber científico com o saber de vida, Cavalcanti (1998, p.129) declara que a escola deveria aproximar o cotidiano para dentro de si “com o intuito de fazer uma reflexão sobre ele a partir de uma confrontação com o conhecimento científico. Nesse sentido, deve estar estreitamente ligada ao cotidiano”. No caso da relação que há entre a educação e as relações de trabalho, unir o conhecimento obtido fora do ambiente escolar com o conhecimento científico servirá para desvelar as relações existentes nas atividades produtivas. Relações essas que muitas vezes mantêm às escuras elementos que atingem de modo direto o trabalhador e condicionam o seu modo de vida socioeconômico.

Como já foi dito anteriormente, a educação passa a ser forjada para embutir valores que a lei do mercado, dominada pelos detentores dos meios de produção, deseja que os indivíduos possuam, de modo a pensar que as coisas são como são porque devem ser assim, que a condição de exploração do trabalhador tende a piorar caso ele não se qualifique do modo que o mercado exige e que devem estar prontos e sujeitos para o que der e vier para manter o seu emprego, custe o que custar. Observa-se isto nas palavras de Mészáros (2005) quando este afirma que

a educação institucionalizada, especialmente nos últimos cento e cinquenta anos, serviu o propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista mas também o de gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhum tipo de alternativa à gestão da sociedade ou na forma internacionalizada ou num ambiente de dominação estrutural hierárquica e de subordinação reforçada implacavelmente.

O questionamento sobre essa condição de vida imposta pelo capital no atual sistema deve ser estimulado pela educação, já que é esse sistema em vigor que mantém sob controle as classes desfavorecidas enquanto que uma minoria consegue obter ganhos expansivos com a exploração dos trabalhadores. O estabelecimento de conexões entre os elementos que circundam o universo das atividades produtivas é essencial para que a temática seja analisada por completo, e não apenas de um ponto de vista único e predominante. Desta forma, para escapar dos mitos e caracterizações criadas pelos grupos dominantes de modo a controlar a massa trabalhadora dominada, a educação deve auxiliar este grupo a desvendar o mundo ao qual pertence, esclarecendo os reais motivos da sua condição de vida. Conforme afirma Freire (1978, p.44), em relação a pedagogia do oprimido,

será sempre a ação profunda, através da qual se enfrentará, culturalmente, a cultura da dominação. No primeiro momento, por meio da mudança de percepção do mundo opressor por parte dos oprimidos; no segundo, pela expulsão dos mitos criados e desenvolvidos na estrutura opressora e que se preservam como espectros míticos, na estrutura nova que surge da transformação revolucionária.

A propósito, uma abordagem a ser feita pela educação em relação ao trabalho diz respeito à cidadania. Possibilitar a real noção de cidadania é um dos deveres que a educação possui, no sentido de que ser cidadão significa conhecer sobre o mundo em que se vive, lutando por uma organização da sociedade mais justa e democrática (Kaercher, 2002, p.225). Através das relações envolvidas nas atividades produtivas, torna-se possível compreender os sentidos da crescente desigualdade social e econômica das últimas décadas e, conseqüentemente, da transformação da noção de cidadania.

Atualmente, a idéia de ser cidadão está remetida à capacidade de consumo de cada indivíduo e a parcela da sociedade a qual este pertence. Num mundo visto como se todos fossem iguais e possuíssem as mesmas condições de vida ou de oportunidades, essa liberdade significaria que cada um teria toda possibilidade de alcançar a cidadania

construída ao modo capitalista. Para isto, obviamente, deve ser exercida alguma atividade produtiva junto a quem possui os meios de produção. No mundo capitalista, onde segundo a sua teoria todos são iguais e livres, cada um vende a sua força de trabalho e recebe a remuneração que considera justa por isto.

Essa igualdade e liberdade teóricas camuflam a desigualdade existente entre os detentores dos meios de produção e a classe trabalhadora, entre quem possui e acumula o capital e quem trabalha e fornece o capital. Mantendo a falsa noção de igualdade o sistema capitalista propaga essa relação como sendo justa, cada um estando no seu devido lugar e tendo aquilo que merece. O que não é difundido pelo sistema organizado pelo capital é que essa meritocracia não apresenta nada de justiça na sua formação e a educação pode auxiliar na desmistificação dessa inverdade. Aliás, a própria educação atualmente cumpre o seu papel de disseminar o vínculo existente entre cidadania e consumo ao estimular o raciocínio de que o grau de instrução do indivíduo é uma exigência que o mercado de trabalho impõe e, como consequência, não cumprindo esta exigência logo ele estará fora deste mercado, sem receber a remuneração que considera justa e deixando de ser cidadão-consumidor.

No entanto, essa educação voltada integralmente para completar postos de trabalho que, por sua vez, irão render lucros para quem possui os meios de produção, omite a exploração histórica sofrida pela classe trabalhadora através da sua abordagem totalmente impregnada pelo discurso da classe dominante. A educação ao repassar a visão dessa classe está auxiliando a manter a ordem vigente, sustentando a relação entre acumuladores de capitais e geradores de lucros como sendo justa e necessária, como se cada um estivesse a realizar o que está destinado a cumprir historicamente.

Sobre o desenvolvimento do capitalismo e sua relação envolvendo cidadania, consumo, trabalho e educação, Portela (2000) afirma que ele serviu para manter às escuras as desigualdades existentes nesse sistema pois encarando à todos como iguais não haveria “antagonismo entre capital e trabalho, dominante e dominado, capitalista e trabalhador”, já que os dois grupos estariam sob às ordens do mesmo sistema social. Portela (2000) prossegue a linha de raciocínio ao citar que

ser cidadão [...] diz respeito a adquirir propriedade de coisas que venham suprir as necessidades e ter direitos e obrigações para com a sociedade. [...] Para que as relações entre capital e trabalho, dentro da sociedade capitalista, não apareçam como conflitantes estas são colocadas como realizadas por indivíduos isolados, livres e iguais. Isso impede que no plano do direito, no plano político, no plano educacional ou no plano econômico, por exemplo,

as desigualdades sociais se expressem como tais. O trabalho e a educação são elementos deste processo de construção da cidadania capitalista.

O incentivo à qualificação do trabalhador, por parte dos grupos empresariais, para suprir as carências desses mesmos grupos, não vem acompanhado de um equilíbrio na justiça social, visto que o desemprego entre esses mesmos trabalhadores vem crescendo apesar dessa qualificação. Confirma-se tal situação na palavras de Pochmann (2004, p.388), ao afirmar que “à medida que se eleva a escolaridade da população de baixa renda, acompanha, em indicadores mais expressivos, o desemprego”. Ou seja, mesmo a qualificação exigida não é garantia de emprego já que a sua condição social é limitadora aos olhos de quem emprega.

Diante disto, percebe-se uma grande falácia no discurso que a educação abrirá portas a todos, concedendo melhores postos de trabalho e, conseqüentemente, melhor remuneração, para quem obter melhor instrução. Apesar do incremento educacional o trabalhador não consegue obter a melhoria de vida desejada e, pior, ainda fica sem emprego. Como dito antes, a condição social deste trabalhador é o que obstrui o seu avanço. Mas para conseguir ter melhor condição social e econômica ele depende de uma justa relação nas atividades produtivas. Os poucos que obtiveram êxito conseguiram certa melhoria salarial, mas frente à grande camada que não teve o mesmo sucesso isso ainda é muito pouco.

O simples fato de ampliar os horizontes educacionais da população mais necessitada não garante a eles uma melhor condição de vida, pois eles apenas estarão mais “aptos” a lutar por uma vaga no disputado mercado de trabalho. Mercado este que destrói personalidades, ideologias e sentimentos individuais, transformando a todos em máquinas prontas para render, para fazer gerar lucros cada vez mais altos aos detentores dos meios de produção.

A educação tem um papel primordial neste sentido, pois ela enquanto se mantiver totalmente passiva ao discurso capitalista estará cumprindo, erroneamente, seu papel de formar indivíduos prontos a produzir, gerar riqueza e consumir. Sem nenhum tipo de questionamento que incentive o raciocínio crítico e estimule a indagação sobre a condição social e econômica dos próprios estudantes e trabalhadores. A real função da educação deve ser a de auxiliar na formação de cidadãos críticos e ativos, conscientes da sua realidade socioeconômica e dispostos a alterá-la de modo democrático, em conjunto com a sociedade. Vinculando educação, trabalho e melhorias na condição social e econômica da população, Pochmaan (2004, p.389-390) afirma que

a elevação do nível escolaridade assegurou uma renda maior que nos estratos educacionais inferiores, mas não garantiu o acesso ao emprego e muito menos uma proteção contra a precarização e deterioração dos níveis de renda em cada estrato. Transformar este círculo vicioso numa relação virtuosa é o grande desafio da sociedade brasileira. Para tanto, a expansão da escolaridade deve ser vista não apenas do ponto de vista da produtividade, mas especialmente da cidadania. Para que o país possa colher os frutos da sociedade do conhecimento, deve-se aumentar o ritmo de crescimento econômico e de acumulação de capital, promovendo simultaneamente uma redistribuição do tempo de trabalho e da renda. Dessa forma, amplia-se o retorno social do investimento.

Atenção especial deve ser dada à maneira de atuação da educação frente às populações mais carentes, pois esta, conforme Resende (1986, p.12), estará subordinada à cilada conservadora presente no discurso educacional vindo da classe dominante. Ainda segundo Resende, para que o ensino consiga se esquivar de tal conservadorismo é preciso que o conteúdo da educação seja redefinido, trazendo à luz a sua verdade social e política através de uma nova estratégia pedagógica inserida no cotidiano estudantil.

As relações que envolvem as atividades produtivas são responsáveis de modo direto na configuração e transformação do espaço e da sociedade. Por este motivo, a Geografia tem muito a contribuir na apreciação dessas relações, analisando, contextualizando e esclarecendo a elas de modo que facilite a leitura e a percepção sócio-espacial. A princípio, deve-se compreender que, segundo Thomaz Júnior (2002), o trabalho realizado pelo indivíduo e as categorias de base da Geografia (paisagem, território, lugar e espaço) se comunicam através do próprio entendimento histórico do trabalho, de modo material e também subjetivo, analisando as formas e faces do espaço regulador. Essas formas e faces foram moldadas conforme os elementos presentes nas atividades produtivas foram se desenvolvendo, dando-lhes um significado próprio com importância histórica para a caracterização social.

A origem das formas e faces do espaço surgiu quando o homem interferiu no meio natural com a finalidade de retirar deste o necessário para a sua sobrevivência. Com o passar do tempo, a intervenção do homem no meio tornou cada vez mais agressiva devido às teorias e formas de vida social acumulativas de riqueza, gerando espaços e sociedades diferenciadas que são um reflexo da divisão social do trabalho.

A Geografia acompanhou estas mudanças no modo como o homem se apropriava do espaço através de suas atividades produtivas, como o moldava e era limitado por ele, possuindo entendimentos diferenciados para estas mudanças. Antes a

Geografia possuía uma visão positivista do trabalho e dicotômica do espaço, dividindo-o em natural e humano para mediar as transformações promovidas pelo homem na natureza. Mas com o passar do tempo, em específico após a segunda guerra mundial, a Geografia já demonstra estar totalmente inserida no discurso capitalista ao sugerir a racionalização dos recursos naturais com fins de aumentar a produção industrial que se espalhava por todo o mundo, identificando o trabalho realizado pelo homem, mas, sem a construção de uma crítica às consequências deste trabalho (Thomaz Júnior, 2002).

Ainda segundo Thomaz Júnior, o trabalho, em caráter histórico, era observado na Geografia como distante da sociedade já que fazia parte do processo social proporcionado pela reprodução do capital. O trabalho na Geografia também era visto como distante da natureza, sendo considerado como atividades humanas, estando o homem fora da natureza. Dessa forma percebe-se que, historicamente, a Geografia teria abordado o trabalho como algo imutável e inquestionável, como pertencente ao processo de desenvolvimento social e espacial independente das possíveis consequências que poderiam estar vinculadas a esse desenvolvimento. Dentro disto, o homem era observado como uma ferramenta em benefício desse processo, sendo separado em donos dos meios de produção e força de trabalho, mas ambos atuando em conjunto e com o mesmo objetivo.

Entretanto, o modo como a Geografia brasileira observa as questões relacionadas às atividades produtivas passaram por grandes mudanças a partir da renovação do pensamento geográfico, no fim da década de 1970. Segundo afirma Moreira (2007, p.31), essa renovação se deu baseada em diversas temáticas e, uma delas, diz respeito à crítica ideológica. Intensificou-se o questionamento da forma como a Geografia se apresentava, tanto em escolas, em ambientes acadêmicos ou frente ao Estado e qual seria o seu papel através do discurso geográfico vigente.

A crítica passou a ser elemento presente na abordagem geográfica. Porém, os geógrafos devem possuir o cuidado para não trilhar por críticas vazias, carregadas de sentimentos ideológicos meramente oposicionistas mas sem preocupação sócio-espacial com a realidade. Faz-se necessário a leitura, interpretação e contextualização das informações referentes ao espaço para que o fator crítico geográfico possua valor para a sociedade.

Desse modo, o elemento crítico passou a vigorar na análise geográfica das relações de trabalho, valorizando o questionamento das causas e consequências do modo de produção dominante em atuação no mundo e, conseqüentemente, no Brasil. A

abordagem geográfica do tema passou a valorizar as questões que ligam o homem a natureza mediante as relações de produção, unificando o modo de visão e, ao mesmo tempo, ampliando o campo de análise, já que diversos elementos de análise estão inseridos no contexto produtivo. Sobre o enfoque crítico dado pela Geografia a partir de então às relações de trabalho, Thomaz Júnior (2002) afirma que a Geografia se livrou das amarras que impedia a compreensão da totalidade social do trabalho, ou seja,

considerando o processo dialético que unifica as dimensões ambiental e sócioespacial, como faces do mesmo conceito. Com as atenções voltadas para a dialética do processo social, o trabalho sob o enfoque geográfico, é compreendido por nós, pois, como expressão de uma relação metabólica entre o ser social e a natureza, sendo que nesse seu ir sendo ou em seu vir a ser está inscrita a intenção ontologicamente ligada ao processo de humanização do homem. [...] É nesse processo de autorrealização da humanidade através do trabalho, ao longo dos tempos, é que reconhecemos o conteúdo do metabolismo social do capital que faz com que sociedade e natureza e, as mediações que governam essa relação dialética, sejam lidas pela Geografia como base fundante da compreensão a polissemia do trabalho no mundo atual ou a polissemização da classe que vive do trabalho.

O modo como a Geografia passou a investigar as relações de trabalho contribuíram para uma melhor leitura e interpretação da realidade que nos cerca, cabendo uma compreensão mais vasta sobre a atuação dos diversos elementos existentes nas relações produtivas. Os impactos sócio-espaciais dessas relações passam a ser melhores visualizados e são alvos de pesquisas que buscam levar à sociedade explicações para as condições de vida atual, abrindo caminho para o surgimento de novos rumos e novas possibilidades que tragam a sustentabilidade do nosso meio.

A abordagem crítica da Geografia, logo, refletiu no ensino/aprendizagem de Geografia. A metodologia utilizada didaticamente precisou ser revista para que fosse possível inserir o elemento crítico no ensino. Mas antes de tudo, era preciso aproximar o ensino de Geografia do cotidiano do estudante visto que, por muitas vezes, este ocorria de forma sistemática e burocrática, tornando a Geografia desinteressante, restringindo-se ao ambiente escolar.

Era necessário (e continua sendo) escapar da armadilha do ato de decorar dados, do qual o ensino de Geografia utilizava-se muito, assim como as demais disciplinas escolares, e empregar a Geografia devidamente contextualizada à realidade do aluno. Uma Geografia decorada sobre as atividades produtivas realizadas pelo homem traz apenas informações referentes à dados estatísticos e locais, como, por exemplo,

números do desemprego, países com maior ou menor produção, onde se localizam esses países, estados mais ricos do país, e etc.

Essas informações são importantes, logicamente, mas se não forem devidamente contextualizadas irão pertencer à uma espécie de vazio didático que apenas repassa dados mas não ensina a raciocinar sobre ele. É necessário incentivar a indagação dos fatos para que seja possível a compreensão desses, entendendo seus sentidos e motivos de se apresentarem da forma como conhecemos. No caso das relações de trabalho, as circunstâncias que as envolvem devem ser reveladas para que o estudante consiga visualizar e questionar a realidade que vivencia.

Os exemplos utilizados nas aulas de Geografia são muito importantes nesse sentido, eles devem permitir que os alunos reconheçam a Geografia como sendo algo que está presente no seu cotidiano, indo além da escola. Aproximar a Geografia para perto do aluno pertence à constituição básica da Geografia Crítica, incentivando indagações, dúvidas e pesquisas que motivem os estudantes a aprender e estudar Geografia, conscientes da sua presença no seu dia-a-dia. Esta crítica atuante no ensino de Geografia é abordada por Vesentini (1987, p.78) quando este afirma que

um ensino crítico de geografia não consiste pura e simplesmente em reproduzir num outro nível o conteúdo da [s] geografia [s] crítica [s] acadêmica [s]; pelo contrário, o conhecimento acadêmico [ou científico] deve ser reatualizado, reelaborado em função da realidade do aluno e do seu meio.

Ainda sobre a crítica no ensino de Geografia, este mesmo autor ainda faz algumas observações sobre a sua atuação nos dias atuais.

O ensino de geografia no século XXI, portanto, deve ensinar – ou melhor, deixar o aluno descobrir – o mundo em que vivemos, com especial atenção para a globalização e as escalas local e nacional, deve focar criticamente a questão ambiental e as relações sociedade/natureza [...]. (VESENTINI, 1995, p.56)

As relações de trabalho estão inseridas nos elementos destacados na citação anterior como sendo os que merecem especial atenção no ensino de Geografia nos tempos atuais. Os elementos que constituem as atividades produtivas são diretamente atingidos pela globalização, independente da escala de análise, afetando o meio ambiente e sua relação com a sociedade, transformando a ambos. Torna-se indispensável o entendimento desses elementos para que haja a compreensão da

realidade, do mundo e do tempo em que vivemos. O ensino crítico e contextualizado da Geografia permite o esclarecimento dessas relações de trabalho.

Dessa forma o ensino de Geografia, como afirma Azambuja (1998, p.23), dedica-se “a entender as condições de vida da humanidade nos outros lugares e tempos para que cada um entenda-se no seu tempo e lugar como sujeitos das suas ações”. Ou seja, a Geografia pode descortinar as relações presentes nas atividades de produção, observando os papéis dos agentes dessas relações, como e por que afetam a sociedade e o espaço em que vivemos e, principalmente, não permite ficarem alheios à realidade. A Geografia ao auxiliar na tomada de conhecimento do que condiciona o modo de vida e o cotidiano de cada um, incentiva o exercício da cidadania plena do indivíduo na busca por uma melhor condição sócio-espacial de vida.

A Geografia, ao pesquisar as relações de trabalho, deve procurar inserí-la no cotidiano dos alunos para que esses assimilem as informações concernentes à realidade de cada um. Para tanto, os professores de Geografia não podem furtar-se a utilizarem de todos os meios disponíveis e que influenciam no ensino/aprendizagem de Geografia. Neste rol incluem-se desde exemplos retirados do dia-a-dia vivenciado pelos alunos, aspectos culturais e familiares que esses trazem consigo como, também, podem ser utilizados elementos que influenciam na vida desses alunos, como os diversos meios de comunicação.

O ensino de Geografia, assim como as demais disciplinas escolares, também é tocado pela intervenção causada por elementos externos ao ambiente escolar e aos conceitos científicos. Mas, de modo algum, esses elementos podem ser deixados de lado pelo professor de Geografia em sala de aula. Ele deve procurar inserir o conhecimento prévio adquirido pelo aluno no conceito científico a ser trabalhado. Torna-se necessário que o ensino de Geografia mescle as fontes de conhecimento do aluno para que a relação ensino/aprendizagem mostre-se completa ou ao menos perto disso.

Uma das principais características do grupo social de estudantes trabalhadores, público alvo desta pesquisa, é o embate existente entre a sua realidade e a realidade escolar. A escola por muitas vezes torna-se desinteressante frente ao estudante por não abordar em sala de aula o que ele vive fora dela, tornando restrito ao ambiente escolar os conceitos científicos que os alunos debatem com o professor. Esta fuga da realidade é ainda mais evidente no caso do estudante trabalhador visto que este traz para a aula seus conhecimentos obtidos no seu grupo social, no ambiente familiar e no trabalho, conhecimentos que diferem do que é encontrado na educação conservadora.

Com tal distanciamento, a escola se afasta do conhecimento e da cultura que o aluno possui, homogeneizando a cultura da população, conforme afirma Albuquerque (2002, p.348). Esta mesma autora, ainda sobre vácuo que existe entre a escola e a realidade do aluno fora dela, afirma que

quando o aluno chega à escola, tem de desprezar o que sabe em nome de uma cultura letrada. [...] Quando o aluno chega à escola, traz saberes que obteve com os grupos sociais com os quais convive, como também uma cultura de massa [...]. Portanto, a escola nem pode negar a cultura dos grupos sociais de que esse aluno faz parte, nem tampouco a cultura de massa. Como trabalhar com o aluno que chega à escola com esse perfil? Para nós, professores, é um novo desafio [...].

A aproximação de conceitos do cotidiano com os conceitos científicos, através do ensino de Geografia, pode proporcionar a construção de conceitos por parte do aluno que, por sua parte, identificará na sua realidade sócio-espacial o pensamento concebido por ele próprio pelas fontes entremeadas pela Geografia. Essa construção é classificada como “uma habilidade fundamental para a vida cotidiana” por Cavalcanti (1998, p.139) por permitir que o indivíduo organize a realidade ao seu redor, estabelecendo atributos para os objetos constituintes dessa realidade sócio-espacial e permute experiências com outros indivíduos. Saber interpretar o espaço em que se vive e as conexões entre os diversos elementos presentes no espaço é primordial para que se arquitete a Geografia do cotidiano de cada um visto que, de acordo com Cavalcanti (1998, p.122) “a Geografia é uma prática social que ocorre na história cotidiana dos homens” .

Utilizar a realidade sócio-espacial dos alunos como exemplo é primordial para o sucesso do ensino/aprendizagem de Geografia. A contextualização do ensino de Geografia torna possível a formação de crítica através da educação. O ensino de Geografia crítica possibilita que o estudante conheça o mundo em que vive em todos os aspectos da relação da sociedade com a natureza, interpretando as informações a que tem acesso no dia-a-dia de maneira correta e reconhecendo como elas se fazem presentes na sua vida. A Geografia deve ser vista como parte integrante da vida do estudante já que ela possui como base as relações do homem em sociedade e com o meio em que vivemos e, também, como essas relações definem o espaço atual. Sobre a Geografia presente no cotidiano de cada um, indo além da escola, Cavalcanti afirma que

para superar o formalismo didático no ensino de Geografia é preciso, entre outras coisas, que seus agentes – professor e alunos – estejam realmente envolvidos no processo de ensino, o que requer do professor a organização

de atividades levando em conta as necessidades individuais e sociais dos alunos, as condições concretas em que o ensino se realiza e os modos mais adequados de tratamento dos conteúdos para que os alunos estejam em atividade intelectual permanentemente e possam, assim, construir seu conhecimento. Nesse raciocínio, um dos caminhos para aquela superação é o de buscar clareza quanto à utilidade dos conhecimentos que a Geografia veicula para as vidas das pessoas em geral e para a dos alunos.

Tratar a questão do trabalho através da Geografia e envolvendo o dia-a-dia do aluno é uma tarefa que possui vasta gama de assuntos a serem tratados e contextualizados. Mas isso não significa que seja uma empreitada simples pois as relações de trabalho possuem elementos que nem sempre estão à luz para uma devida interpretação de quem o analisa de modo superficial. Aliás, a permanência na obscuridade de certos temas, relativos às atividades produtivas, é ponto essencial para que a ordem, imposta pela classe dominante, vigore como sendo a única possível de existir.

Os exemplos trazidos pelos alunos devem ser lidos e interpretados de modo que seus elementos e conexões sejam esclarecidos e não resem pontos sombrios que deixaram de ser tratados por um motivo ou outro. Além dos exemplos dos alunos o professor pode utilizar exemplos retirados dos diversos meios de comunicação para utilizar em sala de aula. Mas, assim como nos exemplos dos alunos, no aproveitamento de elementos midiáticos deve haver uma análise e interpretação cuidadosas a fim de evitar que equívocos, propositais ou não, causem distorções no ensino/aprendizado de Geografia. Afirma-se isto porque é sabido que muitos meios de comunicação sofrem de influência direta dos grupos sociais dominantes, entre eles estão os detentores dos meios de produção, que são capazes de influenciar pensamentos ou até mesmo criá-los com o intuito de manter sob controle determinada parcela da população.

Conforme afirma Claval (1979, p.14), o poder dominante também nasce da aptidão que esses indivíduos possuem para influenciar a quem possui contato com eles de uma forma ou de outra. Ainda segundo Claval, são utilizadas artimanhas de sedução e convencimento para fazer com que sejam aceitos seus pontos de vista, destacando-se, desta forma, lideranças que possuem a autoridade reconhecida pela maioria e inspiram comportamentos. Essas lideranças, conforme afirma Laswell (1977, p.11), pertencem às elites dominantes que possuem receio de ameaças internas e, por isto, previnem-se impondo segurança sobre assuntos políticos do seu interesse, reafirmando a ideologia da elite e reprimindo as contrárias. Este controle é essencial para o manejo do espaço por parte daqueles que detém o poder do capital visto que este tem determinado atualmente

as configurações sociais e, conseqüentemente, espaciais do mundo em que vivemos. Sendo assim, é inegável o grande poder social que os meios de comunicação possuem.

No caso das relações envolvidas nas atividades de produção, os grupos dominantes utilizam a mídia para incentivar o raciocínio de que o modelo vigente, mantido à força pelo sistema capitalista em tempos de globalização, seria o ideal e o único existente para a formação de uma sociedade justa, com oportunidades iguais para todos. Contudo, este sistema gera desigualdade socio-econômica crescente e comando do espaço por parte de quem detém o poder da produção e da comunicação.

Entretanto, ao invés de permitir que esses grupos deturpem a noção de realidade do indivíduo, o professor de Geografia pode contextualizar as informações obtidas através da mídia com a intenção de circunstanciar as informações que ali constam. O detalhamento da análise a ser feita com base na informação divulgada pela mídia é muito importante para que se possa compreender o sentido real desta informação. Esta, por sua vez, é carregada de sentidos e anseios vindos do grupo social responsável pela sua divulgação. Sobre a análise do conteúdo presente nos meios de comunicação, Kaercher (2000, p.146) afirma que um mesmo fenômeno pode ser explicado de maneiras diferentes conforme a ideologia e que, por isto, deve-se atentar que a mídia nem sempre mostra a dita realidade, visto que é difícil percebê-la integralmente, dando-se apenas versões dos fatos. Kaercher ainda cita que deve ser dada atenção ao poder que os meios de comunicação possuem de construir modos sociais e educar a sociedade, ainda que seja para torná-la submissa.

Esses modos construídos através dos meios de comunicação auxiliam na configuração espacial moldada pela sociedade influenciada pelo meio de vida externo às suas reais vontades ou necessidades. Possibilitar que os estudantes visualizem as informações contidas na mídia de modo mais integral é um poder que a Geografia possui, auxiliando na observação de mundo de cada um. Sobre este papel que o ensino de Geografia pode cumprir, Kaercher (2000, p.152) declara que

a geografia pode sim desvelar [tirar véus] de coisas que estão encobertas. Não no sentido de mostrar agora o lado “real”, “correto” das coisas. Mas, simplesmente, mostrar que sempre há mais de uma leitura possível. A Geografia sempre será ideológica, porque mostra certas [e esconde outras] leituras possíveis do mundo e do espaço. Mas pode haver ideologia mais pretensiosa do que aquela que se julga não ideológica? Aquela leitura que se diz [ingenuamente?] apenas a ciência geográfica? Discutir poder é basilar no ensino da Geografia porque a posse do espaço é sinal de poder.

Através da utilização de exemplos vindos dos meios de comunicação o ensino de Geografia pode explicar como as diversas relações constantes nas atividades de produção definem o espaço vivenciado pela sociedade, configurando-o ao modo que desejam os agentes detentores do poderio político e econômico. A Geografia pode estimular o questionamento por parte do aluno desse modo de vida social que implica em disparidade de condições socio-econômicas, além da deformação espacial excludente.

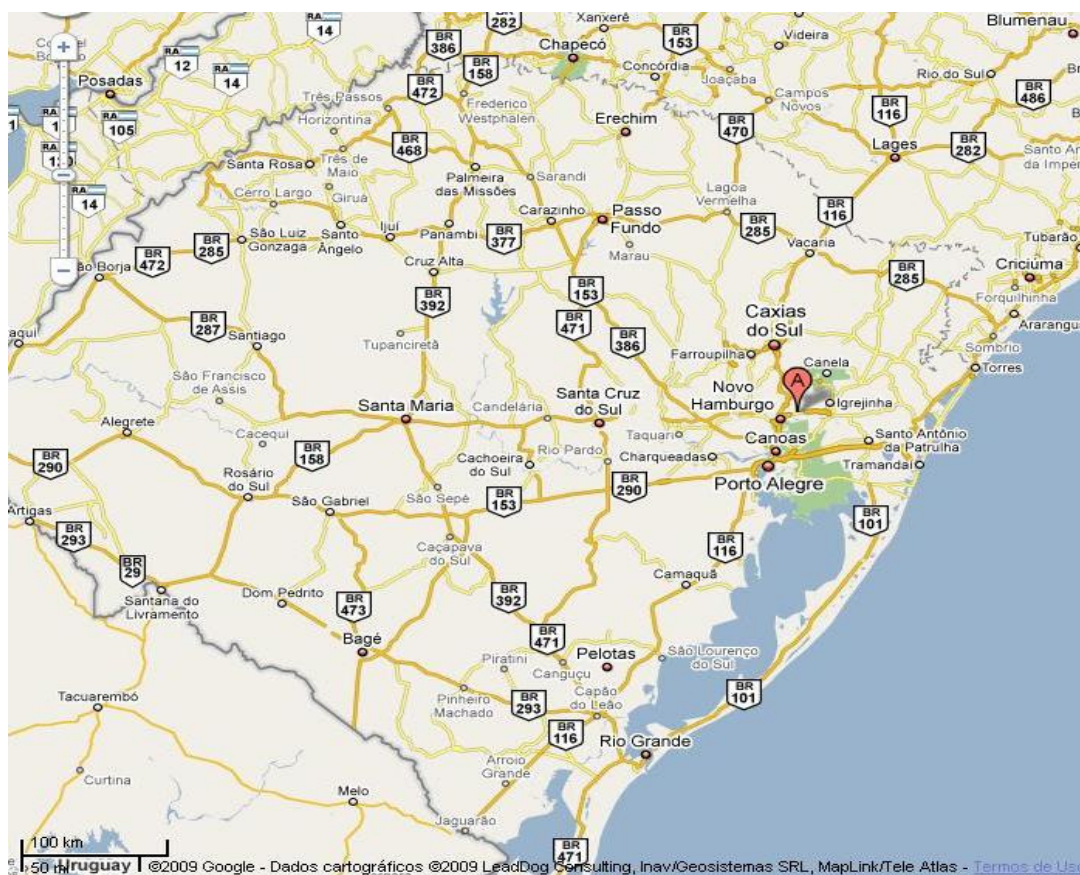
A Geografia, através dos mais diversos métodos e instrumentos de ensino, pode se aproximar cada vez mais da realidade dos estudantes. Desta forma, o mundo que os cerca passará a ser interpretado de um modo claro e lógico por parte de quem o compõe, compreendendo as diversas relações que organizam o espaço e a sociedade em que vivemos e que nem sempre se apresentam de modo claro para todos. Esta compreensão poderá auxiliar numa releitura social e espacial críticas, contribuindo para a construção de um modelo social que busque equalizar as oportunidades e condições saudáveis de vida para todos.

6 – CARACTERIZAÇÃO SOCIO-ECONÔMICA DE SAPIRANGA

Após breve análise sobre as relações de trabalho, suas consequências para a configuração socio-espacial atual e, ainda, sobre as condições do trabalho e do trabalhador, suas modificações ao longo do tempo e como essas afetam o espaço e o modo de vida da sociedade, cabe neste momento caracterizá-las na área de estudo: a cidade de Saporanga-RS. Cabe aqui também tipificar a escola e o público alvo que participaram da pesquisa e das atividades relatadas por mim nesta dissertação.

6.1 – Breve histórico social

A cidade de Saporanga está localizada na Região Metropolitana de Porto Alegre, a 60 quilômetros da capital do Rio Grande do Sul, conforme pode ser observado nas figuras 1 e 2 em relação a localização de Saporanga no estado. Ocupa uma área de 137,50 quilômetros quadrados com uma população estimada em 73979 habitantes, conforme dados obtidos através do IBGE (2008).



Legenda

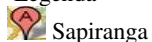
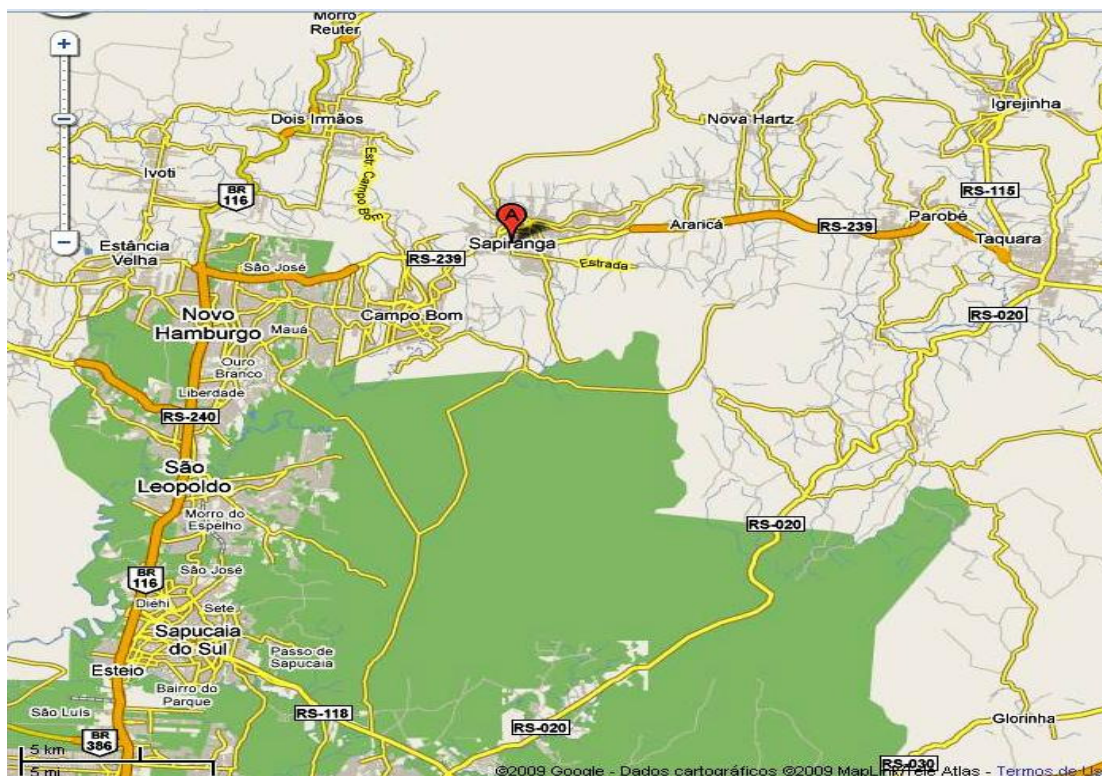


Figura 1 – Apresentação da localização de Saporanga no estado do Rio Grande do Sul. Fonte: Google Maps



Legenda



Figura 2 – Localização de Saporanga nas proximidades da Região Metropolitana de Porto Alegre. Fonte: Google Maps

A área hoje correspondente ao município de Saporanga era pertencente ao município de São Leopoldo e antes ocupada por índios Kaingáng e Guarani que foram sendo escravizados, exterminados ou retirados do local conforme ocorria a colonização portuguesa no local, iniciada por volta de 1815 e reforçada com a chegada de imigrantes alemães a partir de 1824. Mas essa imigração ainda era muito esparsa, sendo realmente efetiva a partir de 1850.

Esse local para onde eram enviados os imigrantes passou a ser chamado de Fazenda Padre Eterno. Segundo Fleck (1994, p.27), este lugar, que hoje é ocupado pelo município de Saporanga, possui um relevo dividido entre uma planície ondulada próximo ao Rio dos Sinos, estendendo-se por doze quilômetros ao norte, e também é constituído no norte por áreas acidentadas formadas por ramificações da Serra Geral, atravessando de leste a oeste. Era inteiramente coberto pela Mata Atlântica que hoje, após a exploração e ocupação humana, está reduzida apenas a alguns pontos da cidade.

Um fato histórico importante que se relaciona à imigração alemã na região diz respeito ao episódio dos Mucker. Tal episódio foi um movimento que mistura, conforme Magalhães (2005), curandeirismo, religião, escolas comunitárias, comércio colonial, resistência ao progresso e descontentamento com a permanente dúvida sobre a posse da terra. Os protagonistas do movimento foram João Jorge Maurer e sua mulher Jacobina que, juntos, organizaram uma seita religiosa devido à ausência de atuação de qualquer outro grupo religioso no morro Ferrabraz, local de estadia de parte dos imigrantes alemães. O acirramento dos ânimos, principalmente com opositos participantes da Igreja Católica, provocou uma guerra no local que possuiu a participação de tropas militares do governo atuando junto aos interesses do grupo dominante católico. Interesses que iam além da questão religiosa, envolvendo a questão da propriedade da terra e do modo de vida social. Os Mucker acabaram sendo dizimados nessa guerra. Sobre o episódio dos Mucker e o seu contexto, Magalhães (2005, p.90) afirma que

foi pela via religiosa que as pessoas ou grupos conseguiam exprimir toda a opressão sentida, diante da expulsão da terra, da exploração de comerciantes e do domínio de fazendeiros e empresas de loteamento. O revide dos Mucker ocorreu no momento em que o grupo não encontrou mais alternativas legais para solucionar seus problemas e defender seu direito de viver de forma alternativa ao progresso que a colônia vivia. O desespero de ambos os lados levou ao massacre [...].

Este episódio trouxe novas configurações espaciais e sociais para o local. Além, da imigração alemã, foram incentivadas a presença de portugueses para auxiliar no povoamento do vale do Rio dos Sinos que, hoje em dia, além de Sapiranga, inclui outras treze cidades. Foram construídas linhas ferroviárias, houve demarcação de terras e intensificação da produção agrícola local, principal atividade econômica da época no vale do Rio dos Sinos. Com o passar do tempo, a caracterização socio-econômica desta área, Sapiranga incluso, modificou bastante.

6.2 – Economia local

Assim como em toda região do Vale dos Sinos, a primeira grande principal atividade econômica da cidade de Sapiranga foi a agricultura que, segundo afirma Fleck (1994), possui quatro fases distintas. Na primeira fase (sem uma duração estipulada pois varia conforme o grau de adaptação de cada imigrante, conforme Fleck) havia a agricultura de subsistência, muito praticada pela maioria dos imigrantes alemães visto que já exerciam a atividade em sua terra natal. Porém, essa agricultura de subsistência apresentou-se difícil mesmo para os imigrantes já experientes neste ramo pois eles não possuíam conhecimento de preparo das lavouras sob as condições encontradas no local, tanto em relação ao clima quanto à constituição do solo. Outro fato que dificultou a atividade foi o desconhecimento dos detalhes que envolvem as culturas como o milho, feijão, arroz e mandioca, aos quais foram apresentados na região. Além disto, havia a dificuldade de comunicação com outras localidades, mesmo próximas, e a ausência de assistência médica.

Após isso, Fleck (1994) considera que houve a segunda fase da agricultura, entre 1850 e 1875, na qual o imigrante já havia se adaptado melhor às condições locais. Fleck chama esta segunda fase de *agricultura da policultura*, visto que o colono tinha ampliado suas plantações, tanto em variedade quanto em produção, aumentando a colheita, passando a vender um pequeno excedente que, com ele, comprava cavalos ou vacas. Com isso passou a haver certa acumulação que permitiu iniciar a criação de animais, a princípio para consumo próprio. Como afirma o autor, “os colonos, com isso, tornavam-se praticamente auto-suficientes” (Fleck, 1994, p.79).

Após isso se inicia a terceira fase da agricultura, denominada por Fleck como a *racionalização da agricultura* (entre 1875 e 1900). Segundo esse autor, os imigrantes passaram a se dedicar às culturas de mercado garantido como o milho, feijão, batata-

inglesa e a mandioca, para aumentar a receita, deixando as demais para consumo próprio. A construção de ferrovias no vale dos Sinos e na região de Porto Alegre facilitou o escoamento da produção de Sapiranga e região e abastecia os colonos com produtos que necessitavam e não produziam.

A quarta fase da agricultura em Sapiranga é chamada por Fleck de *a era de ouro da agricultura* e começou no início do século passado. Nesta fase a agricultura na cidade se dividiu conforme o local que ocorria a produção. Na região montanhosa predominava os produtos cultivados na terceira fase da agricultura, já na planície os agricultores se dedicavam praticamente de forma exclusiva a mandioca, tanto da forma natural quanto na transformação em farinha através das 121 atafonas espalhadas por Sapiranga. Segundo Fleck (1994, p.80) milhares de sacos da farinha eram produzidos e vendidos para o Rio de Janeiro e São Paulo. Nessa época, ainda segundo este mesmo autor, esses dois estados dedicavam-se de modo intenso ao café e necessitavam dos demais produtos que eram comprados dos outros estados, principalmente o Rio Grande do Sul.

Nesse período Sapiranga vivia o ápice de sua produção agrícola que determinou mudanças sócio-espaciais importantes na cidade com o avanço do chamado “progresso”, trazendo consigo um incremento considerável no comércio local e maior povoamento. Essa fase durou até 1945 quando, segundo Fleck, passou a decair por causa da queda na produtividade causada pelo esgotamento do solo e ausência de novas áreas produtivas na região. Contribuiu para essa regressão o fato de que outros estados brasileiros passaram a intensificar a produção agrícola.

Atualmente, a produção agrícola difere bastante da considerada época de ouro em relação a produção e importância econômica para o município. Segundo informações que constam no site da Prefeitura Municipal, as principais atividades agrícolas em Sapiranga são as criações de vacas leiteiras, cultivos de acácia negra, rosas, batata inglesa, arroz, mandioca e hortifruticultura. Mas existem outros tipos de cultivo que, apesar de serem de modo restrito, garantem o sustento da população rural local que caiu consideravelmente, de modo percentual, com o passar do tempo.

Hoje em dia, toda produção desses agricultores, desde que pertencentes à uma cooperativa pública, é comprada pelo governo municipal através da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, segundo palavras do próprio secretário Elói Antônio de Paula em entrevista concedida para esta dissertação (ver anexo A), que revende os produtos no comércio local e, também, repassa para as “mães-crecheiras”, organização

social de mulheres que trabalham voluntariamente em creches destinadas à população carente. Segundo o secretário, esta seria uma forma de retribuir a dedicação dessas mulheres ao trabalho voluntário e, ao mesmo tempo, garantir uma forma de sustento sadio aos trabalhadores rurais de Sapiranga, diminuindo a fuga de agricultores para os centros urbanos em busca da sobrevivência.

O princípio da queda na produtividade agrícola foi também o início da industrialização no local. Por volta de 1930 começaram a surgir as primeiras indústrias calçadistas no Vale dos Sinos, aumentando o êxodo rural que já ocorria de modo acentuado por causa da decadência econômica das atividades agrícolas. Mas, ao falar do desenvolvimento das atividades industriais na região que hoje se localiza Sapiranga, também podem ser consideradas diversas fases, conforme Fleck (1994, p.81) e, essas fases começam antes da chegada das indústrias de calçados.

A primeira fase seria a do *artesão/colono*, visto que entre 1845 e 1870 a maioria dos habitantes/imigrantes era artesão. Havia muitos ferreiros, sapateiros (desde essa época), marceneiros, alfaiates, tecelões, pedreiros, padeiros, entre vários outros. Mas esses não encontravam mercado de trabalho devido à característica local de predomínio das atividades ligadas à agricultura. Esses artesãos trabalhavam na lavoura e nas horas vagas realizavam atividades referentes à sua habilidade profissional e, por isto, recebiam alguma forma de pagamento ou simplesmente trocavam mercadorias com outros vizinhos.

A segunda fase da indústria no local é considerada a *emancipação do artesão*. Segundo Fleck, ela teve início quando a agricultura se encontrava na transição da sua segunda fase para a terceira, passando a haver excedente de produção entre as famílias e, com isso, possibilitando obter um pouco de conforto para a sua casa e para a família. Em relação à família, ela também contribuiu para o incremento das atividades dos artesãos já que as famílias haviam crescido e a população local, então, aumentou. Conforme afirma Fleck (1994, p.84) sobre essa questão.

Assim chegara o momento em que o sapateiro recebia tantas encomendas que podia abandonar, aos poucos, a lavoura, plantando somente para o próprio consumo. O mesmo acontecia com outros artesãos como o ferreiro, o marceneiro, o oleiro, etc. O sapateiro fabricava uma dúzia de pares de chinelos e tamancos, alguns pares de sapatos e botas, enfiava tudo numa sacola, encilhava o cavalo e troteava pelas picadas procurando as “vendas” que lhe compravam alguns pares e já deixavam uma encomenda para mais tarde. O ferreiro fabricava machados, foices, facões, ancinhos e gadanhos e procedia da mesma forma. Mais difícil já era para marceneiros e carpinteiros

que tinham que aguardar a freguesia em sua oficina. Mas a freguesia aparecia, pois o poder aquisitivo dos moradores aumentara.

Uma característica que iria predominar futuramente no local, e que já era demonstrado nessa época, era o grande número de sapateiros ou de artesãos que se envolviam na fabricação de calçados, sendo esses pertencentes a maioria profissional da época. Com o avanço do artesanato surgiram várias outras profissões que na fase predominante da agricultura não eram realizadas.

A terceira fase da indústria é caracterizada pelo *surgimento da oficina do artesão*. Isto ocorreu a partir do final da terceira fase da agricultura e o início da quarta fase, quando os agricultores racionalizaram a produção, em especial da mandioca que foi muito importante para o desenvolvimento socio-econômico de Sapiranga. Esse desenvolvimento também repercutiu nas demais atividades, visto que os artesãos viram crescer de modo acentuado as suas encomendas. Esses que trabalhavam sozinhos tiveram que conseguir ajudantes ou auxiliares, os que já possuíam a ajuda de terceiros chamaram mais pessoas para suportar a produção. Essas pessoas a princípio eram familiares, mas, com o passar do tempo, foram sendo outras pessoas que demonstravam ter capacidade para aprender o ofício.

Foram erguidas oficinas por todos os cantos para dar vazão às encomendas que vinham de toda parte, de longe ou de perto. Os grupos de artesãos que mais de destacaram foram os seleiros e, mais uma vez, os sapateiros, que possuíam a maior quantidade de oficinas. Mas houve também o desenvolvimento do trabalho dos ferreiros que, com eficiência no trabalho e grande procura pela produção, conseguiram transformar a ferraria em metalúrgica que, assim como os sapateiros, irão caracterizar a cidade no futuro.

A quarta fase da industrialização de Sapiranga é caracterizada pelo *surgimento das empresas*. O período de grande sucesso econômico da cidade, primeiro com a agricultura e depois com o progresso e rendimento do trabalho dos artesãos, permitiu que as famílias acumulassem riqueza e passaram a investir em novos empreendimentos. A agricultura em franca decadência e a indústria se desenvolvendo, ampliando-se e absorvendo a mão-de-obra que saía das lavouras. Como afirma Fleck (1994, p.93-94), novas fábricas, principalmente de calçados e de metalurgia, surgiram e aumentaram o parque industrial da cidade, trazendo consigo rápido progresso econômico para o local acompanhado de aumento populacional e crescente desigualdade sócio-espacial entre os

habitantes da planície e os que residiam nas áreas mais elevadas. Junto com isso a ideia de emancipação floresceu em Sapiranga, vindo a ocorrer em 15 de dezembro de 1954.

Atualmente, e como se pôde perceber ao tratar de indústria, as principais atividades industriais são as relacionadas ao calçado e à metalurgia. A indústria calçadista já chegou a ser responsável por 70% da economia local, isso incluindo emprego de mão-de-obra e produção gerada. Mas hoje em dia ela responde por 43% do poder econômico de Sapiranga. Essa queda é explicada pela transferência de indústrias para outras áreas do país (estados do nordeste) e para outros países do mundo (China, por exemplo) no final da década de 1990 e início do ano 2000. A transferência é justificada pela Secretaria da Indústria da cidade como resultado da disputa por investimentos entre diversos locais, a guerra dos lugares. A figura 3, abaixo, mostra a localização de algumas indústrias calçadistas em atividade e outras que já fecharam, conforme a disposição dos bairros.



Figura 3 –Localização de indústrias calçadistas em atividade e fechadas nos bairros de Sapiranga. Fonte:Google Maps

Houve, também, fechamento de algumas indústrias devido à queda da comercialização de seus produtos com compradores do Brasil e de outros países do mundo, principalmente asiáticos. A crise econômica ocorrida no final do século passado nos chamados Tigres Asiáticos colaborou com esse prejuízo. Mas a busca por gastos menores na produção também contribuiu, fazendo com que as indústrias instaladas no local buscassem áreas onde a mão-de-obra fosse mais barata e houvesse maiores incentivos por parte do poder público. Dessa forma esperava-se manter elevada a taxa de lucro. Tal fato provocou queda na arrecadação econômica e crescente desemprego local.

Apesar da crise que se instalou no setor calçadista no final no século passado, os órgãos públicos acreditam que o pior momento já tenha passado e o calçado na cidade esteja passando por uma fase de franca recuperação. Segundo dados obtidos na Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, na última feira de negócios da indústria calçadista, realizada em dezembro de 2008, os empresários do ramo afirmaram que fecharam negócios em quantidade cinco vezes maior que a do ano anterior. Outro fator que faz os órgãos públicos crerem que a cidade está se recuperando no ramo industrial é a instalação recente de indústrias químicas, moveleiras e uma montadora de ônibus.

Em relação ao desenvolvimento do comércio, a sua história em Sapiranga está atrelada às fases de desenvolvimento da agricultura e, principalmente, da indústria na cidade e em todo o Vale dos Sinos. Na primeira fase da agricultura o comércio inexistia na região, visto que toda a produção (quando havia produção) era voltada para a subsistência, não havendo excedentes para serem negociados. Já na segunda fase da agricultura e primeira fase da industrialização, principiaram-se o que podem ser consideradas as primeiras atividades comerciais em Sapiranga, quando os artesãos passaram a se dedicar um pouco mais a outros afazeres, que não fossem agricultura, nas horas livres para produzir algo para o qual possuíam habilidade. Na segunda fase da industrialização a produção dos artesãos locais havia crescido devido ao excedente que começava a surgir na agricultura. Essa produção era vendida ou trocada por outras mercadorias entre os próprios vizinhos colonos, na intenção de um sanar a necessidade do outro e, ainda assim, comercializar sua pequena produção.

Até então, essas atividades eram realizadas nas próprias residências e com utilização de mão-de-obra familiar. Com o passar do tempo houve a necessidade de serem construídos estabelecimentos próprios para comercializar a produção que já se

tornara um tanto abastada. Isto ocorreu porque a cidade se desenvolvia economicamente e a quantidade de capital circulando também aumentou. Com isso, pode-se dizer que se deram início as atividades comerciais em Sapiranga de modo intensivo.

Houve uma diversificação na produção a ser comercializada e, também, nos serviços que passaram a ser oferecidos. A grande maioria dos estabelecimentos comerciais e dos serviços à disposição era referente ao calçado e ao vestuário em geral, mas conforme Fleck (1994, p.88-89) existiam outras atividades como casas alimentícias (açougues, padarias, bares, restaurantes), hotéis, barbearias, ourivesarias, relojarias, móveis, serrarias, médicos, dentistas, oficinas mecânicas, funilarias, ferrarias, entre outros. Destes todos citados, pode ser destacado que prevaleciam de modo notório já nessa época as atividades ligadas ao calçado, ao couro e seus derivados. Sobre esta tendência de Sapiranga à indústria e ao comércio calçadista, Fleck (1994, p.93) explica que

estavam aí os precursores dos futuros fabricantes de calçados. Por que será que houve essa tendência pela indústria coureira? Podemos destacar 3 fatores que, a nosso ver, influíram no interesse por essa atividade:

- 1º - o conhecimento, já pelos imigrantes, das técnicas de transformação do couro (curtimento e confecção de sapatos, botas, chinelos, tamancos e apetrechos de arreamento) e transmitido de geração em geração;
- 2º - a oferta de matéria-prima barata devido à pecuária no estado;
- 3º - a ausência de concorrência (os ingleses não competiam nessa atividade)

Presentemente, o comércio e o setor de serviços ainda estão totalmente atrelados à indústria calçadista e, também ao setor de metalurgia. Mas isto vai além da questão da produção desses dois setores. O número de empregos gerados pelo calçado e pela metalurgia garante geração de renda para pelo menos 60% da população local que irá fazer com que o capital circule na cidade através do comércio e do setor de serviços. Segundo dados da Prefeitura, o comércio na cidade tem crescido substancialmente nos últimos anos. Esse crescimento estaria compensando a queda na geração de riqueza para cidade proporcionada pelo fechamento de fábricas de calçados. Mas pode-se afirmar isto em relação às vagas de emprego pois a produção calçadista rendia mais lucros para a cidade.

Esse incremento nas atividades comerciais na cidade nos últimos anos pode ser considerado uma vitória visto que a cidade sempre perdia clientes do comércio para algumas cidades do Vale dos Sinos, como Novo Hamburgo e Campo Bom, e também para outras mais distantes mas ainda na região metropolitana, como São Leopoldo,

Canoas e Porto Alegre. O desenvolvimento recente do comércio de Sapiranga estaria ligado não somente à geração de empregos, mas também à diversificação de atividades e de produtos, ao crescente capital circulando na cidade e ao crescimento populacional.

Pode-se afirmar que a cidade de Sapiranga encontra-se num momento de grande diversificação das suas atividades produtivas, conforme pôde ser verificado no seu histórico. Tal fato tem proporcionado a geração de novas vagas de emprego na cidade. Contudo, estas novas vagas não têm compensado as que deixaram de existir quando algumas empresas do ramo calçadista deixaram a cidade. Alguns trabalhadores do ramo de calçados permanecem trabalhando neste setor, seja em indústrias ou pequenos ateliês. Outros estão desempregados.

As novas vagas de emprego exigem qualificações ou habilidades que o mercado não reconhece nesses trabalhadores, principalmente o recente comércio que se desenvolveu na cidade. A propósito, muitas dessas vagas passaram a ser ocupadas por habitantes das cidades vizinhas, como Novo Hamburgo, Campo Bom e Taquara visto que a cidade não conseguia suprir as necessidades que o mercado de trabalho passou a exigir. Esse trânsito de trabalhadores ocorre no comércio e no setor de serviços em geral.

A indústria da construção civil também passa por um momento positivo na cidade devido às obras que estão sendo realizadas, tanto de caráter privado quanto público. Recentemente foram garantidos investimentos em infraestrutura através da assinatura de contratos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal. Essas obras irão empregar mais trabalhadores da construção que também já começa a empregar trabalhadores de outras cidades.

Outro ponto que tem movimentado a questão de vagas de trabalho diz respeito ao turismo. A cidade é conhecida como a cidade das rosas e do voo livre. A primeira nomenclatura influencia de modo mais temporal nas vagas disponíveis, visto que é durante a realização de uma festa anual que diversas pessoas são contratadas pelo órgão público e por algumas empresas que participam da festa (tanto organização quanto comercialização).

Em relação ao voo livre, este lida com um público direcionado, os esportistas ou fãs de esportes de aventura. Este ramo emprega trabalhadores em diversos setores, desde infraestrutura até guias e instrutores de voo. Por ser um esporte de alto custo, a renda gerada por esta atividade tem cada vez mais contribuído para a economia local. Outro esporte de aventura que é praticado no mesmo local, no Morro Ferrabraz, é o

mountain bike que, no mesmo sentido do voo livre, também possui público e força de trabalho direcionados.

Vale lembrar que esse esporte está diretamente relacionado a uma característica muito importante da cidade que é a grande utilização de bicicletas pela sua população. São utilizadas para trabalhar, para se locomover (ao trabalho ou às escolas), para realizar compras no comércio, ir à consultas médicas, para passear, enfim, diversas utilidades. Este ramo também emprega um grande número de pessoas em lojas especializadas e nas muitas pequenas oficinas existentes na cidade. Segundo a secretaria municipal de trânsito, existem cerca de quarenta mil bicicletas na cidade

Porém, a utilização das bicicletas não pode ser creditada simplesmente por gosto pessoal da população local por este meio de transporte. O pano de fundo que envolve esta questão está na deficiência do transporte coletivo da cidade. O transporte urbano realizado por ônibus não satisfaz a necessidade da população em deslocar-se para cumprir seus afazeres, seja trabalho, estudo ou diversão. Conforme pôde ser verificado em caráter experimental pelo autor, o transporte coletivo da cidade apresenta problemas como horários e linhas insuficientes, trajetos inadequados, alguns veículos em estado precário e passagem com custo elevado (R\$1,70 atualmente).

Na questão do transporte público também já pode ser discutido a distribuição habitacional e comercial da cidade. Quem mais necessita utilizar o transporte coletivo são os habitantes dos bairros mais afastados e ao mesmo tempo, mais populosos. Nesses bairros há reduzido número de serviços comerciais oferecidos, sendo necessário o deslocamento desses habitantes para a região central da cidade. Comparando essas áreas, a região central com os bairros mais afastados, é possível perceber a diferença de infraestrutura e organização entre esses locais, notando-se claramente a mão do Estado mais atuante na área com maior quantidade de capital em movimento.

7 – A CIDADE, A ESCOLA E O GRUPO DE ALUNOS DA EJA ATRAVÉS DA EXPERIÊNCIA DOCENTE

Até este ponto, esta dissertação abordou os diversos fatores presentes nas relações de trabalho que auxiliam na configuração sócio-espacial do meio em que vivemos. Desde as alterações das atividades produtivas através do tempo e como essas alterações modificaram a sociedade e o espaço, ou ainda como a sociedade e o espaço modificaram as relações de trabalho. Também foram observados os impactos causados

pelas relações inseridas nas atividades produtivas no lugar, abordando aspectos das migrações por motivos de trabalho, suas conseqüências nos locais de chegada e saída, as configurações diferenciadas da cidade conforme o papel de cada grupo social nas atividades produtivas e, ainda, a participação dos movimentos sociais na busca por melhorias nas condições de vida da classe trabalhadora.

Ainda sob este enfoque, foi investigado como se tornou a vida do trabalhador na atual configuração das relações de trabalho envolvidas nas características da Globalização Capitalista. Abordaram-se tanto os aspectos da sua vivência familiar quanto a sua relação com os elementos da produção e com o grupo social ao qual pertence.

Também foram caracterizados os diversos elementos conceituais que ligam as relações de trabalho ao ensino de Geografia. Para tanto, foram pesquisados como o conhecimento geográfico acerca do tema foi sendo modificado com o passar do tempo. A percepção das atividades produtivas através do corpo conceitual da Geografia Crítica, presentes nesta dissertação nas teorias de Thomaz Júnior, Ruy Moreira, José William Vesentini, Lana de Souza Cavalcanti e Nestor Kaercher (ver capítulo 5), serviram como base para o estudo das relações de trabalho através do ensino de Geografia. Através da construção do molde teórico desta dissertação foi possível dar sequência ao passo seguinte desta dissertação que foi a caracterização da cidade Sapiranga, possuindo como elementos norteadores a verificação dos conceitos pesquisados anteriormente.

A inserção da cidade de Sapiranga-RS no projeto de pesquisa que originou esta dissertação ocorreu após brusca mudança na vida profissional e pessoal deste que aqui escreve. A princípio, meu projeto de pesquisa visava investigar como as relações de trabalho auxiliavam na configuração sócio-espacial da cidade de Santa Maria-RS, local em que cursei a faculdade de Licenciatura Plena em Geografia, na Universidade Federal de Santa Maria, e local em que residia com familiares após a conclusão do curso de graduação e ingresso na pós-graduação em Geografia na mesma instituição.

No período entre a conclusão da graduação e ingresso na pós-graduação participei de alguns concursos públicos para a área da educação em municípios do Rio Grande do Sul. Um desses concursos foi em Sapiranga, em julho de 2007. Após concluir a faculdade, realizar concursos e não ser chamado em nenhum, fui tomado por certo grau de desespero que atinge a maioria das pessoas que se encontram na necessidade de trabalhar mas não conseguem uma vaga para adentrar no mercado de trabalho. O sentimento que me dominava era o de ter realizado um grande esforço

mental, físico e financeiro para concluir a graduação na área que desejava para levar a lugar nenhum. Vi-me obrigado a buscar alternativas de emprego fora da área educacional e da Geografia, a fim de manter-me economicamente. Porém, não obtive sucesso nessa nova busca por diversos motivos, desde qualificação muito superior ou horário incompatível, visto que após o ingresso na pós-graduação necessitava de horários livres para frequentar as aulas do Mestrado.

A angústia proporcionada pela ausência de exercício em atividade remunerada, tanto como professor de Geografia quanto em qualquer outro campo de trabalho persistiu até janeiro de 2008 quando o resultado e a nomeação do concurso de Sapiiranga saíram. Este fato, que considero até hoje, inesperado, inexplicável e um “divisor” da minha vida profissional e pessoal, também alterou os rumos do projeto de pesquisa do mestrado. Em conversa com meu orientador de Mestrado incluí a cidade de Sapiiranga no projeto, passando a estudá-la não só para as minhas necessidades profissionais e pessoais no município, mas também para realizar as atividades proposta para a pesquisa de Mestrado.

Como já foi dito no capítulo 6.1 desta dissertação, a cidade de Sapiiranga possui em seu histórico a colonização alemã, fato que percebi também no meu dia a dia na cidade ao conviver com os demais cidadãos, na organização social e na representação cultural da cidade. A questão da imigração alemã é algo muito difundido entre os habitantes do município, mesmo entre aqueles não possuem tal descendência. O que me gerou certa inquietação foi o fato de que o passado indígena na cidade era parcialmente ignorado na cidade, digo parcialmente porque apenas algumas pessoas com as quais conversei, entre essas alguns alunos, ligavam a origem do nome da cidade, Araçá-Pyiranga (em Tupi, fruto vermelho), ao seu passado de presença indígena.

O que percebi também neste sentido, através do cotidiano e de conversas com colegas e alunos, é que a miscigenação dos povos que constituem a cidade, descendentes de alemães, portugueses, negros e indígenas tem ocorridos aos poucos, principalmente nos últimos anos devido ao crescimento da cidade e à migração de trabalhadores vindos de outras localidades do Rio Grande do Sul e do Brasil.

À primeira vista impressionou-me a organização espacial da cidade. Nos primeiros momentos em Sapiiranga chamou-me atenção a qualidade de preservação de ruas e construções no centro e nos poucos bairros que conheci, assim como a limpeza desses locais. Porém, com o tempo pude perceber que, assim como em várias outras

idades brasileiras, Sapiranga também apresentava problemas em relação a conservação de sua infra-estrutura.

Exemplificando tal situação podia-se notar que no centro comercial e nos bairros em que residiam pessoas de classe social mais elevada, ou em áreas que as indústrias necessitavam de estrutura, a condição de preservação de ruas, construções, coleta de lixo e a segurança pública eram realizadas de modo impecável, sendo satisfeita as condições para uma boa qualidade de vida. Porém, em bairros mais afastados e áreas que predominavam a população mais carente, formada por trabalhadores das indústrias da cidade, trabalhadores informais e desempregados, a infra-estrutura desses locais ficava a desejar, tanto no aspecto de ruas, condição de habitação quanto na presença do poder público em áreas da saúde, segurança e educação.

Além dessa percepção própria obtida através do cotidiano da cidade, os diálogos informais que possuía no local de trabalho com outros professores e com alunos me auxiliaram a aguçar tal observação. Mas, ao mesmo tempo, também nessas conversas, pude notar que a cidade está passando por recentes mudanças em relação a sua estrutura que possibilite dar melhores condições de vida à sua população. São novos postos de saúde sendo inaugurados, aumento da segurança pública, substituição das moradias irregulares e precárias por outras legalizadas e em boas condições para a população mais carente e, ainda, grande atenção dada à área da educação, tanto em relação a prédios e aparelhamento quanto à contratação e aprimoramento de professores.

Por falar em educação, sem dúvida esta foi a área que mais me chamou a atenção na cidade. Nas escolas que tive a oportunidade de frequentar a trabalho ou por outros motivos, destaca-se a excelente condição estrutural apresentada pelas escolas. São prédios muito bem conservados externa e internamente, equipamentos novos, muito boa organização por parte do poder público, além de projetos e incentivos para alunos e professores com o intuito de enriquecer a relação ensino-aprendizagem. Tamanha atenção à educação fez com que Sapiranga se tornasse uma referência na área educacional no Estado, abrindo novas oportunidades de ensino através da implementação de cursos superiores ministrados por Universidades públicas, entre elas a UFSM através da instalação de pólos do ensino à distância.

Procurou-se inserir essas questões, entre outras referentes à organização sócio-espacial da cidade de Sapiranga, em algumas atividades elaboradas para serem aplicadas e discutidas em sala de aula. A aplicação de atividades em sala de aula deve ocorrer de modo que aproxime a realidade do dia-a-dia do estudante dos conceitos científicos

abordados na escola. Logicamente que para tanto deve ser verificado e diagnosticado qual o público alvo de tal proposta de ensino e qual a metodologia a ser aplicada, descrevendo a execução dos procedimentos didáticos e seus resultados.

Essas atividades foram aplicadas a três turmas da Educação para Jovens e Adultos (EJA) de ensino fundamental do Centro Municipal de Educação Dr. Décio Gomes Pereira, localizado no bairro São Luiz, o maior e mais populoso da cidade. A escola possui 18 anos de fundação e sua história está fortemente identificada com a história do bairro e de seus habitantes.

Esta escola é uma das mais bem estruturadas da cidade, contendo vasta biblioteca, laboratório de informática com equipamentos novos, projetos culturais como teatro e coral, laboratório de ciências, condições de acessibilidade para pessoas com necessidades especiais entre outros pontos positivos. Isto faz com que o professor que trabalhe neste local possua excelente apoio em equipamentos e recursos técnicos que beneficiam a relação ensino/aprendizagem.

No que toca a Educação de Jovens e Adultos da escola este não possuía um Projeto Político Pedagógico até este ano, quando a vice-diretora do horário noturno, responsável pela EJA, iniciou a elaboração do PPP com a colaboração dos professores que ministram aulas na EJA.

A EJA é uma forma de ensino que procura desenvolver o ensino fundamental e médio para as pessoas que já não se encontram na idade de acompanhamento escolar regular, no qual o limite máximo é de 15 anos para ensino fundamental e máximo de 18 anos para ensino médio, e também para pessoas que não obtiveram oportunidades de seguir seus estudos quando mais jovens. Ou seja, a EJA engloba desde estudantes que, por um motivo ou outro, se encontram em defasagem em relação à série que deveriam estar cursando mas que ainda mantêm certo ritmo escolar por viver de modo recente o cotidiano da escola e, também, envolve pessoas que há tempos não frequentam os bancos escolares, a maioria por motivos profissionais ou familiares, e resolvem voltar a estudar.

A EJA também se caracteriza por estar intimamente relacionada com o trabalho e suas relações já abordadas nesta dissertação. Isto ocorre porque a maioria dos seus estudantes exerce algum tipo de atividade profissional de produção, ou está desempregado e à procura de alguma atividade para exercer ou, ainda, deseja entrar na disputa por uma vaga de emprego e, por isso, procura qualificar-se nos estudos. Portanto, a realidade vivenciada por estes estudantes difere-se de modo acentuado dos

demais, visto que possuem elementos presentes no seu dia-a-dia que vão além de conceitos abstratos que a escola muitas vezes insiste em aplicar.

Esses elementos que cercam estes estudantes, elementos pertencentes às relações de trabalho, podem ser contextualizados e esclarecidos pela escola para que o ensino consiga cumprir o seu papel de formador de cidadãos conscientes e críticos perante a sua função social. O ensino de Geografia contribui neste sentido ao auxiliar o estudante-trabalhador a traduzir a realidade espacial que o cerca e que é vivenciada por ele, compreendendo as diversas conexões existentes no âmbito sócio-espacial e que condicionam o seu modo de vida, colaborando para a noção de cidadania plena em cada um, exercendo-a no desejo de uma sociedade mais justa e por melhores condições de vida. Sobre a função social da EJA de despertar a condição de cidadão no estudante-trabalhador diante das nuances depreciativas apresentadas pelo sistema socio-econômico excludente vigente em escala mundial, Vigna (2008) afirma que

diante do mundo globalizado, que apresenta múltiplos desafios para o homem, a educação surge como uma utopia necessária indispensável à humanidade na construção da paz, da liberdade e da justiça social. Deve ser encarada [...] como uma via que conduz a um desenvolvimento mais harmonioso, mais autêntico, de modo a fazer recuar a pobreza, a exclusão social, as incompreensões, as opressões e as guerras. A nova concepção deve fazer com que todos possam descobrir, reanimar e fortalecer seu potencial criativo. Isto supõe que se ultrapasse a visão puramente instrumental da educação, considerada como a via obrigatória para obter certos resultados (saber-fazer, aquisição de capacidades diversas, fins de ordem econômica) e se passe a considerá-la em toda sua plenitude: como realização da pessoa que, na sua totalidade, aprende a ser.[...] Desta forma, a educação de jovens e adultos deve ser pensada como um modelo pedagógico próprio, com o objetivo de criar situações de ensino-aprendizagem adequadas as necessidades educacionais de jovens e adultos [...].

Deste modo, para que o professor consiga criar as condições necessárias para que a relação ensino/aprendizagem de Geografia ocorra em conformidade à essas necessidades educacionais do estudante-trabalhador presente na EJA, é preciso investigá-lo. Essa investigação ocorre no sentido de conhecer esses estudantes, a realidade vivenciada por eles assim como suas histórias de vida, seja a de cada um ou do coletivo social em que convivem, para que seja possível ao professor reconhecer a condição sócio-espacial desses estudantes. Nas palavras de Freire (2001, p.15-16), esse é o caminho a ser seguido pela Educação de Jovens e Adultos.

O conceito de Educação de Adultos vai se movendo na direção do de Educação Popular na medida em que a realidade começa a fazer algumas exigências à sensibilidade e à competência científica dos educadores e das educadoras. Uma destas exigências tem que ver com a compreensão crítica dos educadores do que vem ocorrendo na cotidianidade do meio popular. Não é possível aos educadores pensar apenas os procedimentos didáticos e os conteúdos a serem ensinados aos grupos populares. Os próprios conteúdos a serem ensinados não podem ser totalmente estranhos aquela cotidianidade. O que acontece, no meio popular [...], nada pode escapar à curiosidade arguta dos educadores envolvidos na prática da Educação Popular.

O público que compõe o grupo de estudantes da EJA da escola Dr. Décio Gomes Pereira, no que diz respeito às séries finais do ensino fundamental as quais ministrou aulas, possui características constituintes semelhantes. Uma turma é referente a 5^a/6^a séries do ensino fundamental e outras duas turmas referentes a 7^a/8^a séries do ensino fundamental e possuíam 105 alunos no início do ano letivo de 2008 com idades entre 15 e 40 anos, sendo a idade média da turma por volta de 20 anos. No início do ano letivo de 2009 o número de alunos era de 90 alunos nessas mesmas turmas, com idades entre 15 e 35 anos, com média de idade de 19 anos.

Cerca de 85% dos estudantes dessas turmas da EJA da escola investigada exercem algum tipo de atividade profissional durante o período diurno. São trabalhadores do comércio, funcionários públicos, do setor de metalurgia, da construção civil e, em sua maioria, do ramo calçadista. Este ramo inclui incontáveis atividades, tanto de modo direto realizado nas sedes das indústrias, como nas atividades terceirizadas ou que são realizadas para as indústrias, como pequenos ateliês existentes próximos às sedes. Devido à grande quantidade de alunos que trabalham para a indústria calçadista é notável a grande influência deste setor no dia a dia desses estudantes, como um reflexo desta influência na cidade. Muitos dos alunos possuíam pleno conhecimento do histórico das atividades desse ramo na cidade de Sapiranga, auxiliando-me no reconhecimento do espaço socio-econômico local (visto que residia a poucos meses em Sapiranga).

Minha relação com o grupo de alunos que constituía a EJA da escola era bastante saudável pois procurava manter um diálogo franco e aberto com o intuito de conhecê-los melhor. Mas através dessas conversas eu também procurava conhecer melhor a cidade, visto que eles possuíam o seu próprio conhecimento e isto não pode ser desprezado. E, através de informações obtidas em conversas com o grupo de alunos tomei conhecimento que a maioria dos estudantes não conseguiu seguir na escola cursando as séries regulares já que necessitavam trabalhar para ajudar no sustento da

família e no seu próprio sustento. São oriundos de famílias que possuem baixa renda, pais também trabalhadores da indústria calçadista, sem alternativas de fontes de renda, sem bens acumulados, sem riqueza, apenas o esforço do seu trabalho. Esses estudantes, conforme informação repassada por eles mesmos através de respostas ao questionário sócio-cultural aplicado por mim, não costumam ter o hábito de ler livros mas possuem acesso a livros e revistas, seja no local de trabalho, na biblioteca municipal ou com amigos e vizinhos. Mas costumam lê-los apenas nos finais de semana por causa da escassez de tempo. O mesmo ocorre em relação à televisão.

Um fato que me chamou a atenção foi que, para a maioria desses alunos, o seu futuro profissional estava inevitavelmente ligado a alguma atividade exercida no ramo calçadista da cidade. Pelo que me pareceu claro, não havia a predisposição a tentar alguma alternativa profissional. Porém, isto não acontecia pela ausência de desejo por parte desses estudantes-trabalhadores de não serem mais explorados pela lógica capitalista implantada neste meio que levava a dependência dos mais necessitados a esse tipo de atividade. O que ocorre é que estes alunos não veem outra forma de levar a vida profissionalmente além dessa, visto a limitação educacional proporcionada por este sistema que os leva a crer que o término do ensino fundamental já pode ser considerado uma vitória profissional que proporcionará ganhos no trabalho que já exercem.

Busquei em minhas aulas sempre trabalhar essa questão na tentativa de influenciar no prosseguimento dos estudos, ressaltando além da importância desse avanço educacional para a vida profissional e social a capacidade individual e coletiva que deve ser incentivada e trabalhada. Porém, procurei ter cuidado para não parecer que tratava com menosprezo a atual atividade profissional de cada um, independente da função que exerçam.

A minha intenção sempre foi a de ao menos proporcionar uma visão crítica das relações de trabalho que condicionam o modo de vida dessas pessoas, além de incentivar que esses alunos ao menos sonhem com outras possibilidades na vida e, a partir desses sonhos, busquem alcançar as suas metas. Ou ao menos procurem ter metas. O objetivo desta minha intervenção, de modo direto ou não, na vida dessas pessoas não era a de mostrar que caminho seguir ou apontar o que era certo ou errado, mas sim possibilitar que os próprios estudantes na condição de trabalhadores fizessem a sua leitura e interpretação críticas do mundo que os cerca e, a partir disso, passem a visualizar o leque de escolhas que está a disposição. O meu propósito sempre foi incentivar ao menos a reflexão. Neste ponto, concordo com as palavras de Oliveira e

Oliveira (1999, p.20) sobre o papel do educador ao participar da vida dos estudantes. Estes autores afirmam que

a finalidade de qualquer ação educativa deve ser a produção de novos conhecimentos que aumentem a consciência e a capacidade de iniciativa transformadora dos grupos com quem trabalhamos. Por isso mesmo, o estudo da realidade vivida pelo grupo e de sua percepção desta mesma realidade constituem o ponto de partida e a matéria-prima do processo educativo. [...] Dentro desta perspectiva pedagógica, que parte da situação vivida pelos educandos como um problema que os desafia, é evidente que a definição do conteúdo programático da ação educativa não pode ser feita apenas pelo educador. Esta definição implica um trabalho conjunto de pesquisa e discussão no qual participam educador e educandos mediatizados sempre pela realidade a ser conhecida e transformada.

Mas para que houvesse a aproximação das relações de trabalho através do ensino de Geografia para esses grupos de alunos foi preciso, antes de tudo, que fosse averiguado, através do já citado questionário sócio-cultural, a noção de Geografia que esses alunos dispunham anteriormente ao início das aulas do ano letivo, com a intenção de preparar uma metodologia que resultasse em atividades que condissessem com a realidade vivenciada por esses estudantes. Conhecendo-os melhor torna-se possível contextualizar o ensino de Geografia de modo que este seja observado no cotidiano de cada um, facilitando a relação ensino/aprendizagem.

O significado do que era Geografia para cada estudante das turmas averiguadas foi bastante vasto, alguns poucos possuíam melhor noção das relações que envolviam o aprendizado geográfico. Outros tinham uma visão bem estereotipada e estática da Geografia e alguns não souberam o que responder. Para a grande maioria a Geografia era a “matéria que estuda e faz os mapas, que ajuda a se localizar e saber os nomes dos lugares, que estuda o mundo, o clima e o relevo”, resumindo uma variada gama de respostas.

O que se percebe nisto é que a Geografia é vista como algo limitado ao âmbito escolar, sendo algo pertencente apenas à escola, como alguns responderam de maneira direta. A ausência de percepção da relação existente entre a Geografia e a vida desses estudantes se deve ao fato deles não se enxergarem como parte desse estudo da Geografia. Ao estudarem “o mundo”, como eles mesmos relataram, não se nota como eles podem estar encaixados neste mundo estudado, como se os conceitos geográficos abordados em sala de aula se limitassem à própria sala de aula. Na percepção do que é Geografia, com base em respostas obtidas pelos próprios estudantes, é como se eles

mesmos estivessem fora das aulas de Geografia da escola e, neste mundo que ouvem falar, não está incluso Sapiroanga e nem o cotidiano de cada um.

8 – A GEOGRAFIA NA EJA DA ESCOLA DR. DÉCIO GOMES PEREIRA

Diante da realidade apresentada anteriormente, tanto em relação à constituição do grupo de alunos da EJA quanto no que diz respeito à noção de Geografia desse grupo, observei que possibilitar a contextualização do ensino de Geografia para esses alunos, através de questões ligadas às relações que envolvem as atividades produtivas, poderia proporcionar um enriquecimento na leitura e interpretação que essas pessoas realizam do espaço em que vivem.

Mas, para tanto, foi necessário que houvesse a elaboração de atividades a serem realizadas em sala de aula que englobassem as questões que pretendia que fossem tratadas. Para a aplicação das atividades em sala de aula para as três turmas foram empregados conceitos científicos utilizados pela Geografia, sendo esses contextualizados pelas informações obtidas através de pesquisa sobre o histórico social, econômico e cultural da cidade expostos nesta dissertação no capítulo 6 e também através do cotidiano dos próprios alunos. Essas informações referem-se ao histórico de vida familiar de cada um em relação à cidade e ao lugar em que moram, vinculando a característica sócio-espacial de Sapiroanga à sua condição de vida.

Para obter tais dados foram realizados, além de um questionário sociocultural para melhor conhecer os estudantes, cujo alguns dados já foram expostos no capítulo 7 desta dissertação, também ocorreram pesquisas realizadas pelos próprios alunos e quando necessário com a minha participação em conjunto. As fontes dessas pesquisas eram variadas, desde a utilização de informações obtidas através de meios de comunicação e livros didáticos, até relatos colhidos entre seus familiares, amigos e colegas de trabalho, tudo isto no intuito de trazer para próximo das aulas de Geografia o cotidiano de cada um. Esses dados, como já informado, eram contextualizados pelos conceitos geográficos através de exemplos e exercícios realizados pelos alunos, entre os alunos mas sempre procurando auxiliá-los de modo constante.

A aplicação das atividades foi norteada pelo programa curricular do município, que procurei reorganizá-lo e reordená-lo com a finalidade de facilitar a relação

ensino/aprendizagem de Geografia nas aulas para as referidas turmas de EJA. O conteúdo programático da EJA 5ª/6ª série foi construído da seguinte forma:

1º Bimestre

I - O que é Geografia?

- Conceitos
- Leitura e interpretação do espaço
- Transformações espaciais e da sociedade
- A Geografia no dia-a-dia

II - Cartografia

- Utilização de mapas no cotidiano
- Leitura e interpretação de mapas
- Elementos de um mapa: orientação, escala, título, legenda e coordenadas geográficas.
- Cartografia temática
- A tecnologia auxiliando a criação de mapas

Nesta primeira parte do 1º bimestre serão trabalhados os conceitos básicos de Geografia em relação às noções espaciais. O espaço geográfico, o lugar, a paisagem e o território abordados de maneira que possam compreender o mundo em que vivem em diferentes escalas. Nesta etapa, faz-se importante a forma de descrição textual do lugar ou dos lugares, diferenciando-os conforme a percepção de cada um em relação à sua história e modo de vida. Referente às turmas de EJA da Escola Dr. Décio, essa descrição valorizaria o conhecimento pessoal que os estudantes possuíam da região, da cidade, do bairro e da rua em que moram, procurando levantar aspectos históricos naturais e humanos sobre o lugar a fim de tornar perceptíveis as transformações espaciais, e suas causas, que ocorreram na cidade ao passar do tempo. Nesse caso, foi dada ênfase ao papel das atividades produtivas da cidade como agentes transformadores do espaço local.

Para complementar esta temática, pode-se utilizar mapas históricos comparativos do lugar para que as alterações espaciais possam ser percebidas de outra forma pelos alunos. Antes, porém, deve-se exercitar a leitura e interpretação de mapas apresentando os diversos elementos deste modo de representação do lugar. Torna-se importante a confecção de mapas do lugar elaborados pelos alunos, mas dando novas nomenclaturas a bairros e localidades da cidade baseados na percepção textual realizada anteriormente.

2º Bimestre

III - Localização

- O Brasil no mundo

- O Rio Grande do Sul localizado no Brasil e no mundo
- Sapiranga no Rio Grande do Sul, no Brasil e no mundo

IV - Território brasileiro

- Localização
- Histórico das divisões
- Divisões: por estados (político-administrativa), regional (IBGE) e por complexos geoeconômicos.
- A cidade de Sapiranga no contexto das divisões do território brasileiro

V - Fusos horários no Brasil

- Coordenadas e meridianos
- Meridiano de Greenwich
- Fusos atuantes no Brasil
- Horário de verão
- Fuso horário de Sapiranga

Iniciando os conteúdos do 2º bimestre procura-se trabalhar melhor a noção de espaço e de localização dos alunos. Para isto, são utilizados dados em relação a produção econômica da cidade e sua relação com o Rio Grande do Sul, Brasil e diversas partes do mundo. A partir deste ponto começam a ser inseridas algumas questões que podem ser debatidas ao longo do ano, como as divisões do mundo, o papel produtivo de diferentes localidades do mundo e do Brasil e, principalmente, a posição de Sapiranga neste sentido, visto que tal condição afeta diretamente a vida deste grupo de estudantes.

Em relação a questões como fusos horários e coordenadas geográficas, podem ser utilizados exemplos que fazem parte do cotidiano da cidade, como a imigração alemã e a exportação de calçados para diferentes áreas do mundo para usar como pontos de referência com o intuito de facilitar a relação ensino-aprendizagem de Geografia.

3º Bimestre

VI - Meio ambiente(a)

- Histórico natural brasileiro
- Importância da natureza para a sociedade
- Transformação do espaço através do trabalho aplicado no meio ambiente

VII - Meio ambiente(b)

- Destruição ambiental pelo homem
- Modernização x Conservação do ambiente
- Revolução Verde x fome: alta produção de alimentos e a escassez de alimentos para muitos
- Movimentos ambientalistas
- Desenvolvimento sustentável

No 3º bimestre cabe a discussão da transformação do espaço natural brasileiro conforme houve o incremento das atividades produtivas no nosso território. Para contextualizar este tema utiliza-se a cidade de Sapiranga e a região do Vale dos Sinos

como exemplo de alteração e depredação do meio natural em razão das atividades de produção. No caso local, utiliza-se dados coletados em arquivos históricos e, principalmente, com os próprios alunos, para que se possa ter noção da situação atual com base na história. A devastação da Mata Atlântica na região por causa do desmatamento iniciado com a chegada da imigração alemã, a poluição do solo, do ar e da água, principalmente do Rio dos Sinos, provocado pela ação das indústrias na região, o modo de vida levado pela maioria das pessoas, entre elas educandos e educador, entre outros fatores, como modo de demonstrar que as ações humanas são responsáveis pela situação atual do meio ambiente e, também, pela nossa condição de vida.

Para não ficar somente na crítica, faz-se importante demonstrar que outro modo de vida é possível, seja através de atitudes simples individuais e presentes no dia a dia, ou seja através da sociedade organizada na luta pela melhoria na condição de vida e por um futuro mais saudável, cobrando responsabilidades de quem merece ser cobrado.

4º Bimestre

VIII - Vida Rural

- Histórico
- Formação de cidades
- Formação social e ambiental
- Modo de vida no campo
- Trabalho no campo
- Desigualdade: Poucos com muito e muitos com pouco

IX - Vida Urbana

- Histórico
- Formação de cidades
- Formação social e ambiental
- Planejamento urbano
- Modo de vida urbano
- Trabalho na cidade
- Desigualdade: Poucos com muito e muitos com pouco

Trabalhar, neste 4º bimestre, como se deu o desenvolvimento das áreas rurais e urbanas da cidade através da história. Iniciando pela condição dos primeiros trabalhadores rurais, sua produção, a importância para o povoamento do lugar e a condição atual da área rural de Sapiranga e região, assim como dos trabalhadores dessas áreas. Para tanto, o conhecimento vindo dos alunos é fundamental, visto a proximidade do bairro em que está a escola em relação a algumas localidades rurais do município.

Tratar também do desenvolvimento urbano da cidade, dando destaque ao crescimento e aglomeração das áreas centrais, surgimento de bairros habitados por

trabalhadores das indústrias, a diferenciação espacial da cidade baseada no acúmulo de capital, destacando as diferentes condições de vida e de atenção pública entre os grupos sociais antagônicos.

Já o conteúdo programático das turmas de EJA 7ª/8ª foi organizado da seguinte maneira:

1º Bimestre

I - Paisagens e diversidades territoriais do Brasil

- Tipos de clima
- Tipos de relevo
- Tipos de vegetação
- Hidrografia
- Ecossistemas
- Paisagem regional

II - Paisagens naturais do mundo

- Regiões tropicais: florestas equatoriais e tropicais, savanas
- Desertos
- Regiões temperadas: floresta de folhas caducas, campos limpos, florestas de coníferas
- Zonas polares
- Altas montanhas

O enfoque dado nestas temáticas busca demonstrar, além da caracterização de diversas áreas naturais do mundo, o modo como o homem se relaciona com essas áreas quanto ao aspecto da produção. Ressaltar como as atividades produtivas realizadas pelo homem podem interferir e modificar essas paisagens naturais e, como essa modificação irá, conseqüentemente, voltar-se contra o próprio homem, alterando o seu modo de vida, trazendo transtornos à qualidade de vida da população local e de outras que habitam distante. As atividades produtivas vão desde as relacionadas ao domínio agrícola, passando pela exploração dos recursos naturais e chegando à produção industrial. O impacto dessas atividades deve ser bem analisado, assim como possíveis modos alternativos aos destrutivos do meio ambiente.

2º Bimestre

III - Globalização(a)

- Histórico
- Velocidade de informação e comunicação
- Velocidade e eficiência dos transportes
- Redução de distâncias
- Novas tecnologias
- Modernização

Neste bimestre há a introdução de questões relacionadas à Globalização. Seus aspectos históricos, o modo como ela moldou e ajuda a moldar o mundo em que vivemos sob vários ângulos: territórios, economia, sociedade, cultura, meio ambiente, entre outros. Para trabalhar a questão das atividades produtivas neste âmbito temático, optou-se por utilizar organismos influenciadores da produção industrial da cidade como os transportes, emprego de tecnologias, rapidez na produção, meios de comunicação, tudo isto interligado e relacionado ao aspecto capitalista da Globalização. Deve ser esclarecido como esses aspectos podem influenciar na produção local que, por consequência, irá interferir no modo de vida dos indivíduos ligados diretamente ou não a esta produção e, ainda, alterará o espaço e a sociedade.

3º Bimestre

IV - Globalização(b)

- Capitalismo e Globalização
- Processo técnico- científico e econômico interferindo na política
- Novas hierarquias
- Variedade de cenários geográficos
- Redesenhando fronteiras
- Blocos Econômicos: Mercosul

V - Sociedade pós-moderna

- Consumismo
- Relação entre consumo e cidadania
- Gestão da cidade
- Espaços privados e espaços públicos
- Movimentos sociais

Após a introdução do assunto no bimestre anterior, reforça-se questões ligadas à Globalização capitalista. Aprofunda-se o debate sobre as alterações espaciais e sociais causadas pela Globalização através da modernização da produção, criando novos espaços produtivos e aniquilando outros, a conjuntura econômica internacional e a formação de blocos econômicos, surgindo novas configurações espaciais que beneficiem o aumento da produção. Nesse aspecto, deve-se deixar claro quais são as consequências dessas novas configurações para as diferentes classes sociais, proprietários dos meios de produção e os trabalhadores, e como se dá a relação destas parcelas da sociedade e do espaço em que habitam com o poder público. Torna-se importante salientar a questão do modo de vida imposto a toda sociedade como forma de manter a desigualdade social atual, o alto grau de consumismo gerando distorções sócio-econômicas e marginalizando parcela da sociedade. Como consequência dessa

marginalização, no sentido de quem está à margem do modo de vida imposto pela sociedade dominante financeiramente, surgem os movimentos sociais. A importância destes para a (re)configuração do espaço e da sociedade, na busca por um modo de vida mais justo e sustentável, deve ser debatida com ênfase.

4º Bimestre

VI - Problemas Ambientais

- Industrialização e a poluição
- Desmatamento
- Queimadas
- Aquecimento Global
- Acordos ambientais
- O papel das ONG's ambientais

No último bimestre é discutida a questão da problemática ambiental num todo. Este tema já vem sendo discutido de forma gradual durante todo o ano letivo, através dos demais conteúdos, demonstrando como as ações humanas de produção, além do seu impacto socio-econômico, também transforma o ambiente natural. Neste bimestre este debate é aprofundado partindo de aspectos globais até aproximar à realidade local. A destruição ambiental é reflexo e reflete-se no modo de vida do social. Nossas ações na busca pelo crescimento produtivo tem gerado transtornos ambientais que nos atingem e que afetam a nossa qualidade de vida e a perspectiva de um futuro positivo para a vida na Terra. Para melhor exemplificar tais situações, buscar utilizar dados e exemplos locais. Estes exemplos podem e devem ser obtidos através da experiência de vida dos alunos, seja através deles próprios, ou de familiares, ou de grupos de amigos e colegas de trabalho, no sentido de conhecer tais fatos além dos livros didáticos. Para não ficar apenas nas críticas, novamente serão buscados exemplos positivos de produção, locais ou não, aliados a um modo de vida saudável, que reduza ou liquide os danos à natureza e, deste modo, possibilite uma previsão de futuro diferente da atual para a sociedade e para o espaço em que vivemos.

Ressalta-se que estes eram os conteúdos programáticos que continham no plano de estudos elaborado pela Secretaria Municipal de Educação de Sapiranga, sendo reordenados para melhor organização conforme o entendimento próprio. Além do reordenamento, procurou-se contextualizar ao máximo o conteúdo a ser trabalhado com base no saber dos próprios alunos. O modo como essa grade de conteúdo está exposta

nesta dissertação foi elaborado unindo os aspectos positivos do ano letivo de 2008, e que por isso foram mantidos, com algumas correções didáticas para melhor contextualização e aproveitamento da temática durante o ano letivo de 2009.

Importante também lembrar que as atividades aqui descritas começaram a ser aplicadas a partir do 3º bimestre letivo do ano de 2008, visto que antes disso ainda estavam sendo realizadas pesquisas teóricas e de metodologias, não havendo ainda material que pudesse ser aplicado de modo considerado satisfatório por mim e, por isto, minha própria situação profissional em sala de aula não me possibilitava condições seguras para aplicar as atividades.

Mas, ainda assim, houve algumas tentativas de elaboração e aplicação de atividades que unissem as relações de trabalho aos conteúdos da Geografia. Essas tentativas ocorreram durante o 2º bimestre de 2008 e as considerei não proveitosas por diversos motivos, como: falta de conhecimento próprio suficiente sobre a realidade local, incluindo nisto tanto a caracterização sócio-espacial de Sapiiranga quanto o grupo de alunos, a capacidade deste grupo de alunos, o material disponível, inexperiência e insegurança profissional devido a mudança brusca no modo de vida, entre outros fatores.

Apesar destes reveses nas primeiras tentativas, não houve desânimo e nem desistência, pois com o passar do tempo, fui conquistando confiança no trabalho exercido e adquirindo conhecimentos necessários que me faltavam para que as atividades pudessem ser aplicadas com segurança, competência e qualidade, ao meu modo de ver.

8.1 – Atividades aplicadas em sala de aula

As atividades foram aplicadas separadamente para cada turma, seguindo o planejamento das aulas. Primeiramente, haverá a exposição de modo sucinto de algumas atividades que relatei serem insatisfatórias durante este processo, mas que mesmo assim, pertencem ao processo de pesquisa na elaboração desta dissertação. Após isto, relato algumas atividades que foram consideradas proveitosas e que contaram com maior participação dos estudantes. No geral, as atividades, satisfatórias ou não, foram realizadas entre maio de 2008 e abril de 2009, ou seja, algumas foram realizadas no ano letivo de 2008 e outras no ano letivo de 2009. Apenas algumas atividades estão

descritas nesta dissertação, isto porque preferi apresentar as que possuíam maior caráter representativo, ao meu modo de ver, sobre a temática pesquisada.

8.1.1 – Algumas atividades insatisfatórias

Durante o segundo bimestre letivo, entre maio de 2008 e julho do mesmo ano, apliquei algumas atividades às turmas de EJA envolvendo o conteúdo programático previsto contextualizado através das relações de trabalho. Ao menos a tentativa era de que isto ocorresse. Porém, a aplicação das atividades geraram resultados que considerei fracos. Credito o insucesso de tais atividades, primeiramente, a elaboração ainda precária de minha parte das atividades. Possuía poucas informações sobre a cidade e a realidade do grupo de alunos, visto que me encontrava em período de adaptação a mudança brusca de vida. Mas, ao mesmo, tempo considerava que já era tempo de iniciar a contextualização prevista no projeto de pesquisa que gerou esta dissertação.

Outro fator que ao meu modo de ver influenciou no resultado negativo dessas atividades foi a seleção de material aliada à didática escolhida para tratar as temáticas envolvidas. Relacionando este fator com o que foi mencionado anteriormente, creio que as atividades não deram certo por terem sido elaboradas e aplicadas ainda forma prematura, necessitando de maior conhecimento da realidade local e mais segurança profissional que, com o tempo, vim a adquirir, ao menos sob o meu ponto de vista.

Uma das atividades que não foram bem sucedidas, na turma de EJA 5^a/6^a séries, no mês de junho de 2008, foi em relação a localização de Sapiranga no mundo e no Brasil e a contextualização desta localização através das atividades produtivas. Para tanto, haveria a simples localização de áreas, em diversas escalas, as quais Sapiranga mantém estreitas relações comerciais, com futura confecção de mapas.

Inicialmente, houve a exposição de mapas que serviriam para a espacialização do tema. Porém, alguns alunos apresentaram dificuldades nessa espacialização, visto que conheciam de modo precário tanto a localização de Sapiranga quanto do Rio Grande do Sul e do Brasil. Esta dificuldade pode ser creditada aos anos de afastamento dos estudos, situação em que se encontrava parte destes alunos, como também a distância de instrumentos de leitura e interpretação de mapas no cotidiano de alguns destes alunos.

Se já havia dificuldades para a espacialização de algo totalmente presente no seu dia a dia, logo se tornou ainda mais difícil localizar áreas do planeta as quais só eram conhecidas de nome, sem possuir a noção de localização dessas. A união destes fatores dificultou bastante o andamento da atividade. Porém, talvez o que mais tenha dificultado o andamento da atividade foi a falta de preparo de minha parte, pois acreditava que considerável parcela dos alunos possuía conhecimento das relações comerciais que Sapiranga possuía com outros territórios. Mas logo vi que estava totalmente equivocado neste sentido. Também percebi que havia cometido um erro grave e primário de não haver pesquisado anteriormente sobre esta questão das relações comerciais de Sapiranga para estar preparado para tal eventualidade que acabou ocorrendo.

Para que a temática fosse seguida, tive que estender algumas aulas sobre o assunto, mas dessa vez com a pesquisa realizada, para que pudéssemos, eu e o grupo de estudantes, discutir sobre o tema e espacializar a localização de Sapiranga no mundo. Não houve o aprofundamento necessário nos tipos de relações comerciais que eram mantidas com essas áreas, visto que necessitava um maior embasamento para que o assunto fosse debatido com maior riqueza. Mesmo assim, ao final da discussão do tema percebi que muitos alunos já participavam com maior frequência da aula citando exemplos que conheciam da realidade econômica da cidade e sua relação com outras áreas.

Um outro exemplo de atividade que considero não ter sido totalmente positiva, no sentido de seu aproveitamento, foi a discussão sobre o impacto das atividades produtivas humanas nas paisagens naturais do mundo, entre elas a Mata Atlântica que cobria todo o território do que seria a cidade de Sapiranga e que hoje está limitada à algumas áreas preservadas na cidade e região. A atividade foi voltada para o público de EJA 7^a/8^a séries conforme constava a temática no programa curricular e foi aplicada no mês de maio de 2008.

O objetivo da atividade era demonstrar em quais áreas da cidade ainda existiam resquícios da Mata Atlântica original e debater como a produção humana a destruiu, além de investigar as formas de preservação atual. Porém, acredito que nesta atividade equivoquei-me totalmente desde o seu início, visto que deveria ter caracterizado a Mata Atlântica ao invés de supor que o grupo de alunos já teria conhecimento dessa caracterização. Digo isto porque nenhum deles sabia que na cidade havia este tipo de ecossistema e muito menos que ele tinha sido devastado pelo homem.

Outro erro foi ter utilizado como parâmetro da destruição ambiental desta área somente a atividade industrial da cidade, não informando a importante contribuição neste sentido que foi dada pelas atividades agrícolas no passado, fato este que também era desconhecido pelos alunos e que por falta de preparo acabei por ignorar. Apesar desses equívocos, continuei a temática só que tratando de forma mais generalizada, escapando do aspecto local porque considerava que a minha participação havia ficado muito embolada e confusa.

Esses acontecimentos foram de grande valia para que eu pudesse reavaliar a minha forma de pesquisa e elaboração de atividades. Até então, estava partindo do pressuposto de que os alunos já possuíam um mínimo de conhecimento necessário sobre as temáticas envolvidas e que a mim cabia apenas partir desse mínimo para expandi-lo. Entretanto, os alunos até possuem realmente este conhecimento, só que não o percebem como sendo conhecimento útil para a vida escolar devido ao seu distanciamento da realidade do cotidiano. A mim cabia tentar aproximar a escola da realidade de cada um, partir do conhecimento que eles já possuem, aliando-os ao saber geográfico de modo simples e útil. Ainda havia em mim o “cacoete” de despejar conteúdo sem a devida contextualização da realidade do grupo de estudantes, apesar de acreditar que até então estava fazendo o correto. Tais equívocos foram essenciais para o andamento da pesquisa, possibilitando que as futuras atividades que ainda seriam aplicadas fossem mais cuidadosas e melhor elaboradas passo a passo.

8.1.2 – Aplicação de atividades e seus resultados

Após o recesso escolar ocorrido no final de julho de 2008 pude retornar às aulas sentindo-me mais preparado para realizar o que pretendia nas turmas de EJA. Além de descansar mental e fisicamente após tanto estresse obtido pelas mudanças ocorridas em minha vida, pude dedicar-me com maior afinco à elaboração das atividades de contextualização do ensino de Geografia através das relações de trabalho. Somo a isto o fato de que frequentava, no momento, a disciplina Seminários de Mestrado no curso de Pós-Graduação da UFSM que me possibilitou ter novas visões acerca da pesquisa através das opiniões válidas do orientador e de colegas de curso.

A maior dedicação a preparação das atividades possibilitou acúmulo de informações sobre a realidade local, em relação à cidade e aos grupos de alunos. Além disso, outro ponto importante foi a criteriosa seleção de materiais que viriam a ser

utilizados em sala de aula como instrumentos auxiliares e facilitadores da relação ensino/aprendizagem de Geografia. As atividades que descrevo a partir deste momento são apenas algumas amostras do que foi elaborado, preparado e empregado em sala de aula junto aos alunos de EJA da Escola Dr. Décio Gomes Pereira.

8.1.2.1 – A divisão internacional do trabalho e a (trans)formação dos espaços

De início, serão relatadas algumas atividades empregadas na turma de 7^a/8^a séries de EJA durante o mês de setembro de 2008. Descrevo três atividades que envolviam a mesma temática, a nova divisão internacional do trabalho, o espaço mediante o capitalismo globalizado, o que este influenciaria na formação espacial e, por consequência, na sociedade. Para isto, foi dado destaque para disputa entre os lugares pela busca por investimento de capital, a relação existente entre o poder público e o capital privado nessa busca e de que modo isto interfere na configuração sócioespacial.

A primeira atividade ocorreu através de uma explanação geral do tema utilizando um texto base distribuído por mim (anexo B), empregando exemplos generalizados de modo que pudesse ocorrer o entendimento do conceito para, posteriormente, contextualizá-lo. Também foi usado um mapa mundi que ficou exposto no quadro-negro para espacializar a explicação.

O texto base foi retirado do site “Mundo Educação”, sendo corrigido e reorganizado para ser utilizado em sala de aula. Inicialmente, foi feita a leitura do texto em grupo, com cada aluno lendo um parágrafo e havendo pausas entre cada parágrafo para que eu pudesse explicar e debater com os alunos sobre o significado do tema e como ele poderia se encaixar na nossa realidade.

O desenvolvimento da primeira atividade deu-se mais de modo explicativo, sendo predominante a participação do professor em relação aos alunos. Esta aula serviu para passar uma noção geral da Divisão Internacional do Trabalho, o que gerou essa divisão e quais são as suas consequências para a organização socio-econômica mundial. Nesta aula trabalhou-se o conceito de guerra dos lugares e seu impacto para os lugares, tanto os que recebem quanto os que perdem. Comentou-se sobre como essa divisão cria a especialização da produção, na qual cada lugar passa a produzir determinado bem que, unindo-se a outro gerará riqueza para o produtor e redução do custo da produção.

Procurou-se contextualizar como Sapiranga encontra-se no quadro da divisão internacional do trabalho, visto que a cidade possui a presença de diversas

transnacionais do ramo dos calçados que fabricam determinadas partes do produto na cidade ou então realizam a sua montagem final e distribuição do produto. Neste quesito houve a maior participação dos alunos nesta aula, visto que eles possuíam seus próprios exemplos para esta situação, através de seus próprios empregos. Foram citadas marcas de calçados famosos, as partes que são produzidas na cidade e o que é montado ali.

Também foi explicado que para um lugar estar inserido no mercado ele necessita seguir as leis desse mercado. Cada vez mais o mercado exige infraestrutura, vasta mão-de-obra barata disponível e de baixo custo e proximidade de grandes mercados consumidores. Isto possibilitaria considerável redução dos custos de produção e geraria lucros maiores aos donos dos meios de produção. Então, para estes obterem rendimentos maiores buscam espaços que reúnam as condições necessárias para isto. Com campanhas publicitárias, apoios do poder público e de grupos dominantes locais que venham a obter ganhos com isto, os espaços são alterados com a justificativa de necessitarem disto para estarem inseridos no mercado.

As consequências deste fato são minimizadas em razão do teórico crescimento econômico local. Mas o que não se discute são as consequências geradas por tal disputa entre os lugares e a alteração sócioespacial provocada por essa disputa. Fatores históricos da sociedade e do espaço são desconsiderados para que passe a valer a ordenação mercadológica. Migrações, condição sócioespacial alterada, capital privado organizando o espaço, entre outros são elementos que caracterizam as transformações espaciais causadas pela guerra dos lugares.

Sobre este aspecto, a participação dos alunos foi fundamental para que houvesse uma melhor contextualização do tema. Como eram melhores conhecedores da realidade local, em relação às atividades de produção, do que eu, os exemplos vindos dos alunos encaixaram-se muito bem na discussão. Muitos citaram as alterações recentes ocorridas na cidade, tanto por causa de saída e falência de algumas empresas no local quanto no sentido do esforço para atrair novos investimentos de outros grupos empresariais. Entre essas alterações, segundo os alunos, estavam o aumento das áreas industriais já disponíveis e melhoria na infra-estrutura de alguns bairros no intuito de conseguir novos ganhos e, ainda, desemprego e áreas abandonadas como resultado da fuga ou fechamento de algumas indústrias de calçados no município.

Na atividade ocorrida na aula seguinte, na mesma temática, foi exibido o filme “Ou tudo ou nada”, de Peter Cattaneo. Este filme mostra a situação em que se encontram seis operários desempregados que dependiam direta ou indiretamente da

indústria do aço que predominava (e não predomina mais) na cidade de Sheffield, Inglaterra. Para tentar amenizar a condição de pobreza resultante do desemprego eles resolvem dançar num clube de strip-tease ao menos uma noite para conseguir dinheiro. Essa história, contada de forma muito bem humorada, possui como pano de fundo a desestruturação de uma cidade proporcionada pela transferência de suas principais indústrias para outros locais que lhe proporcionavam maiores ganhos de capital através do baixo custo da mão-de-obra e da proximidade de novos mercados consumidores.

A exibição do filme ocupou o tempo de um dia de aula. Na aula posterior começamos a discutir sobre o que foi possível perceber do filme e tentar fazer uma analogia com fatos recentes da cidade. Conforme Alves (2005), o filme aborda algumas questões que considerei importante discutir com os alunos, pois poderiam pertencer à realidade vivenciada por estes. Uma das questões diz respeito aos “homens desacomodados”, numa referência direta ao desemprego e seus impactos na vida social. O homem, ou melhor, toda uma classe de operários, ficaria desnorteada ao perder a sua fonte de sustento familiar. Neste ponto couberam relatos de alguns alunos referindo-se ao desemprego que atingiu a cidade quando algumas indústrias de calçados se transferiram para outros locais, principalmente por volta do final da década de 90 e início deste século. Exemplos próprios, vindos dos alunos mais velhos, e de familiares, pais dos alunos mais novos, que trabalhavam nessas indústrias.

Pôde ser percebido no relato dos alunos que, durante a fase de migração dessas indústrias, o desemprego cresceu consideravelmente nas classes mais baixas da cidade e ao mesmo tempo, segundo esses mesmos relatos outras áreas passaram a ser atingidas, como o comércio por causa da queda de volume de capital que circulava na cidade e, com isso, gerou mais desemprego. Os investimentos públicos e infra-estrutura também diminuiram consideravelmente devido à falta de recursos (impostos) advindos das atividades industriais que antes se encontravam na cidade.

Porém, também foi possível perceber que este período estaria se extinguindo. Pelo relato dos alunos a cidade estaria passando por um momento de volta do emprego com o incentivo de criação de pequenas fábricas de calçados, pequenos ateliês instalados nos bairros mais carentes e a chegada de novas empresas para a cidade, não apenas no ramo de calçados. Este relato vai de acordo com a declaração do secretário da indústria, comércio e turismo da cidade, Elói Antônio de Paula, que afirmou que o poder público tem incentivado a geração de empregos na cidade possibilitando condições para a criação de pequenas fábricas e a instalação de novas empresas.

Segundo, ainda, o relato dos alunos, a própria organização da cidade tem melhorado, os bairros em que residiam a maioria desses desempregados estão recebendo mais atenção do órgão público, e de algumas empresas privadas, através da melhoria da infraestrutura. Mas esta melhoria não é à toa, ela visa possibilitar condições de aumento de produção das pequenas fábricas ali instaladas porque esta produção é toda voltada para as indústrias maiores que estão ao redor. Ou seja, o investimento só passou a ser realizado naquela área quando houve a perspectiva de produção de riqueza.

Outra questão abordada no filme e que procurei debater com os alunos, diz respeito à “cidade nua”, conforme afirma Alves (2005) referindo-se à organização da cidade estando dependente da atividade industrial predominante no lugar. Algumas áreas da cidade de Sapiranga, após a saída de algumas indústrias ligadas ao calçado, sofreram grande retração econômica que se refletiu na sua condição social e espacial. Parte do bairro em que se encontra a escola e em que residem os alunos passou por esta situação. Pelo relato de alguns alunos, nas áreas em que se encontravam essas indústrias hoje os prédios estão abandonados, sem previsão de uso, boa parte do comércio que ali se fazia presente já não existe mais, houve grande desvalorização do terreno nesses locais, tudo afastando cada vez mais investimentos. Muitos desses locais da cidade ainda não se recuperaram, transformando-se em pequenas áreas fantasmas.

O filme, segundo Alves (2005), ainda aborda a questão do “precário mundo do trabalho”, a condição do trabalhador desempregado e da precariedade do trabalho. Neste ponto, houve muitos relatos dos alunos acerca da condição do trabalho na cidade. Isto está ligado à necessidade das indústrias que permaneceram na cidade em reduzirem seus custos de produção. A maioria dos alunos relatou que trabalha sob forma de contrato temporário de trabalho, sem a segurança de saber se vai permanecer no emprego ou se não terá seu contrato renovado.

Falou-se também do recebimento de salário conforme o número de horas trabalhadas. Muitos se exaltaram ao afirmar que como o valor por hora era muito reduzido eles eram praticamente obrigados a fazer “serão” (hora-extra) para aumentar sua renda para pelo menos um valor que seja digno. E caso se recusassem a trabalhar horas a mais havia o risco de perder o emprego, pois esses ficavam “marcados” dentro da indústria e corriam o risco de não possuir o contrato renovado. Alguns alunos passaram por essa experiência em empregos anteriores. Ou seja, aumentavam a produção da empresa mas os seus ganhos no final do mês não eram proporcionais a quanto a indústria conseguiu lucrar com as suas horas trabalhadas a mais.

Segundo os próprios alunos, isso interfere na questão do deslocamento pela cidade e região, contribuindo para uma característica importante da cidade que é a grande utilização das bicicletas. Segundo os alunos, usa-se a bicicleta como meio de transporte porque eles não possuem condições financeiras de possuir outro meio de transporte e, também, porque o transporte urbano é considerado caro e de baixa qualidade.

Durante essas discussões houve envolvimento de grande parte dos alunos. A terceira atividade começou no fim dessa aula com a contextualização do filme, procurando visualizar as situações deflagradas pelo filme na vida da cidade, e prosseguiu na aula seguinte. Foi solicitado que os alunos trouxessem fotos ou imagens da cidade de Sapiranga que reproduzissem o que vimos e/ou debatemos nas três últimas aulas. Essas fotos seriam comentadas e discutidas se houvesse necessidade entre os colegas. O objetivo desta atividade era estimular o envolvimento dos alunos nas aulas de Geografia, para que ela fosse além da sala de aula, tornando perceptível seus conceitos no cotidiano.

Deixei a opção de enviarem as fotos por e-mail para mim ou ainda deixar para passar as fotos no computador da escola. Como a maioria dos alunos trabalha e, no seu tempo de folga, procura descansar em casa, imaginei que poucos iriam trazer alguma foto. Mas, para a minha surpresa, vários trouxeram ou enviaram fotos que tiraram quando se direcionavam ao trabalho ou quando voltavam dele ou, até mesmo, nos seus poucos momentos de lazer. Encaro tal fato como sendo um reflexo do grau de envolvimento desses alunos na discussão promovida nas aulas de Geografia na escola. Exponho aqui apenas algumas das fotos que foram trazidas para aula e que estavam em boa qualidade. Essas fotos foram exibidas em slides para toda a turma, sendo explicada por quem tirou e debatida na medida do possível caso houvesse necessidade de uma maior explicação. Algumas fotos estão exibidas nesta dissertação dentro do corpo texto, após a explicação da contribuição do grupo de alunos.

Segundo a explicação dos próprios alunos, as figuras 4 e 5 são fotos tiradas de uma indústria de calçados que existia no lugar. Este local encontra-se no bairro São Luiz, bairro em que residem os alunos da escola, sendo conhecido por todos eles. Essa indústria se localizava às margens da RS-239, que liga Sapiranga à Porto Alegre e também região serrana do estado. Segundo os alunos, havia a pretensão de serem construídos alguns estabelecimentos comerciais e hotéis na área, mas com o

encerramento das atividades de algumas dessas empresas a área hoje se encontra cada vez mais abandonada.

Ainda conforme os alunos, não havia previsão de transformação daquele espaço e da infra-estrutura ali presente em algo positivo e útil para a sociedade. Penso que, com um pouco de esforço do poder público e da iniciativa privada, no local poderia ser construído uma área de lazer, como um praça ou quadras para a prática de esportes, para a população que habita nas redondezas, visto que o bairro é carente deste tipo de opção. A estrutura de iluminação, água, esgoto e vias de acesso já existe, necessitando de grande reestruturação física do que já existe.



Figura 4 – Prédio de indústria calçadista fechada no bairro São Luis. Fonte: alunos do EJA 7ª/8ª



Figura 5 – Pátio de indústria calçadista fechada no bairro São Luis. Fonte: alunos EJA 7ª/8ª

As figuras de 6 a 11 foram trazidas por diversos alunos que residiam nas proximidades e que explicaram se tratar de outra indústria calçadista, também localizada às margens da RS-239, que encerrou as atividades. O grau de abandono das construções, tanto da anterior quanto dessa, demonstra a falta de planos para novas instalações industriais no local ou, até mesmo, novos usos para o prédio ali construído. O fechamento dessa indústria, conforme os alunos, também influenciou na fuga de empreendimentos comerciais na região, gerando desemprego.

No caso deste prédio abandonado, segundo relato dos alunos, há um fato diferenciado do caso anterior que é o abandono de veículos, antes utilizado pela empresa, no pátio dos fundos junto à vegetação que está prestes a dominar o local, conforme pode ser observado na figura 7. Tanto o prédio quanto os veículos permanecem sem previsão de utilização. O que é preocupante, conforme declarações dos próprios alunos e podendo ser visualizado nas figuras 6, 8 e 9, o grau de abandono do prédio é muito alto, podendo comprometer qualquer intenção de uma futura reutilização do prédio, tanto para a função industrial como para outra função.

Conversando com os alunos, houve a sugestão de transformação daquele espaço em posto de saúde para o bairro, visto que este é carente neste tipo de atendimento do poder público. O que facilita para alteração na função deste espaço é própria condição estrutural do lugar, com vias de acesso, luz, água e esgoto, ou seja, o arcabouço necessário para o funcionamento da obra, que precisa de uma grande reforma estrutural visando garantir a segurança do prédio. Quanto aos veículos, foi sugerido que esses servissem como ambulâncias e transporte de pacientes por parte do posto de saúde local, após a devida revisão e reforma desses meios de transporte.



Figura 6 – Prédio de indústria calçadista fechada no bairro São Luis. Fonte: alunos EJA 7ª/8ª



Figura 7 – Pátio interno de indústria calçadista fechada no bairro São Luis. Detalhe nos veículos estacionados no interior. Fonte: alunos EJA 7^a/8^a



Figura 8 – Prédio de indústria calçadista fechada no bairro São Luis. Detalhe na condição de abandono da estrutura. Fonte: alunos EJA 7^a/8^a



Figura 9 – Prédio abandonado de indústria calçadista fechada no bairro São Luis. Fonte: alunos EJA 7^a/8^a



Figura 10 – Prédio de indústria calçadista fechada no bairro São Luis. Detalhe no avanço da vegetação no local. Fonte: alunos EJA 7^a/8^a



Figura 11 – Prédio de indústria calçadista fechada no bairro São Luis às margens da RS-239.
Fonte: alunos EJA 7ª/8ª

Também foram trazidas fotos (figuras 12 a 14) de uma outra indústria calçadista que fechou, esta localizada no bairro Centenário, próximo ao centro da cidade e à outras grandes indústrias da cidade. Os alunos que trouxeram as fotos explicaram que parte do prédio da indústria hoje é utilizada por outra do mesmo ramo, mas sem a função de produção, apenas como depósito. Esta região teve seus imóveis desvalorizados e alguns estabelecimentos comerciais saíram do local depois do fechamento dessa indústria, segundo afirmações dos alunos.

Por ser próximo ao centro da cidade e por estar junto à várias outras indústrias calçadistas, a estrutura desse espaço abandonado poderia ter diferentes serventias, conforme meu entendimento das palavras dos alunos, como quadra de esportes, posto de saúde, instalação de sindicatos, hotel, entre outros exemplos. Mas, ao meu modo de ver, e devido à sua importância, o principal exemplo de contribuição foi a construção de uma escola pública para os filhos dos trabalhadores das indústrias locais. Segundo a observação de alguns alunos, isto seria altamente positivo porque iria aproximar pais e filhos no cotidiano, visto que muitas vezes os pais permanecem distantes dos filhos, não restando nem tempo para levá-los à escola e, muito menos, acompanhar o dia a dia da comunidade escolar.

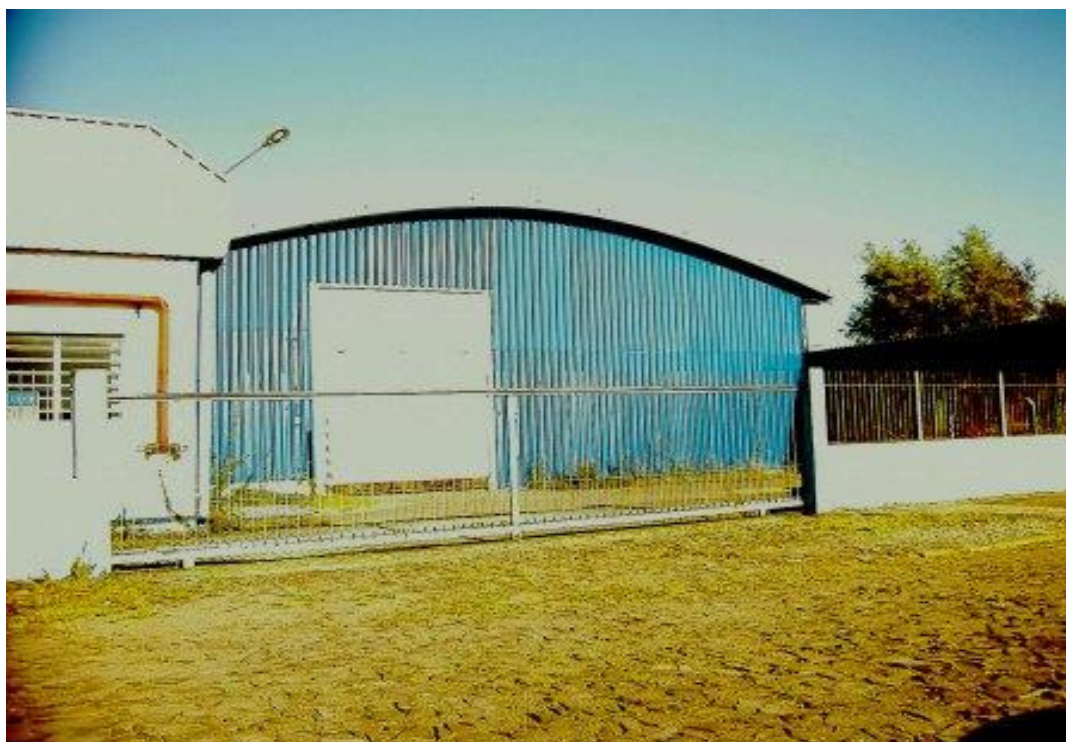


Figura 12 – Galpão de indústria calçadista fechada no bairro Centenário que hoje serve como depósito para outras indústrias. Fonte: alunos EJA7^a/8^a



Figura 13 – Prédio de indústria calçadista fechada no bairro Centenário. Fonte: alunos EJA 7^a/8^a



Figura 14 – Prédio de indústria calçadista fechada no bairro Centenário. Detalhe à permanência de equipamentos como “ar-condicionado” no prédio. Fonte: alunos EJA 7ª/8ª

Várias outras fotos e imagens foram trazidas pelos alunos e procuramos debater sobre elas. Cada uma tinha uma história e motivos pessoais para considerá-las inseridas no contexto que conversávamos. Além de indústrias fechadas também havia fotos de áreas da cidade que os alunos consideravam extremamente pobres e abandonadas, sem possuir a infraestrutura necessária para a sobrevivência do trabalhador. Mas as que aqui estão expostas foram as que os alunos mais faziam referência, tanto que havia diversas fotos dos mesmos lugares.

8.1.2.2 – A Globalização capitalista, o desemprego e a desigualdade sócio-espacial

Outra atividade realizada, relacionada com o tema da anterior, com as turmas de 7ª/8ª séries do EJA tratava do modo como a Globalização, sob as ordens do capitalismo, se apresenta e sua relação com desemprego e desigualdade social. Esta atividade ocorreu durante o mês de outubro de 2008 e iniciou com distribuição e explanação de um texto base (anexo C) por parte do professor, de modo que os aspectos gerais do tema ficassem bem delimitados para que fosse possível haver uma devida contextualização temática. Acompanhado do texto também foram utilizados os mapas mundi, político do

Brasil e mapa da cidade de Sapiranga para que fosse possível espacializar a explicação e houve a resolução de alguns exercícios de interpretação do texto.

No início da atividade discutimos, então, o texto que foi entregue para a turma toda. Primeiramente foi abordada a questão da presença da Globalização no nosso cotidiano. O simples emprego desse termo ainda gerou algumas dúvidas em sala de aula, mesmo após já termos discutido o conceito de globalização em algumas aulas anteriores. Mas, mesmo assim, foi retomado para que pudéssemos prosseguir no assunto com capacidade para compreendê-lo. Sendo assim, discutimos desde como a Globalização, da forma como ela se apresenta atualmente, trouxe consequências positivas e negativas para as nossas vidas.

Os aspectos positivos estariam ligados com a redução de distâncias e aproximação de diferenciadas culturas e, ainda, a distribuição da produção ao redor do mundo todo. Neste ponto alguns alunos inseriram a questão da tecnologia cada vez avançada e ao alcance de um maior número de pessoas, possibilitando uma maior variedade de produtos disponíveis no mercado.

Porém, fiz questão de salientar que, mesmo dentro desse ponto tido como positivo, havia o aspecto negativo da globalização. Mesmo com tantos produtos de alto nível à disposição das pessoas, o número de pessoas que pode adquirir esses bens de consumo permanece muito reduzido. Isso seria um reflexo do desemprego e desestruturação dos elementos trabalhistas, condição criada pela globalização mediante os ordenamentos do capital.

Dentro desse aspecto começamos a debater sobre os motivos que estão inseridos na globalização capitalista que levariam ao aumento do desemprego. Um dos principais seria a redução dos custos de produção que afeta diretamente a mão-de-obra humana. A substituição desses por máquinas modernas criou a necessidade de uma crescente especialização do trabalhador sem a garantia de melhorias financeiras. Segundo o relato de alguns alunos, muitos estão estudando tanto na educação escolar quanto algum curso profissionalizante porque as indústrias as quais estão empregados exigem um mínimo de qualificação para exercer determinada atividade que necessita manipular uma maquinaria específica. Mas essa qualificação obtida pelo trabalhador não lhe garante maior remuneração, ela apenas garante o emprego atual, nas mesmas condições que já possui.

As pessoas que não conseguem permanecer empregadas por falta de qualificação acabam encontrando muitas dificuldades para retornar ao mercado nas condições que

possuíam antes. Quando conseguem trabalhar isto ocorre em condições precárias que irão resultar na queda da qualidade de vida do indivíduo e de sua família. Os que não conseguem retornar ao mercado de trabalho acabam realizando atividades informais ou inflacionam o número de desempregados no país.

Alguns alunos relataram que a cidade sofre com o desemprego, principalmente o setor calçadista. Eles trouxeram para a aula um elemento novo que é a constante presença e participação do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) na cidade e região na busca por empregos que proporcionem uma saudável qualidade de vida para a população. Considero este elemento uma novidade porque até então era desconhecido por mim. Este movimento, na cidade, abrange um grande número de sapateiros que trabalhavam em indústrias calçadistas que saíram da cidade ou que faliram no final da década passada. Esses trabalhadores ficaram desempregados porque não conseguiram vaga nas indústrias que permaneceram na cidade e nem nas que chegaram. Alguns também não aceitaram as condições impostas pelas indústrias, visto que a exploração abusiva apresentava-se de forma clara para aproveitar a situação de desespero que atingem muitos dos desempregados.

Outro elemento negativo trazido com a Globalização e reflexo do desemprego é a crescente desigualdade social. Essa questão também foi debatida em sala de aula tentando trazer para perto a realidade da cidade. Os donos dos meios de produção se preocupavam em demasia em demitir trabalhadores ou conseguir trabalhadores mais baratos para reduzir os custos da produção mas nem pensavam em reduzir suas taxas de lucro para fornecer aos trabalhadores uma remuneração maior e mais digna. Isso foi explorado pelos alunos ao afirmarem que mesmo com as políticas de demissões era percebido que seus “patrões continuavam a enriquecer”, nas palavras desses alunos. Ainda segundo eles, esses patrões esbanjavam aparecendo com diferentes carros importados enquanto a mão-de-obra era demitida.

Outra forma de se visualizar essa desigualdade na cidade de Sapiranga, segundo relatos dos alunos, é através da estruturação dos bairros das cidades. Por serem maiores conhecedores da cidade do que o professor, solicitei que me exemplificassem como isso ocorria. Afirmaram-me que a parte central da cidade, chamada popularmente de “Planície dos Ricos”, possui a infraestrutura adequada e é bem organizada, tanto pelo poder público quanto por organizações privadas. Enquanto nos arredores dessa área vive a grande massa trabalhadora com diversas dificuldades estruturais causadas pela falta de organização nesses locais. Porém, um aluno ressaltou que essa situação já foi muito pior

mas que, com os recentes programas sociais do governo federal, a condição dessas populações tem melhorado lentamente aos poucos.

Mas isso não significa que tenha deixado de haver excesso de cumplicidade entre o poder público e o capital privado, visto que há uma relação de interdependência entre ambos. A estrutura privada ainda necessita de apoios e incentivos do poder público em relação à infraestrutura necessária para a sua produção, enquanto que o poder público necessita das indústrias devido ao capital elas fazem circular na cidade e o grande número de empregos gerados, que por sinal já foram bem mais numerosos. Essa relação é tão íntima que, segundo alguns alunos, uma das sedes de uma grande indústria da cidade é conhecida como a segunda sede da Prefeitura Municipal.

Mas, ainda conforme os alunos, o poder público municipal nos últimos anos têm se tornado mais rigoroso na fiscalização dos direitos trabalhistas junto às indústrias, agindo em conjunto com os sindicatos da cidade, deixando transparecer que aos poucos a relação existente entre o poder público e o capital privado tende a beneficiar a população e não a acumulação de capital por parte de poucos.

Ao final da aula solicitei que fossem resolvidos os exercícios que constavam ao final do texto. Esses exercícios misturavam mera interpretação do texto com outros assuntos que abordamos durante a aula e que pertenciam a mesma temática. As questões eram simples e serviam apenas para que os alunos pudessem expressar de maneira resumida a sua compreensão do que havia sido desenvolvido na aula. Essa atividade ocorreu tranquilamente, com os alunos trocando ideias entre si e comigo sobre o assunto do texto na construção das respostas.

Na aula seguinte foi dada sequência à discussão sobre a desigualdade social possuindo como ponto de partida a leitura e análise do artigo intitulado “Dane-se a rabacuada”, de André Petry, publicado na revista *Veja* no dia 17 de outubro de 2007, procurando encontrar no tema do artigo algo referente ao assunto discutido na aula anterior e aprofundarmos um pouco mais na questão da diferenciação e desigualdade sócio-espacial. Reproduzo, abaixo, o artigo de Petry na íntegra.

VEJA – 17/10/2007 – André Petry
Dane-se a rabacuada

O Brasil tem cumprido com extremo zelo a receita da desigualdade, e a Justiça brasileira tem feito sua parte com notável desembaraço.

Agora mesmo, a presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Ellen Gracie, compareceu à solenidade de inauguração dos primeiros juizados especiais nos aeroportos. É uma ideia esplêndida, sobretudo depois de meses a fio de caos nos aeroportos. Os juizados servirão para ajudar os

passageiros a resolver de imediato complicações rotineiras, como cancelamento de vôos, overbooking, atraso, pagamento de hospedagem, extravio de bagagens. Cinco aeroportos já tem juizado: dois em São Paulo, dois no Rio de Janeiro e um em Brasília. Na semana passada, os jornais noticiaram os primeiros sucessos, com passageiros sendo indenizados na hora pela companhia aérea. Os juizados vão funcionar até nos domingos e feriados. É uma iniciativa que vai facilitar a vida de milhões de passageiros.

O que revela o viés desigual da Justiça brasileira é a ausência de juizados especiais em lugares onde eles são desesperadamente necessários. A Justiça não pensou em abrir juizados em frente às escolas públicas nos períodos de inscrição para vagas. Houve um tempo em que eram comuns as cenas de mães passando a madrugada em filas enormes para conseguir matricular os filhos. Nas filas das escolas, não se perde uma conexão, perde-se o futuro.

O que dizer dos terminais rodoviários dos centros urbanos? São rotineiras as filas para embarque, a superlotação, a indefinição de horários, a sujeira, a súbita retirada de carros. Nessas filas, em geral formadas por gente que paga a passagem com dinheiro contado para ir trabalhar, não se perde a viagem, perde-se o emprego.

E os hospitais públicos? Ninguém desconhece as filas à espera de atendimento, as cenas de pacientes agonizando pelos corredores em macas improvisadas ou no chão. Nessas filas, não se perde o avião, perde-se a vida.

Pelos aeroportos brasileiros não passam apenas pessoas abastadas. Há uma massa crescente de gente humilde. Também não são turistas viajando de férias, com todo o tempo do mundo para relaxar e gozar. A maioria viaja a trabalho. É justo que tenham um atendimento decente, respeitoso. A questão é saber por que as agruras dos brasileiros que se enfileiram nas escolas, nos ônibus, nos hospitais nunca conseguiram amolecer o generoso coração dos juízes brasileiros.

A indigência da desigualdade de tudo – de tratamento, de vida, de renda – produz a indigência do resto todo. Tal como, para ficar na bizarrice da semana, a miséria do debate sobre o apresentador Luciano Huck e o rapper Ferréz. Uma discussão rasteira, pois é de obviedade gritante que reclamar da bandidagem é um claro à civilidade e defender o banditismo é uma regressão à barbárie. Discussões desse nível fazem até banqueiro sonhar com a volta da luta de classes, que ao menos organizava as ideias em categorias morais. (PETRY, 2007, p.62)

Na atividade prevista para esta aula houve maior ênfase na diferenciação de condições sociais e espaciais entre os variados grupos populacionais, sendo essa diferenciação tanto de tratamento como de oportunidades. Para dar início a atividade foram distribuídas cópias do artigo de André Petry intitulado “Dane-se a rabacuada” para todos os alunos. Foi dado um tempo para que realizassem a leitura e depois iríamos começar a discutir sobre o texto. Fiz questão de que lessem o artigo porque percebi que esses alunos costumam ler muito pouco quando estão fora da escola, ou até mesmo dentro da escola, apresentando dificuldades de elaboração de ideias e de expressão escrita.

Após a leitura do texto por parte dos alunos deu-se início à uma ligeira discussão sobre o tema. O texto fala sobre a abertura de juizados especiais em aeroportos que serviriam para auxiliar os passageiros a resolver de modo rápido problemas referentes a

atrasos, cancelamentos de vôos, extravio de bagagens, entre outros problemas que se apresentavam nos aeroportos brasileiros. O autor do texto concorda com a abertura desses juizados mas faz um oportuno questionamento sobre os motivos que impedem que juizados semelhantes existam em outras áreas que apresentam serviços deficientes e carentes e que atingem a maioria da população.

Neste ponto ressalta-se a questão da desigualdade social existente no nosso país, sendo essa apenas uma das formas de visualizá-la. Como o autor questiona no texto, por que não são abertos juizados especiais em hospitais públicos, terminais rodoviários de centros urbanos, em escolas públicas e outros lugares de grande presença da massa carente da população? Discutimos sobre a diferenciação espacial existente nas cidades conforme o nível de renda da camada social ali atuante. Em locais de grande circulação de capital há uma maior atenção tanto do poder público quanto de organizações privadas.

Procurou-se exemplificar tal situação através de modelos percebidos na cidade de Sapiranga. Vários exemplos foram dados pelos alunos em relação à desigualdade social e diferenciação espacial em Sapiranga. Alguns falaram do próprio bairro em que residiam, apontando o fato de que uma determinada rua só foi tratada e asfaltada pelo poder público quando este local passou a abrigar um depósito de uma das indústrias da cidade, sendo, então, rota de circulação de bens capitais. A reivindicação de melhorias para a rua era antiga, contou o aluno, ao falar que seus pais contavam que desde que foram morar no bairro, há 15 anos, havia o pedido por melhorias.

Outro ponto apontado pelos alunos está na organização do trânsito da cidade. O transporte público, caro e deficiente, não satisfaz a população no deslocamento casa-trabalho-casa, fazendo essa a utilização em grande número de bicicletas. Estas estão por toda a cidade, mas não existia nenhuma via especial para esses veículos, mesmo sendo reconhecida a existências delas na cidade. Segundo os alunos, recentemente foram construídas duas ciclovias na cidade, uma delas ligando um dos maiores e mais carentes bairros da cidade, o Amaral Ribeiro, à entrada de uma grande indústria localizada no centro da cidade, e a outra ciclovia une a zona oeste da cidade também a essa mesma indústria. As ciclovias também eram uma reivindicação antiga e a construção de outras seguem sendo necessárias. Conforme os alunos, elas só foram construídas após uma ação conjunta do poder público com a indústria calçadista, um responsável pela execução da obra e outro pelo financiamento desta.

A construção das ciclovias em si foi considerada como algo positivo para a organização da cidade, mas o que os alunos questionaram é por que elas ocorreram só nessas duas áreas da cidade e apenas para chegar até a indústria. No próprio bairro em que residem, outro bairro muito populoso e carente, os alunos relataram que na hora da saída para o trabalho e também na volta para casa o trânsito se torna caótico devido ao grande número de carros, motos, ônibus dividindo a rua com as bicicletas, visto que no local não existe ciclovia. Muitos que estavam na aula já sofreram ou conhecem alguém que sofreu acidentes ao se locomover de bicicleta no bairro.

Outro exemplo citado pelos alunos como uma forma de diferenciação espacial da cidade diz respeito à coleta de lixo. Na chamada “planície dos ricos” o serviço funciona corretamente, havendo coleta diária, diversas pequenas lixeiras nas ruas para o depósito de lixo e serviço de limpeza urbana todos os dias através de agentes municipais. Porém, em outras áreas da cidade, como o próprio bairro em que residem e o bairro Amaral Ribeiro, ambos populosos e carentes, o serviço apresenta muitas deficiências. O lixo acumula-se em algumas áreas por causa da ausência de coleta no local ou porque ocorre de maneira muito esparsa.

Em ambos os bairros, conforme a declaração de alguns alunos, há grande impacto ambiental. No bairro São Luis parte do lixo acaba tendo como destino o Rio dos Sinos que delimita a cidade ao sul. Tal fato contribui para a poluição do rio, além do lixo industrial jogado por algumas empresas. Alguns alunos neste momento lembraram de um episódio ocorrido dois anos atrás, quando cerca de um milhão de peixes morreram vítimas de poluição provocada por dejetos químicos jogados por uma indústria instalada em Campo Bom, cidade vizinha à Sapiranga.

No bairro Amaral Ribeiro, ao pé do Morro Ferrabraz, referencial turístico da cidade, também há acúmulo de lixo colocado por moradores locais devido à falta de coleta no local. Um dos alunos, que morava no bairro até recentemente, informou que toda espécie de lixo é colocado no local, contaminando pequenos riachos existentes naquele ambiente, esses mesmos riachos que são utilizados pelos próprios moradores do bairro, principalmente crianças, para se refrescarem em dias de calor.

Na mesma aula haveria a utilização da música “Até quando?”, de “Gabriel, o pensador”, que trata exatamente sobre a diferenciação socioeconômica provocada, por entre outros fatores, pelo desemprego como um reflexo da do capitalismo globalizante. Ela foi utilizada como forma de reintroduzir o tema discutido, abordar possíveis novos viés e, principalmente, para dar início à atividade seguinte que seria cada um produzir

um texto que envolvesse os assuntos debatidos nas últimas aulas e, de preferência, como esses estavam presentes no cotidiano de cada um. Antes de escutarmos a música foi realizada a leitura de sua letra pelo professor, procurando dramatizar ao ponto de passar a mensagem inserida na música. Segue, abaixo, a transcrição da letra completa da música.

Até quando? Gabriel, o Pensador

Não adianta olhar pro céu com muita fé e pouca luta
 Levanta aí que você tem muito protesto pra fazer e muita greve
 Você pode e você deve, pode crer
 Não adianta olhar pro chão, virar a cara pra não ver
 Se liga aí que te botaram numa cruz e só porque Jesus sofreu
 Num quer dizer que você tenha que sofrer
 Até quando você vai ficar usando rédea
 Rindo da própria tragédia?
 Até quando você vai ficar usando rédea
 Pobre, rico ou classe média?
 Até quando você vai levar cascudo mudo?
 Muda, muda essa postura
 Até quando você vai ficando mudo?
 Muda que o medo é um modo de fazer censura
 (Refrão)
 Até quando você vai levando porrada, porrada?
 Até quando vai ficar sem fazer nada?
 Até quando você vai levando porrada, porrada?
 Até quando vai ser saco de pancada?
 Você tenta ser feliz, não vê que é deprimente
 Seu filho sem escola, seu velho tá sem dente
 Você tenta ser contente, não vê que é revoltante
 Você tá sem emprego e sua filha tá gestante
 Você se faz de surdo, não vê que é absurdo
 Você que é inocente foi preso em flagrante
 É tudo flagrante
 É tudo flagrante
 (Refrão)
 A polícia matou o estudante
 Falou que era bandido, chamou de traficante
 A justiça prendeu o pé-rapado
 Soltou o deputado e absolveu os PM's de Vigário
 (Refrão)
 A polícia só existe pra manter você na lei
 Lei do silêncio, lei do mais fraco:
 Ou aceita ser um saco de pancada ou vai pro saco
 A programação existe pra manter você na frente
 Na frente da TV, que é pra te entreter
 Que pra você não ver que o programado é você
 Acordo não tenho trabalho, procuro trabalho, quero trabalhar
 O cara me pede diploma, não tenho diploma, não pude estudar
 E querem que eu seja educado, que eu ande arrumado que eu saiba falar
 Aquilo que o mundo me pede não é o que o mundo me dá
 Consigo emprego, começo o emprego, me mato de tanto ralar
 Acordo bem cedo, não tenho sossego nem tempo pra raciocinar
 Não peço arrego mas na hora que chego só fico no mesmo lugar

Brinquedo que o filho me pede num tenho dinheiro pra dar
 Escola, esmola
 Favela, cadeia
 Sem terra, enterra
 Sem renda, se renda. Não, não!!
 (Refrão)
 Muda, que quando a gente muda o mundo muda com a gente
 A gente muda o mundo na mudança da mente
 E quando a mente muda a gente anda pra frente
 E quando a gente manda ninguém manda na gente
 Na mudança de atitude não há mal que não se mude nem doença sem cura
 Na mudança de postura a gente fica mais seguro
 Na mudança do presente a gente molda o futuro
 (Refrão) (SHUR, I., PENSADOR, G., MOCOTÓ, T. 2001)

Depois de lida, escutamos uma vez a música e debatemos um pouco sobre o que ela tratava. Percebeu-se que ela falava sobre a condição sofrida a qual está sujeita o trabalhador. As necessidades que este passa, a dificuldade de manter-se no emprego, o medo do desemprego e a desestruturação familiar. Tudo devidamente orquestrado pela desorganização social promovida pelos que se beneficiam desta condição. Nesta música, como foi percebido pelos alunos, fala-se sobre o caminho sem saída a que o trabalhador está sujeito através da criação de situações que ele não consegue se livrar como a pouca possibilidade de estudo, as exigências de consumo feitas pelo modo capitalista de vida através da mídia mas que não condizem com a forma de vida proporcionada a eles por esse mesmo sistema.

Também é abordada a questão da necessária mobilização social para que sejam alteradas as condições de vida das pessoas em seu próprio benefício e a repressão a essas organizações. Nesse ponto, procurei exemplificar com a questão dos movimentos sociais e suas reivindicações que os detentores do poder sempre procuram distorcer para manipular a informação e tornar as ações desses grupos como criminosas aos olhos do restante da sociedade, sendo assim reconhecida por vezes pelo poder público através da repressão exercida pelos seus braços legais.

Através da utilização da música procurou-se fazer uma ligação do que havia sido discutido nas últimas aulas, relacionando os assuntos um com o outro, demonstrando que mandamentos da globalização mediante o capitalismo têm causado distorções socioeconômicas em todo o mundo e que isto pode ser percebido no nosso cotidiano através dos diversos exemplos utilizados em sala de aula. A crescente desigualdade social não é fruto do acaso mas sim da necessidade de acúmulo de riqueza por quem detém os meios de produção. Para que essa situação seja transformada faz-se necessária

que a sociedade devidamente organizada altere a ordem vigente em benefício de todos e não de apenas uma restrita e pequena camada social.

Após a discussão, como já estávamos ao final da aula, solicitei que cada um elaborasse um texto que tratasse sobre o que havíamos conversado, sobre a relação entre a forma da globalização atual e desigualdade social. O texto poderia ser terminado em casa e entregue na aula seguinte. Alguns começaram a fazer o texto na aula, visto que alegavam não ter muito tempo livre fora do ambiente escolar para dedicar a tal atividade. Esses que começaram a fazer na aula aproveitaram o tempo para trocar ideias com os colegas e comigo sobre a temática abordada na aula, de modo que serviria de inspiração na construção de seus textos, como afirmou um dos alunos. Na aula seguinte, diversos alunos entregaram o texto, alguns com grande facilidade de expressão escrita, outros já nem tanto, mas todos de uma forma ou outra conseguiram articular seus pensamentos e se manifestar através do texto.

Entre os textos, que considerei criativos e bem elaborados, houve a expressão de muitos termos e ideias discutidos e utilizados em sala de aula. Entre esses, estavam dizeres sobre como a globalização aumentou a desigualdade no mundo, os ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. Manifestações sobre como a maioria das empresas são voltadas para as exportações, as indústrias utilizam equipamentos modernos para exportarem mais rápido e assim limitam a mão-de-obra e favorecendo o desemprego e, como consequência, as pessoas que saem de cidades pequenas nem sempre conseguem arrumar emprego e acabam assim indo morar em favelas em condições precárias.

Ainda através das ideias elaboradas nos textos pelos alunos, alguns abordaram a questão da desigualdade estar presente em todo lugar da cidade de Sapiranga, citando como exemplo, as pessoas que tem maior poder aquisitivo moram centralizadas, ou seja, mais perto do centro, os que têm menos moram pelas rebarbas, pelos cantos. Segundo os estudantes, esta seria uma maneira de sempre favorecer de alguma forma os que tem mais poder. Percebi também que isso gera a desesperança em alguns ao acreditar que, deste modo, o mundo nunca vai mudar, sempre será desta forma, poucos tem muito e muitos tem pouco. Sendo ainda ressaltado que, independente da sua condição social, o importante era ser o máximo correto em suas atitudes porque o que não deseja para alguém também não deseja para si próprio.

Por falar em atitudes pessoais positivas em benefício da sociedade como um todo, foi abordado em alguns textos a questão da indiferença em relação a desigualdade,

como se nós não pudéssemos fazer nada pra mudar a realidade. Vemos a diferença entre ricos e pobres como algo que precisa de uma solução drástica, partindo de um governo ou de alguma outra pessoa com poder. Conforme foi relatado pelos alunos, esquecemos que ela começa na nossa cidade, no nosso bairro, na nossa rua. Para erradicar a desigualdade precisamos conscientizar o mundo todo, mas podemos começar fazendo a nossa parte.

A questão do desemprego também foi bastante discutida pelos alunos através dos textos, quando afirmaram que, anos atrás, todo mundo afirmava que tinha emprego para todos, e agora está cada dia piorando a crise, são fábricas fechando, são pessoas desempregadas, são pessoas saindo do país procurando emprego. Na visão dos alunos, Sapiroanga nos últimos anos está caindo, empresas fortes quebrando e cada vez mais pessoas atrás de emprego e, se continuar assim, vai acabar acontecendo que muitos terão que trabalhar fora de Sapiroanga.

Ainda sobre a questão dos impactos da globalização capitalista, em alguns textos pude perceber que havia afirmações de que ela gerou riqueza e prosperidade nos últimos anos, mas também eliminou empregos e aumentou a distância entre ricos e pobres. Achei muito interessante quando, em um dos textos, estava exposto que desigualdade social é um jeito culto de dizer que somos escravos de um sistema que só beneficia quem tem grande poder econômico, prejudicando cada vez mais os pobres. Enquanto alguns ganham milhões, outros são obrigados a sobreviver com um salário mínimo. A concentração de renda e riqueza é ruim para um país, pois é fruto da desigualdade social, a riqueza concentrada nas mãos de poucos e a pobreza cada vez mais generalizada.

A interferência dos efeitos da globalização na vida de cada uma foi percebida e descrita pelos alunos ao afirmarem nos textos que acharam muito importante a maneira como isso os atingia, principalmente pela produção industrial, a importação e exportação interfere de maneira geral no nosso país. Alguns relacionaram a questão do crescimento econômico do país ao consumo, mas também ressaltaram que nem sempre esse consumo é saudável, tanto no sentido físico quanto no sentido social.

A maioria dos textos girou em torno dos mesmos assuntos, desigualdade social, diferença entre ricos e pobres e o desemprego. Cada um à sua maneira procurou expressar como esses elementos estão presentes no seu cotidiano, fazendo analogias ao que percebem ao seu redor, seja no trabalho, na escola, na vida familiar, entre amigos

ou através da mídia. Procurei conversar em particular com alguns apenas para fazer pequenas ressalvas em relação papel do consumo nessa relação.

8.1.2.3 – Ações do homem e seus impactos no meio natural de Sapiranga

Esta atividade foi realizada entre o final de março e início de abril de 2009 com a turma de EJA 5ª/6ª séries da Escola Dr. Décio Gomes Pereira, em Sapiranga-RS. O tema desta atividade estava relacionado ao modo de vida humano e como este modo de vida afetou e afeta o meio ambiente local. Esta atividade estava inserida no projeto da 3ª Mostra do Saber do município de Sapiranga, possuindo como tema “O mundo é o que você consome”. Este projeto envolvia não somente a turma de EJA, mas sim toda a comunidade escolar, por ser uma iniciativa do poder público municipal com a intenção de estimular a pesquisa e produção de material que envolvessem o tema, para conscientizar educandos e educadores da importância de nossas ações para a nossa condição de vida. Desta forma, envolve desde modos alimentares da população até a forma como estamos inseridos no espaço natural e como nosso modo de viver pode preservar ou destruir este espaço, que foi a temática que procurei trabalhar com os alunos de EJA.

Para tanto, foi realizado um trabalho de pesquisa, através da formação de pequenos grupos de alunos em sala de aula, com o intuito de coletar informações sobre o tema. O objetivo desta atividade era possibilitar a percepção das transformações espaciais e sociais na cidade através das ações do homem, principalmente observadas pelo modo como o meio ambiente local se transformou ao longo do tempo, causando transtornos à população local.

Mas, além de apontar os problemas ambientais da cidade, solicitei também que fossem criadas e sugeridas metas ou ações que pudessem ajudar a contornar a situação de degradação ambiental em alguns pontos da cidade. Essas metas e ações deveriam ser propostas simples, possíveis de serem realizadas no dia a dia por qualquer pessoa, de modo a demonstrar que existem pequenas atitudes individuais que podem se tornar grandes ações coletivas na busca por um ambiente saudável para a vida.

Para iniciar a atividade, procurei apresentar alguns aspectos históricos sobre a condição ambiental e o processo de ocupação e povoamento da cidade. Conversei com os alunos sobre como era a condição natural anterior à chegada dos imigrantes alemães, falando sobre a vasta dimensão da Mata Atlântica na região, conforme já relatado no

capítulo 6.1 desta dissertação. Para tanto, utilizei o mapa de Saporanga, que fica exposto em todas as salas de aula da escola, para espacializar a explicação, mostrando qual era a dimensão desta cobertura vegetal na cidade. Apesar do mapa não apresentar as características físicas do local, entre elas a vegetação, procurei explicar que toda aquela área onde hoje estão os bairros e a região central da cidade, ou seja, a sede administrativa do município, eram cobertas pela Mata Atlântica e que hoje está reduzida a permanência nas áreas próximas ao Morro Ferrabraz e no próprio morro, além de se localizar nas proximidades do Rio dos Sinos, ambos sendo divisas naturais da cidade. Neste ponto, alguns alunos reconheceram estas áreas como sendo os locais mais “verdes” da cidade.

Ao abordar essa questão, questionei ao grupo de alunos sobre os motivos de tal redução da Mata Atlântica no local. Muitos alunos participaram respondendo basicamente no mesmo sentido ao afirmarem que o homem tinha destruído este e outros ambientes naturais da cidade. Após isso, percebi que talvez a minha indagação estivesse incompleta e então refiz a pergunta e questionei como e por que o ambiente natural em questão teve sua área de ocupação drasticamente reduzida. Desta vez, a resposta anterior dos alunos foi reforçada com outros argumentos como o crescimento populacional e a necessidade de maior ocupação dos espaços para abrigar a população. Mas o que considerei mais importante, e que foi relatado por poucos, foi a percepção de que as atividades de produção humana também eram responsáveis por esta destruição ambiental em Saporanga.

Partindo desta visão, voltei à questão histórica da cidade de Saporanga ao procurar contextualizar tais atividades produtivas da cidade. Comentei sobre as atividades agrícolas que foram muito intensas e importantes para os imigrantes alemães e que, para tanto, foi necessária a ocupação de áreas de vegetação natural para a sua transformação em áreas de plantio ou de criação de animais. Esta atividade econômica foi muito importante para a cidade durante o seu período de colonização alemã, sendo o principal recurso econômico da região durante muitos anos. Devido a esta importância, a expansão das áreas ocupadas pelas atividades agrícolas ocorreu de maneira natural à época devido a necessidade do trabalhador rural da região em obter recursos para a sua família e também por causa dos incentivos recebidos pelos administradores da região em aumentar os recursos econômicos da região.

Sobre as atividades agrícolas, questionei os alunos sobre a situação atual deste tipo de produção no município, englobando área, produtos, recursos e situação do

trabalhador rural. Fiz isto com a intenção de obter informações sobre este aspecto da realidade local que acreditei que esses alunos poderiam ter mais conhecimento do que eu por talvez vivenciarem o enfoque produtivo há mais tempo que eu. Porém, poucos alunos souberam relatar precisamente qual a situação atual. Os alunos que participaram contribuindo com suas respostas são habitantes de áreas próximas às propriedades rurais.

Esses alunos explicaram de modo simples que hoje em dia existem dois tipos de produtores rurais. Há os que habitam próximo a Rio dos Sinos e que são responsáveis pela produção que é comprada pelo poder público, conforme afirmado no capítulo 6 desta dissertação. Há, ainda, os produtores rurais que possuem propriedades próximas ou no próprio Morro Ferrabraz. Segundo estes alunos, estas propriedades pertencem à pessoas que habitam no centro da cidade e possuem essas áreas rurais apenas para lazer e descanso de fim de semana. Apesar de ser ocupada esporadicamente, essas são as áreas que mais são responsáveis pela devastação atual da Mata junto ao Ferrabraz, conforme afirmação dos alunos. Mas isto voltaremos a discutir daqui a pouco.

Ainda sobre as atividades produtivas e a destruição ambiental de áreas naturais da cidade, dentro de um contexto histórico, passamos a conversar e questionar sobre o papel das indústrias sob este enfoque. Hoje existem muitas indústrias e de diversos tipos instaladas na cidade. A maioria delas trabalha relacionada à produção calçadista, seja na fabricação e montagem desses produtos, ou no manejo e preparo da matéria-prima para as indústrias. Essas indústrias também foram e são responsáveis por parte da alteração das áreas naturais da cidade. Essa alteração se dá tanto no próprio local de instalação da indústria, que necessita de uma vasta área livre e de construção de infra-estrutura, como também nos elementos que a cercam, como a questão das pequenas empresas que surgem ao redor das indústrias realizando trabalhos terceirizados, a habitação dos trabalhadores e o comércio que progride na área. Tudo isto gera grande impacto no ambiente natural de qualquer área, e em Sapiranga não seria e nem foi diferente.

Conforme relato dos próprios alunos, o próprio bairro em que residem teve mudado bastante nos últimos anos a sua configuração no que diz respeito à relação entre atividade industrial e o meio ambiente. Segundo os educandos, as “áreas verdes”, como eles mesmos chamam as áreas naturais da cidade, existiam em maior quantidade no bairro, e foram sendo aos poucos substituídas por alguns dos elementos citados no parágrafo anterior. Os principais responsáveis por isso, ainda nas palavras dos alunos,

foram a proliferação de moradias e de comércios no bairro, visto que a atividade industrial no bairro encontra-se estagnada há alguns anos.

Na opinião dos alunos, as principais consequências da atividade industrial no meio natural local, além destruição das áreas verdes, foram a crescente poluição do ar através de emissões de poluentes realizadas pelas indústrias e também pelo grande número de veículos que passou a transitar pelo bairro, e a poluição do Rio dos Sinos causada tanto pelo despejo de resíduos tóxicos no rio pelas indústrias da região como pelo lixo doméstico jogado por habitantes de áreas irregulares próximas aos rios.

Percebendo que nossa conversa já rumava de forma que a aula toda construída com base nos próprios conhecimentos dos alunos, propus que organizássemos as ideias e pensamentos que estavam surgindo. Essa organização se daria através da elaboração de um trabalho que teria como base o tema proposto pela 3ª Mostra do Saber, organizado pela Prefeitura Municipal a ser realizado nas escolas da cidade. A turma foi dividida em grupos de no máximo 5 estudantes para que, através desses grupos, elaborassem trabalhos sobre a transformação ambiental da cidade com o passar dos anos, suas causas e consequências, e possíveis ações que podemos ter para preservar o ambiente natural da cidade. Cada grupo teria uma temática diferente.

Procurei deixar claro que a intenção deste trabalho era estimular nos alunos a pesquisa sobre a sua própria cidade, visto que muitas vezes, principalmente nas aulas de Geografia, discutem-se problemas ambientais de uma maneira muito superficial, no sentido que as comparações e exemplos que são utilizados estão muito distantes do cotidiano dos alunos. Mesmo fazendo parte de notícias de jornal, revista e televisão, a percepção das alterações nos ambientes que geralmente são tratados através de alguns materiais didáticos torna-se limitada por não representarem serem relevantes no dia a dia do estudante.

Ao aproximar estas alterações ambientais da sua realidade, o estudante pode perceber que ele está presente nesta realidade e que, por muitas vezes, faz parte disto de modo positivo ou negativo em relação à preservação das áreas naturais. Então, através da pesquisa a ser realizada por eles para a elaboração do trabalho, procurei incentivar que essa pesquisa não se limitasse aos livros, jornais, internet e outros materiais que poderiam encontrar na biblioteca da escola, na biblioteca municipal, em casa ou outros lugares.

Uma das principais fontes de pesquisa estava na própria história de vida dos estudantes em relação ao lugar que habitam e trabalham. Ou seja, a pesquisa poderia

partir de fontes que eles mesmos conheciam através do seu dia a dia na cidade, sejam seus próprios conhecimentos, sejam conhecimentos contados por familiares sobre a história da cidade, sejam saberes que são afirmados por amigos e conhecidos da cidade, enfim, fontes diversas que conhecem e vivem o cotidiano da cidade. Reforcei a importância deste tipo de conhecimento para que eles pudessem perceber o grande valor que deve ser dado ao saber adquirido no cotidiano, desde que sempre seja devidamente analisado e contextualizado mediante a realidade.

A elaboração do trabalho iniciou na própria sala de aula e, como esta já estava se aproximando do final, solicitei que se organizassem dentro dos grupos alguns temas a serem pesquisados por eles mesmos a fim de facilitar o trabalho, pois durante a semana dificilmente teriam tempo de se reunir novamente, e alguns até teriam dificuldade de realizar esta pesquisa. Pedi para que trouxessem para a próxima aula o que haviam conseguido coletar de informação e um pequeno esboço do que seria o trabalho para que eu pudesse analisar, realizar algumas correções, caso seja necessário, e dar a minha contribuição para a pesquisa.

Na aula seguinte percebi que todos os grupos haviam coletado e trazido algum tipo de material, seja imagem ou texto. Alguns grupos trouxeram um material mais simples, mas dois dos grupos haviam realizado vasta pesquisa acerca do assunto, possuindo grande quantidade de material para finalizar o trabalho, necessitando apenas de uma melhor organização. Para exemplificar os trabalhos realizados, irei relatar nesta dissertação a finalização dos trabalhos desses dois grupos.

Um dos grupos pesquisou e elaborou um trabalho sobre as ações do homem e suas consequências para o meio ambiente de Sapiranga. Neste trabalho, foram relatados alguns dos diversos problemas ambientais que afetam a cidade e também várias outras partes do mundo. Um desses problemas comentados pelos alunos foi o desmatamento. Sobre isto, eles iniciaram comentando o que havíamos discutido em sala de aula em relação a condição da Mata Atlântica que há duzentos anos atrás cobrindo todo o Vale dos Sinos e que, com a chegada dos imigrantes e com o crescimento populacional da cidade, passou a ter um elevado índice de desmatamento para os motivos já relatados neste mesmo capítulo.

O que considere ser mais importante em relação ao que foi exposto nesta parte pelos alunos, foi a inserção de uma nova informação que não havia sido discutida durante a aula, que foi a questão das áreas invadidas para a construção de moradias no passado e no presente e que configuram sérios problemas ambientais nas áreas naturais,

além do risco de habitar em locais sem condições seguras. Os alunos procuram ilustrar essas informações com uma foto retirada do site do INEMA, conforme informações dos próprios educandos. Esta foto, conforme pode ser observado na figura 15, mostra uma área desmatada do Morro Ferrabraz junto a algumas propriedades rurais.



Figura 15 – Foto de áreas de desmatamento próximas ao Morro Ferrabraz. Fonte: www.inema.com.br

Outro problema ambiental recorrente da cidade, conforme palavras dos alunos, era a questão da poluição das áreas naturais. Mas, neste sentido, as afirmações realizadas para o trabalho ultrapassavam a questão ambiental, tratando também das diferenciação de tratamento da questão do lixo conforme o bairro da cidade. Nos bairros centrais e que habitam as populações de maior renda a coleta de lixo e limpeza das ruas se dá de modo sistemático e organizado, enquanto que nos bairros mais carentes, onde habitam os trabalhadores da indústrias e desempregados essa coleta e limpeza ocorrem de modo cada vez mais raros, chegando os alunos a considerarem essas bairros quase esquecidos, mesmo com a recentes melhorias estruturais. Para exemplificar tal situação, o grupo estampou uma foto tirada por um dos alunos próximo à sua casa, nas redondezas do Rio dos Sinos. Segundo o grupo, a foto (figura 16) mostra um local que serve como depósito de lixo alternativo pela população local, visto que não há coleta regular na área. O lixo que ali fica depositado por vezes é selecionado e recolhido por catadores de lixo reciclável. Outras vezes este lixo é queimado, quando já há grande acúmulo no lugar.



Figura 16 – Foto de lixo acumulado em terreno localizado próximo ao Rio dos Sinos e que, eventualmente, é incinerado. Fonte: alunos EJA 5^a/6^a

Outro tema tratado pelo grupo foi a poluição do Rio dos Sinos. Para melhor contextualizar esta situação, eles relataram um fato ocorrido no local, e que é lembrado sempre pelos alunos, sobre a mortandade de peixes causada por poluentes tóxicos e resíduos industriais que foram depositados clandestinamente no rio, conforme os alunos. Este é considerado o maior crime ambiental ocorrido no Rio Grande do Sul. Para ilustrar o tema, eles inseriram uma imagem (figura 17) obtida no site “Ambiente Já” que mostra uma grande quantidade de peixes mortos nesta tragédia no Rio dos Sinos.



Figura 17 – foto da morte de peixes ocasionadas pela poluição do Rio dos Sinos. Fonte: www.ambienteja.info

Ao final do trabalho, o grupo questionou do que o homem ainda é capaz de fazer por algum dinheiro, ou seja, por ganância. Isto está diretamente relacionado ao modo de vida que levamos ou que nos é imposto. Além disso, o grupo ainda ressaltou que era importante a revisão de nossos conceitos, de questionarmos se estávamos fazendo o bastante e o necessário para o bem da nossa cidade.

Aproveito esta inserção para descrever o trabalho de outro grupo. Este pesquisou e elaborou o trabalho sobre ações que podemos realizar no nosso dia a dia e que podem auxiliar na preservação do meio ambiente e, também, nos ajudar e ter uma vida mais saudável. Para sugerir tais ações, o grupo separou-as por temas afins, para facilitar o ordenamento e o entendimento do que foi proposto. O primeiro tema foi a poluição das águas. Segundo os alunos, existem várias maneiras que podemos contribuir com a limpeza das águas e dos rios. Apresento aqui apenas algumas dessas sugestões, como a questão da inserção da educação ambiental nas escolas, o uso racional da água, evitar lavar carro e calçadas com mangueiras, coletar e armazenar a água da chuva, recuperar e reutilizar a água que já foi utilizada, entre outras ações positivas.

Outro tema que foi bastante discutido pelos alunos foi a questão do lixo e sua agressão ao meio ambiente. Algumas das sugestões que podemos aplicar no nosso dia a dia para minimizar os impactos do lixo no meio ambiente, conforme a opinião dos alunos são:

- separar o lixo que é produzido nas nossas casas, separa o lixo seco do lixo orgânico;
- substituir as “sacolinhas” de plástica distribuídas nos mercados por sacos de papelão ou carrinhos de metal. Segundo os alunos, essa ação depende tanto da conscientização dos consumidores quanto da boa vontade dos proprietários desses estabelecimentos comerciais;
- maior ação e fiscalização dos governos para cuidar da limpeza das ruas, além de colocar lixeiras nas vias públicas, proibição e multa para quem jogar lixo em lugar proibido;
- colocar o óleo de cozinha em garrafas “pet” bem vedadas e entregá-las aos postos de coleta, como o que existe na nossa escola, para serem entregues às organizações que recolhem e reciclam este material altamente poluente;
- entregar pilhas, baterias e outros lixos tecnológicos nos postos de coleta autorizados e possuir uma lei obrigando às lojas que vendem estes produtos que estejam obrigadas também a recolher para a reciclagem ou inutilização o material que não possui mais uso;

- uso racional do material utilizado para a produção industrial e a pressão feita pelos consumidores por um produto que respeite o meio ambiente pode trazer resultados positivos.

Em relação a este último quesito, considerei muito importante e oportuno esta observação. Os alunos demonstraram possuir muito conhecimento acerca do desperdício de matéria-prima que ocorre nas indústrias de calçados da cidade. Segundo os alunos, há uma atitude excessivamente egoísta por parte das indústrias, não havendo comprometimento com o lixo que sai da fábrica, citando como exemplo os retalhos de couro, restos de palmilha, até mesmo sobras que não são utilizadas, saltos, injetados, latas de colas e produtos químicos. Segundo os educandos, deveria haver uma maior pressão por parte dos consumidores para forçar as indústrias a pensarem em uma produção mais saudável ao meio ambiente.

8.2 – Observações acerca das atividades realizadas

O que se percebe é que a abordagem realizada utilizando as relações de trabalho como tema para o ensino de Geografia, tem proporcionado maior envolvimento dos alunos nas aulas. Esses mesmos reconhecem a dinâmica diferenciada do que visualizavam como sendo uma típica aula de Geografia. Em conversas informais alguns relataram que conseguem perceber como a Geografia vai muito além de mapas e nomes de lugares como afirmavam no início. Ela vai muito além da escola, estando presente e atuante na vida de cada um.

O ensino de Geografia, contextualizado a partir da realidade desses alunos envolvidos no universo trabalhista, permite que esses estudantes realizem uma leitura de mundo de acordo com a sua realidade. Dessa leitura surgem interpretações dos elementos que condicionam o seu modo de vida, que caracterizam a sociedade e o espaço. A compreensão desses dados permite que a face cidadã aflore em cada um através do sentimento de justiça social presente no discurso crítico.

As atividades descritas em parte na dissertação são apenas um mero retrato do vasto leque de opções disponíveis que o educador pode se fazer utilizar para melhor contextualizar suas aulas e facilitar a relação ensino/aprendizagem. Porém, esclareço que elas não servem de molde para que outras intervenções do mesmo tipo sejam colocadas em prática, visto que tais atividades foram aplicadas visando um determinado

público de determinado local e que vivia em determinadas condições. Ou seja, as atividades foram voltadas para um público específico que eram os estudantes de EJA das turmas de 5^a/6^a e 7^a/8^a séries do Centro Municipal de Educação Dr. Décio Gomes Pereira, localizado no bairro São Luis, na cidade de Sapiranga-RS. Caso viesse a lecionar em outro local, em outra cidade, ou outro bairro da cidade ou, até mesmo, dentro do próprio bairro mas em outra escola, provavelmente as atividades seriam outras, com outra metodologia e com resultados diferenciados, visto que o público também seria outro.

Mesmo assim, o objetivo ainda seria o mesmo, que seria aproximar o ensino de Geografia do cotidiano dos estudantes de EJA, em sua grande maioria trabalhadores, com o intuito de propiciar uma visão crítica das relações que cercam as atividades produtivas as quais estão inseridos, direta ou indiretamente, e que conseqüentemente, condicionam o seu modo de vida. Partindo dessa visão crítica, o estudante/trabalhador pode questionar e organizar seu raciocínio em relação ao modo de organização sócio-espacial do local em que vive, buscando em sociedade igualdade de condições a todos os cidadãos.

Ainda em relação às atividades aqui descritas, friso que essas fazem parte de todo um trabalho temático, como já foi abordado durante esta dissertação. Porém, apenas essas foram expostas porque acredito que a função deste trabalho não era criar fórmulas a serem exibidas e mostradas a todos como referência. A exibição dos trabalhos serviu apenas como alguns exemplos do que foi realizado em sala de aula com o grupo em questão e com a temática envolvida.

Além disto, as atividades aqui apresentadas foram as que considereei serem as mais representativas e que contaram com uma maior participação dos alunos. As demais atividades realizadas, e que não estão apresentadas nesta dissertação, seguiram o mesmo mote da pesquisa, que é a contextualização do ensino de Geografia através das relações de trabalho, mas cada uma a seu modo.

São necessárias muitas outras inserções nas relações de trabalho através do ensino de Geografia, além das que foram apresentadas até aqui, para que a gama temática seja cada vez mais ampla, abrangendo outros fatores condicionantes da configuração sócio-espacial atual. Algumas dessas inserções foram realizadas durante o próprio ano letivo de 2008 e outras foram e seguirão sendo aplicadas no ano letivo de 2009 para as turmas de EJA da escola.

Para tanto, foram e continuarão sendo necessárias correções e modificações do que foi considerado errôneo ou que poderia ser trabalhado de outra forma. Além da introdução de novos elementos que também se fazem presentes na vida dos estudantes, cabendo ao educador estar atento à essas mudanças para compreendê-las e auxiliar os educandos a realizar a leitura e interpretação dessas alterações no espaço e na sociedade.

Acredito que tanto a pesquisa quanto a inserção geográfica das relações das atividades de produção devem prosseguir para que as aulas voltadas para os estudantes/trabalhadores de EJA, tanto da escola atual quanto de outros lugares que eu possa vir a lecionar, consigam observar a si próprios nas aulas de Geografia. Substituindo a monotonia das aulas decoradas e coreografadas pela surpresa de montar o conhecimento discutido em sala de aula com base no seu próprio saber adquirido fora do ambiente escolar.

O discurso empregado pela Geografia Crítica estimula a inserção de elementos pertencentes a realidade do estudante para que os próprios tenham condições de realizar a sua leitura e interpretação do espaço em que vivem. Nas atividades realizadas, pude perceber que essa inserção possibilitou que esses estudantes se sentissem alvo e, ao mesmo tempo, agentes de mudanças sócio-espaciais, através da tomada de consciência do universo de relações as quais estão vinculados e que, para lutar por uma realidade sócio-espacial mais justa, devem atuar como cidadãos em críticos formadores da sociedade.

A própria formação de cidadãos críticos e participativos na sociedade, um dos pilares da Educação Popular, foi estimulada nas atividades através do emprego de questões que atingem a todos, mas com efeitos diferenciados nos diversos grupos sociais. Estimular a cidadania participativa através de debates, questionamentos, pesquisas e outros instrumentos didáticos que reforcem o pensamento do bem coletivo em detrimento de individualidades, tornaram a inserção de elementos do cotidiano nas aulas de Geografia organismos estimuladores do aprendizado e do ensino.

9 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O distanciamento das práticas didáticas em relação ao cotidiano do educando pode demonstrar certa despreocupação com o real sentido da relação ensino/aprendizagem por parte do educador. No caso do ensino de Geografia, essa separação só faz reforçar nos estudantes a impressão de que os conceitos geográficos estão totalmente restritos ao ambiente escolar, independente do nível de ensino. No caso particular dos alunos da Educação para Jovens e Adultos, a distância faz-se ainda maior por estes já possuírem uma vivência de mundo recebida graças às próprias necessidades que a vida lhe impôs, como a necessidade de sobrevivência e, conseqüentemente, o exercício de alguma atividade produtiva.

Esta experiência lhe garante saberes que irão fazer parte do seu dia a dia, moldando o seu caráter cidadão e auxiliando na leitura e interpretação da realidade que o cerca. Porém, esta interpretação está limitada pela condição de vida que lhe é imposta pelas diversas relações produtivas presentes no seu meio e, além disso, ainda limita desejos e vontades que serão reprimidas pelo sujeito por não poder visualizar que pode ir além do que já foi. São sonhos e metas individuais que deixam de existir por estarem cercadas de empecilhos que o seu modo de vida lhe confere.

Mas as relações de trabalho, ao mesmo tempo em que lhe garantem o sustento também lhe impõe regras para que o sujeito possa continuar servindo às normas engendradas pelo sistema capitalista vigente que exclui essas mesmas pessoas de possíveis benefícios que esse sistema possibilita, tornando-as marginalizadas social e espacialmente. Essas relações, se devidamente contextualizadas, podem servir como instrumento libertador do indivíduo, no sentido de que este poderá compreender como e porque se encontra em tal situação de vida, não somente em relação ao seu modo particular de viver, mas sim de toda a sociedade e do espaço em que vive. Poderá compreender que a configuração do mundo em que vivemos é moldada por uma conjugação de fatores e ações que, aparentemente estão distantes do nosso alcance. Mas podemos aproximar esses elementos para próximos de nós para que, além de conhecê-los melhor, possamos questioná-los, no sentido de lutar por modo de vida mais justo e digno, que possibilite sonhos e metas para todos e não apenas para uma parcela da sociedade.

Através da pesquisa realizada e das atividades aplicadas, pude perceber que o ensino de Geografia tem muito a contribuir neste sentido. As diversas possibilidades de inserção do conhecimento geográfico no cotidiano dos estudantes/trabalhadores da EJA permitiu que esses estudantes elaborassem o questionamento sobre o ordenamento sócio-espacial do mundo em que vivemos. Para tanto, realizaram associações e relações sobre fatos e elementos que percebiam no seu dia a dia, mas que não haviam tido a oportunidade de parar para pensar, debater e tentar interpretar tais fatos e elementos.

As relações de trabalho, às quais os estudantes de EJA da escola estavam sujeitos, foram analisadas através da contextualização dos conceitos geográficos por essas relações. Mas para que isto fosse possível, foi preciso uma grande permuta de conhecimentos entre mim, professor responsável pelas aulas de Geografia das turmas de EJA, e os alunos, conhecedores a seus modos da realidade local da cidade. Para tanto, os parâmetros e conceitos pertencentes à Geografia Crítica e a contextualização do ensino através do cotidiano dos alunos foram fundamentais para possibilitar o embasamento da pesquisa.

Procurei nunca esconder a minha inexperiência em relação ao conhecimento do lugar com a intenção de que os alunos percebessem que a relação deles com o professor não pode ser apenas a do sujeito que “passa” conhecimento para seus discípulos. Inversamente a isto, procurei deixar que percebessem que a relação entre educador e educandos deve ser mesmo a da troca de conhecimentos, o científico com o do cotidiano, que tende a beneficiar ambos os lados dessa relação.

Partindo disto, as aulas de Geografia passaram a ser diferenciadas em relação ao despejo conteudista que ocorre em muitos ambientes escolares. E esta afirmação não parte de um ato de falta de humildade deste que aqui escreve. Essas são afirmações que partiram dos próprios estudantes durante as diversas conversas informais que tivemos. Até neste ponto, a relação entre professor e alunos, a contextualização do ensino de Geografia através das relações de trabalho trouxe muitos pontos positivos. Um deles foi a relação extraclasse que foram ricas em conversas que, muitas vezes, tomavam o rumo da sequência do que havia sido debatido na aula anterior.

Tais conversas, dentro ou fora da sala de aula, passaram a ser recheadas de indagações sobre política, sistemas econômicos, trabalho, mudanças ambientais, relações familiares, educação, meios de comunicação e, obviamente, Geografia, além de vários outros temas. Todos esses elementos passando a fazer parte do cotidiano desses alunos, mas não de forma isolada um do outro. Todos interligados como forma deles

próprios realizarem as suas relações e compreenderem a influência desses na formação do espaço social, econômico e cultural do mundo atual.

A busca por essa compreensão sócio-espacial, partindo de referências locais obtidas através do conhecimento dos alunos, possibilitou que os educandos percebessem a multiplicidade de fatores que estão englobados e ajudam a moldar o espaço local e, conseqüentemente, o seu modo de vida. Mais do que possuir a essa percepção, acredito que a inserção das relações de trabalho através do ensino de Geografia junto aos estudantes/trabalhadores pôde permitir o desenvolvimento e melhor elaboração do pensar crítico nos estudantes, no sentido tanto do questionamento quanto da importância da mobilidade social na luta por melhorias nas condições de vida para todos. Cada um enxergando-se como cidadãos membros de uma coletividade que deve ser justa.

Porém, é bom deixar claro que o rumo da pesquisa e das atividades aplicadas, assim como seus resultados, poderiam e provavelmente seriam diferentes se fossem aplicados em outra escola, outro bairro, outra cidade, enfim, em outro ambiente escolar. Tudo que foi descrito aqui foi voltado para as turmas de EJA que lecionava na escola Dr. Décio Gomes Pereira na cidade de Sapiranga-RS.

Tanto a pesquisa quanto as atividades não podem servir de molde para ninguém, no sentido de utilizar como prática docente no cotidiano escolar. A pesquisa e as atividades eram voltadas para um público específico que, assim como todo indivíduo, não podem ser encontrados iguais em outras partes. Podem ocorrer semelhanças em relação às condições de vida impostas por situações também semelhantes. Mas os indivíduos não serão os mesmos e também o professor não será o mesmo. Digo isto no sentido da diferenciação das ideias e de ser de cada um. Logo, a pesquisa será outra, as atividades serão outras e os resultados serão outros.

Ao realizar a pesquisa, que culmina nesta dissertação, possuía o apenas o desejo de demonstrar que podem existir várias outras vias para o ensino de Geografia. Obviamente, essas vias são muito mais difíceis do que o ato de decorar dados, nomes e lugares que a Geografia pode proporcionar em alguns ambientes escolares. Mas é dessa dificuldade que surge o verdadeiro sentido do ensino de Geografia e do papel da educação em si. Auxiliar na leitura e interpretação do espaço, e contribuir para a formação de cidadãos críticos que venham a colaborar com a concepção de uma sociedade mais justa, fazendo desta forma de intervenção do ensino de Geografia uma verdadeira fonte de insurreições e transformações sociais.

Aliás, acredito que não somente o ensino de Geografia pode vir a contribuir para a transformação da sociedade e do espaço em que vivemos. As demais disciplinas também têm muito a acrescentar no sentido de somar os conhecimentos científicos ao conhecimento do cotidiano dos alunos. Isto também ocorreu em algumas disciplinas das turmas pesquisadas, o que contribuiu para que a linguagem falada por nós, professores, fosse a mesma, facilitando a compreensão por parte dos alunos. Estes, exercendo a função de estudantes e de trabalhadores, enxergavam o seu cotidiano nas aulas, visualizando o que percebem no dia a dia e, indo além, interpretando a seu modo essa visualização.

Ao que cabe a mim, afirmo que a conjugação de diferentes fontes de conhecimento beneficiou o ensino de Geografia aos estudantes/trabalhadores de EJA. A aproximação dos conceitos geográficos do cotidiano dos alunos transformou a percepção que esses tinham em relação à Geografia. Esta deixou de ser algo estritamente destinado à escola, passando a frequentar o dia a dia de cada um. Desta forma, o conhecimento geográfico passa a auxiliar estes indivíduos na leitura e interpretação do espaço e da sociedade em que vivemos, enxergando-se e inserindo-se como possíveis elementos modificadores da realidade, procurando agir coletivamente ao transmitir a criticidade em relação à configuração sócio-espacial a qual estamos sujeitos.

10 – BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Maria A. de M. de. *Escola e televisão*. IN: OLIVEIRA, A., PONTUSCHKA, N. (orgs.). *Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa*. São Paulo: Contexto, 2002.
- ALVES, Giovanni. *Projeto de extensão tela crítica 2005*. IN: Tela crítica. Disponível em: <<http://www.telacritica.org/projetoextensao2005.htm>>. Acesso em: set. 2008.
- ANTUNES, Ricardo, HUWS, Ursula, SANTOS, Ariovaldo (orgs.). *Trabalho e migração*. Pegada – Centro de estudos de geografia do trabalho. Presidente Prudente: CEGET, 2007, v.7, n.2, 2006.
- ARÊDES, Iago M. de. *Os aspectos da globalização*. Disponível em: <<http://www.coladaweb.com/geografia/aspectos.htm>>. Acesso em: set. 2008.
- AZAMBUJA, Leonardo Dirceu de. *Educação em geografia: aprender a pensar através da geografia*. IN: BLAUTH, N., DAMIANI, A., DUTRA, V., SCHÄFFER, N. STROHAECKER, T. (orgs.). *Ensinar e aprender geografia*. Porto Alegre. : AGB, 1998.
- BRANDÃO, C.R. (org.). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/historicos_cidades/>. Acesso em: jul. 2008.
- BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros curriculares nacionais*. Brasília, 1999.
- CLAVAL, Paul. *Espaço e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Labur edições, 2007.
- CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. *Por que a geografia pode não ser tão interessante?* IN: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (org.), CALLAI, Helena Copetti, KAERCHER, Nestor André. *Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano*. 4.ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.
- CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (org.), CALLAI, Helena Copetti, KAERCHER, Nestor André. *Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano*. 4.ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. *Geografia, escola e construção de conhecimentos*. Campinas: Papirus, 1998.

- DALL'ACQUA, Clarisse Torrens Borges. *Competitividade e participação: cadeias produtivas e a definição dos espaços geoeconômicos, global e local*. São Paulo: Annablume, 2003.
- FLECK, Lucio. *A história de Sapiranga*. Santa Maria: Palotti, 1994.
- FREIRE, Paulo. *Educação de adultos: algumas reflexões*. IN: GADOTTI, M., ROMÃO, J. E. (orgs). *Educação de adultos: teoria, prática e proposta*. 4.ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra. 1978.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 14.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- KAERCHER, Nestor André. *O gato comeu a geografia crítica? Alguns obstáculos a superar no ensino-aprendizagem de geografia*. IN: OLIVEIRA, A. PONTUSCHKA, N. (orgs). *Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa*. São Paulo: Contexto, 2002.
- KAERCHER, Nestor André. *Geografizando o jornal e outros cotidianos: práticas em geografia para além do livro didático*. IN: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (org.), CALLAI, Helena Copetti, KAERCHER, Nestor André. *Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano*. 4.ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.
- KONRAD, Diorge, WEBER, Beatriz Teixeira (orgs.) *Visões do mundo contemporâneo: caminhos, mitos e muros*. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2007.
- LASWELL, Harold D. *A estrutura e função da comunicação na sociedade*. IN: COHN, Gabriel (org.). *Comunicação e indústria cultural*. 3.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- MAGALHÃES, Doris Rejane Fernandes. *Sapiranga, 50 anos de município. Mais de 200 de história*. Porto Alegre: 2005.
- MATTOSO, Jorge, *O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1999, p.8.
- MÉSZAROS, István. *Produção destrutiva e estado capitalista*. São Paulo: Ensaio, 1989.
- MÉSZAROS, István, *A educação para além do capital*. IN: Resistir info. Disponível em: <http://resistir.info/meszaros/meszaros_educacao.html>. Acesso em: out. 2008.
- MOREIRA, Igor. *O espaço geográfico: geografia geral e do Brasil*. 46 ed. São Paulo: Ática, 2000.
- MOREIRA, Ruy. *Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico*. São Paulo: Contexto, 2007.

- MUHLEN, Tiago Giorgi Von. *Os sentidos do trabalho no mundo contemporâneo*. IN: KONRAD, Diorge, WEBER, Beatriz Teixeira (orgs.) *Visões do mundo contemporâneo: caminhos, mitos e muros*. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2007.
- MUNDO educação. *Divisão Internacional do Trabalho*. Disponível em: <<http://www.mundoeducacao.com.br/geografia/divisao-internacional-trabalho-dit.htm>>. Acesso em: set. 2008.
- NETO, Hélio C. F. *Historia do direito do trabalho*. IN: Webartigos. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/749/1/historia-do-direito-do-trabalho/pagina1.html>>. Acesso em: dez. 2008.
- OLIVEIRA, A. PONTUSCHKA, N. (orgs.). *Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa*. São Paulo: Contexto, 2002.
- OLIVEIRA, R.D. de, OLIVEIRA, M.D. de. *Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la*. IN: BRANDÃO, C.R. (org.). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- OU TUDO ou nada. Direção de Peter Cattaneo. Reino Unido: 20th Century Fox, 1997. son; color.
- PETRY, André. *Dane-se a rabacuada*. Revista Veja, São Paulo: Editora Abril, 17 out. 2007. p.62.
- POCHMANN, Marcio. *Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa?* IN: Educação e sociedade. Campinas – SP, v.25, n.87, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21462.pdf>>. Acesso em: set. 2008.
- PORTELA, Josania Lima. *Relação: educação, trabalho e cidadania*. IN: ANPED – 23ª reunião anual – 2000. *Educação não é privilégio*. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/anped/0918T.PDF>>. Acesso em: out. 2008.
- RESENDE, Márcia Spyer. *A geografia do aluno trabalhador: caminhos para uma prática de ensino*. São Paulo: Edições Loyola, 1986.
- RODRIGUES, Vitor José F. *Educação e trabalho*. IN: Biosofia, para uma nova compreensão da vida, do universo e do homem. Disponível em: <<http://biosofia.net/1999/06/30/educacao-e-trabalho/>>. Acesso em: out. 2008.
- SANTOS, M., SILVEIRA, M. L. *Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 6.ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. p.112-116.
- SANTOS, Ariovaldo. *Migração e força de trabalho: notas para debate*. IN: ANTUNES, Ricardo, HUWS, Ursula, SANTOS, Ariovaldo (orgs.). *Trabalho e migração*. Pegada – Centro de estudos de geografia do trabalho. Presidente Prudente: CEGET, 2007, v.7, n.2, 2006.

- SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. *Problematizando a relação educação, trabalho e desenvolvimento*. Disponível em: <<http://lite.fae.unicamp.br/revista/segnini.html>>. Acesso em: set. 2008.
- SENE, Eustáquio. MOREIRA, João Carlos. *Trilhas da Geografia: espaço geográfico mundial e globalização*. São Paulo: Scipione, 2004.
- SHUR, I., PENSADOR, G., MOCOTÓ, T. Até quando?. Intérprete: Gabriel, o Pensador. *Seja você mesmo, mas não seja sempre o mesmo*. Sony Music, 2001. 1 cd. Faixa 2.
- SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1998.
- THOMAZ JÚNIOR, A. *Por uma Geografia do Trabalho*. IN: Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, Vol. VI, Nº 119 (5), 2002. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos/geografia-trabalho-auto-desenvolvimento-emancipacao/>>. Acesso em: set. 2008.
- VESENTINI, J. William. *O método e a práxis: notas polêmicas sobre a geografia tradicional e geografia crítica*. Terra Livre. São Paulo: AGB, nº2, jul. 1987.
- VESENTINI, J. William. *O ensino de geografia no século XXI*. Caderno Prudentino de Geografia. Presidente Prudente: AGB, nº17, jul. 1995.
- VESENTINI, J. William. VLACH, Vânia. *Geografia crítica: geografia do mundo industrializado*. São Paulo: Ática, 2004.
- VIEIRA, Eurípedes Falcão, VIEIRA, Marcelo Milano. *Espaços econômicos: geoestratégia, poder e gestão do território*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2003.
- VIGNA, Mayre B. C. *Aprendendo um pouco mais sobre o EJA: educação de jovens e adultos*. IN: Centro de referência educacional. Disponível em: <<http://www.centrorefeducacional.com.br/eja1.htm>>. Acesso em: jun. 2008.

ANEXOS

Anexo A - Pesquisa para dissertação de mestrado sobre o ensino de Geografia e as relações de trabalho para alunos-trabalhadores (UFSM/2008) realizada com Elói Antônio de Paula, secretário municipal de indústria, comércio e turismo

Roteiro de questões trabalhadas

- Tipos de atividades produtivas
- Quantidade de cada tipo de atividade
- Quantidade de vagas de emprego geradas pelas atividades
- Localização dessas atividades

- Caracterização das atividades agropecuárias, comerciais e industriais
- Atividades não registradas
- Formas de trabalho nas atividades produtivas: carteira assinada, contrato de trabalho, informal, irregular e ilegal
- Desemprego em Sapiranga-RS
- Presença e atuação de sindicatos trabalhistas

- Planejamento público de incentivo à produção local
- Principais mercados consumidores (internos e externos) da produção local
- Transferência de empresas e fuga de vagas de trabalho
- Expectativas e consequências diante da crise mundial

Anexo B – Texto didático

DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

A DIT (Divisão Internacional do Trabalho) é uma divisão produtiva que atinge o mundo todo. Os países emergentes ou em desenvolvimento, que tiveram uma industrialização tardia e possuem economias ainda frágeis e passíveis de crises econômicas, oferecem aos países industrializados vários benefícios e incentivos para a instalação de indústrias, tais como a isenção parcial ou total de impostos, mão-de-obra abundante, entre outros.

A Divisão Internacional do Trabalho direciona uma especialização da produção global, já que cada país fica designado a produzir um determinado produto ou partes do mesmo, dependendo dos incentivos oferecidos em cada país. Esse processo se expandiu na mesma proporção que o capitalismo. Nesse sentido, um exemplo que pode ser usado é a montagem de um automóvel realizada na Argentina, porém com componentes vindos de diferentes países, como parte elétrica e eletrônica da Índia, borrachas da Indonésia e assim por diante. Isso ocorre porque cada país oferece certos atrativos. Desta forma, o custo do produto final será menor, aumentando os lucros.

A Divisão Internacional do Trabalho provoca desigualdades. Os países emergentes ou em desenvolvimento, como México, Argentina, Brasil e outros, adquirem tecnologias a preços altos, enquanto que os produtos exportados pelos países citados não atingem preços satisfatórios, favorecendo os países ricos. A DIT corresponde a uma especialização das atividades econômicas em caráter de produção, comercialização, exportação e importação entre diferentes países do mundo.

Antes desse processo vigorar no mundo, mais precisamente na década de 50, os bens manufaturados eram oriundos restritamente dos países industrializados, como Estados Unidos, Canadá, Japão e países europeus. Os países já industrializados tinham suas respectivas produções primeiramente destinadas ao abastecimento do mercado interno, e depois, o restante direcionado ao fornecimento de mercadorias industrializadas aos países subdesenvolvidos que ainda não haviam ingressado efetivamente no processo de industrialização.

Os países subdesenvolvidos tinham a tarefa de gerar matéria-prima com a finalidade de fornecê-la aos países industrializados. Após a Segunda Guerra Mundial, muitas empresas, sobretudo norte-americanas, começaram a instalar filiais em diferentes países do mundo. Isso foi intensificado com o processo da globalização, que transformou muitos países subdesenvolvidos, que no passado eram meros produtores primários, em exportadores também de produtos industrializados, alterando as relações comerciais que predominavam até então.

Apesar da modificação apresentada na configuração econômica, os países da América Latina, Ásia e África, ainda ocupam destaque na produção de produtos primários. O que os mantém como produtores primários é principalmente o modo como os países subdesenvolvidos foram industrializados. Grande parte das empresas e indústrias existentes em países pobres é de nações desenvolvidas e ricas. Diante desse fato, todos os lucros adquiridos durante o ano não permanecem no território no qual a empresa se encontra, e sim, migra para o país de origem da mesma. Em outras palavras, as empresas transnacionais sempre buscam os interesses próprios sem considerar as causas sociais, econômicas e ambientais de onde suas empresas estão instaladas.

Fonte: Site Mundo Educação

Anexo C – Texto didático e exercícios

C.M. de Educação Dr. Décio Gomes Pereira - U.E.F.
Geografia - Professor Murilo - EJA 7ª/8ª - 3º Bimestre

Nome: _____ Turma: _____

1 - Leia o texto abaixo e responda as questões a seguir com base no que foi discutido em sala de aula:

Prós e Contras da Globalização

“A abertura da economia e a Globalização são processos irreversíveis, que nos atingem no dia-a-dia das formas mais variadas e temos de aprender a conviver com isso, porque existem mudanças positivas para o nosso cotidiano e mudanças que estão tornando a vida de muita gente mais difícil. Um dos efeitos negativos do intercâmbio (troca) maior entre os diversos países do mundo, é o desemprego que, no Brasil, vem batendo um recorde atrás do outro.

No caso brasileiro, a abertura foi ponto fundamental no combate à inflação e para a modernização da economia. Com a entrada de produtos importados, o consumidor foi beneficiado: podemos contar com produtos importados mais baratos e de melhor qualidade e essa oferta maior ampliou também a disponibilidade de produtos nacionais com preços menores e mais qualidade. É o que vemos em vários setores, como eletrodomésticos, carros, roupas, cosméticos e em serviços, como lavanderias, locadoras de vídeo e restaurantes. A opção de escolha que temos hoje é muito maior.

Mas a necessidade de modernização e de aumento da competitividade das empresas produziu um efeito muito negativo, que foi o desemprego. Para reduzir custos e poder baixar os preços, as empresas tiveram de aprender a produzir mais com menos gente. Incorporavam novas tecnologias e máquinas. O trabalhador perdeu espaço e esse é um dos grandes desafios que, não só o Brasil, mas algumas das principais economias do mundo têm hoje pela frente: crescer o suficiente para absorver a mão-de-obra disponível no mercado, além disso, houve o aumento da distância e da dependência tecnológica dos países periféricos em relação aos desenvolvidos (economia-mundo).

A questão que se coloca nesses tempos é como identificar e aproveitar as oportunidades que estão surgindo de uma economia internacional cada vez mais integrada.”

Iago M. de Arêdes

- A) Quais seriam as mudanças positivas que a globalização trouxe para o nosso cotidiano?
- B) Por que houve crescimento do desemprego no Brasil e em muitos outros países com o avanço da globalização?
- C) A globalização permitiu que entrasse mais produtos importados no Brasil. Estes produtos estão de fácil acesso a todos os brasileiros? Por quê?
- D) Além do desemprego, o trabalho sofreu fortes impactos negativos em relação a sua exploração. Cite alguns exemplos de precarização do trabalho ocorrida no Brasil e no resto do mundo.
- E) Uma condição digna de vida está ligada à uma condição saudável de trabalho. De que forma o trabalho precário pode afetar a vida de uma pessoa?

